

1



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

# 103<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

Brasília/DF.  
01 de Setembro de 2011.

*(Transcrição ipso verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

2

3

46**MESTRE DE CERIMÔNIA** - Pessoal. Bom, dia senhoras e senhores,  
47solicitamos que todos tomem seus lugares. Teremos neste momento a  
48cerimônia de lançamento da versão preliminar do Plano Nacional de Resíduos  
49Sólidos e apresentação dos processos de discussão pública deste plano.  
50Convidamos para compor a mesa de honra a Ministra de Estado do Meio  
51Ambiente e presidente do CONAMA, a Sr<sup>a</sup>. Izabella Teixeira. O presidente do  
52IPEA, o Sr. Márcio Pochmann. O Secretário-Executivo do Ministério do Meio  
53Ambiente, o Sr. Francisco Gaetani. O Secretário de Recursos Hídricos e  
54Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, o Sr. Nabil Bonduki. O  
55Subsecretário de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações  
56Institucionais da Presidência da República, o Sr. Olavo Noletto. A Secretária-  
57Executiva do Fórum de Direitos e Cidadania da Secretaria Geral da Presidência  
58da República, a Sr<sup>a</sup>. Larissa Beltramim. A Secretária de Articulação Institucional  
59e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, a Sr<sup>a</sup>. Samyra Crespo.  
60O regulamento da Política Nacional de Resíduos Sólidos definiu que a versão  
61preliminar do Plano Nacional deveria ser formulado e divulgado em até 180  
62dias da data de publicação do decreto, final previsto para 21 de junho de 2011.  
63No dia 28 de junho o Governo Federal, cumprindo as exigências do decreto,  
64apresentou um conjunto de entidades representativas da sociedade civil, dos  
65governos e do setor privado que compõe o GT1 do comitê interministerial, o  
66diagnóstico elaborado pelo IPEA, ao mesmo tempo, já apresentou um conjunto  
67de metas e algumas diretrizes para um diálogo inicial. No mesmo dia 28 de  
68junho deste, por decisão do Comitê Interministerial foi estabelecido um  
69processo de diálogo no qual foi possível estabelecer cenários, metas, diretrizes  
70e estratégias que hoje são apresentadas para a sociedade, em geral. Neste ato  
71está sendo dado mais um passo para cumprir o que prevê o Decreto 7.404 de  
722010, o decreto estabelece que a versão preliminar do Plano Nacional de  
73Resíduos Sólidos deve ser submetida à consulta pública pelo prazo mínimo de  
7460 dias. Hoje se inicia a consulta pública que está prevista no decreto nessa  
75sessão dos 30 anos do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Assistiremos a  
76um rápido vídeo, após o que o secretário Nabil conduzirá os trabalhos. Muito  
77obrigado.

78

79

80*(Apresentação de um vídeo).*

81

82

83**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Muita calma  
84nessa hora.

85

86

87**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (MINISTRA DO MMA)** - Eu  
88tenho certeza, o CONAMA vai, esse ano, ser brindado por várias agendas de  
89trabalho, uma delas é a estratégia da conservação da biodiversidade, mas até  
90onde eu sei nós estamos discutindo a versão preliminar do Plano de Resíduo  
91Sólidos, o meu GPS está ligado nessa direção, Dr. Nabil, enfim, ainda por cima  
92dessa biodiversidade exótica o país fica muito simpático.

93

7

94

**95O SR. NABIL BONDUKI - SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E**  
**96AMBIENTE URBANO (SRHU)** - Na verdade, o que deveria ter passado ali, eu  
97acho que vai passar ainda são os elementos da campanha de coleta seletiva e  
98separação que é o que está previsto para passar. Não sei por que entrou  
99errado.

100

101

**102A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (MINISTRA DO MMA)** - Será  
103que é possível o nosso pessoal da produção viabilizar ou não?

104

105

**106O SR. NABIL BONDUKI - SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E**  
**107AMBIENTE URBANO (SRHU)** - Eu acho que enquanto se viabiliza aqui os  
108nossos cliques de propaganda da coleta seletiva, eu queria então dar início a  
109esse lançamento, essa é uma breve cerimônia de início do processo de  
110discussão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos que foi elaborado, vem  
111sendo elaborado desde o início desse ano pelo Ministério do Meio Ambiente,  
112especialmente pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, e que  
113de acordo com o que determina a lei e o decreto que regulamentou a Lei  
114Nacional de Resíduos Sólidos precisa entrar em debate público, precisava  
115entrar em debate público seis meses após a regulamentação. Eu quero  
116destacar o enorme trabalho que foi cumprir esse prazo, poder seis meses  
117depois do decreto, o decreto do final do ano passado, e no final de junho, dia  
11828 de junho desse ano nós já tivemos uma primeira versão sendo apresentada  
119ao comitê interministerial e ao grupo de trabalho que acompanha o  
120desenvolvimento deste plano, esse grupo de trabalho é formado não só pelos  
121membros do comitê interministerial da Política de Resíduos Sólidos, mas  
122também pela representante de entidades nacionais que acompanham a política  
123de resíduos sólidos. De junho até esse momento essa proposta foi sendo  
124aperfeiçoada, e nós podemos então dar início a partir de hoje ao processo de  
125debate público que vai se prolongar até o final do ano. Este plano foi  
126desenvolvido sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente com o apoio do  
127IPEA. Eu queria já, inicialmente, agradecer aqui o presidente Márcio Pochmann  
128pela presteza com que a equipe do IPEA, coordenada pelo Albino e pelo  
129Gustavo puderam apoiar o nosso trabalho, desenvolvimento um diagnóstico  
130que com muita dificuldade, devido à falta de dados de informação ele permite  
131uma primeira avaliação geral não só dos resíduos sólidos urbanos, aquilo que é  
132mais conhecido, mas todos os tipos de resíduo, da construção civil, da saúde,  
133da mineração, resíduos industriais, os resíduos agropastoris, todos os tipos de  
134resíduos que estão presentes dentro da Lei Nacional de Resíduos Sólidos. Eu  
135queria aqui já também agradecer muito a equipe da Secretaria,  
136particularmente, o coordenador dessa equipe, o diretor do departamento de  
137ambiente urbano, Silvano Costa que fizeram um papel fundamental para que  
138esse trabalho pudesse ser concluído. Eu queria, em primeiro lugar, dizer da  
139importância aqui desse evento, cumprimentar a Ministra Izabella, o Secretário-  
140Executivo Chico Gaetani, a Secretária Samyra, a Larissa da Secretaria-Geral  
141da Presidência, além, do Márcio que está aqui, dizendo que aproveitando a  
142presença aqui de outros representantes do órgão federal, também para

8

9

3

143cumprimentar os membros do comitê interministerial que estão presentes,  
144ressaltando que esse trabalho é um trabalho que vem sendo feito de maneira  
145integrada entre os vários Ministérios, através do Comitê Interministerial, uma  
146vez que a Política de Resíduos Sólidos não é uma política que se relaciona  
147exclusivamente com o Ministério do Meio Ambiente, mãos são vários os  
148Ministérios que participam desse processo. Acho importante citá-los, a Casa  
149Civil da Presidência da República, o Ministério das Cidades, o Ministério de  
150Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem um papel fundamental  
151em toda a política de resíduos em função do trabalho realizado no Programa  
152Brasil sem Miséria, e, particularmente, na relação com a inclusão social dos  
153catadores, o Ministério da Saúde, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério  
154da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério  
155do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Ministério da Agricultura,  
156Pecuária e Abastecimento, o Ministério da Ciência e Tecnologia, e a Secretaria  
157de Relações Institucionais da Presidência da República. Todos eles  
158participaram desse processo, vem participando porque é um processo que está  
159ainda em andamento. Eu quero destacar inicialmente, depois eu vou  
160apresentar apenas alguns dados, algumas informações depois das outras  
161falas, queria só destacar que um dos princípios da Política Nacional de  
162Resíduos Sólidos é o planejamento, o Plano Nacional é um plano fundamental,  
163por pensar o país como um todo, mas nós temos, na sequência, os planos  
164estaduais e municipais, as responsabilidades dos Estados e Municípios, tem  
165prazo também, assim como o Governo Federal tenha prazo para colocar esse  
166plano em debate público, seis meses, os municípios têm até agosto do ano que  
167vem para ter seus planos municipais. E que a carência de informação não é  
168razão para que se retarde o desenvolvimento de um plano como esse, pelo  
169contrário, o plano coloca, inclusive, como parte das suas metas viabilizar um  
170sistema de informação que dê condições para que se faça planejamento, para  
171que se possa levar adiante políticas públicas na área de resíduos. Então, isso  
172foi muito importante, porque se nós formos esperar ter todas as informações  
173nós, jamais poderíamos elaborar essa proposta inicial do plano. O plano  
174também prevê revisões periódicas, ele tem prazos compatíveis com os PPAs,  
175então ele tem um prazo, longo prazo de 20 anos, mas esse prazo de 20 anos é  
176dividido em prazos intermediários de quatro em quatro anos, com metas para  
177os anos em que são os anos metas dos PPAs. Portanto, os nossos horizontes  
178intermediários é 15, é 19, é 23, e assim por diante, o que também permite que  
179nos anos de PPA, como é este ano que estamos fazendo agora, possa se fazer  
180a revisão do plano e possa também se incluir de uma maneira, vamos dizer  
181assim, atualizar as informação, os dados de modo que, gradativamente, vá se  
182consolidando um tratamento totalmente novo para a Política de resíduos  
183Sólidos no país. E, portanto, essa ideia de que é um plano que vai ser  
184aperfeiçoado ao longo do processo é muito claro, isso também vai acontecer  
185ao longo deste ano, embora nós tenhamos aqui uma primeira versão para  
186debate, pelo menos, até novembro desse ano, esses dados e essas  
187informações, lançamentos poderão ser aperfeiçoadas, inclusive, e claro,  
188contando com a participação da sociedade, como um todo, dos conselheiros do  
189CONAMA terão um papel fundamental, não só no âmbito do CONAMA, mas  
190também nos seus Estados, nas suas regiões, uma vez que a partir do dia 13  
191deste mês vai ter início os seminários regionais, nas cinco regiões do país, dia

19213 começaremos em Campo Grande, em função para fazer a região Centro-  
193Oeste. E depois teremos ainda debates em alguns Estados que estão  
194propondo complementarmente as regiões realizar seus seminários regionais,  
195no final nós procuramos passar o calendário completo desse debate. E o  
196documento também estará, a partir da semana que vem, na Internet, então  
197para que todo cidadão possa contribuir no seu debate. Eu queria já,  
198inicialmente, e rapidamente passar a palavra para o Márcio, estou o vendo  
199olhando o relógio, ele tem uma viagem daqui a pouquinho, então eu já vou  
200passar para o nosso colega, presidente do IPEA Márcio Pochmann, a quem  
201novamente agradeço o empenho, não só a ele, mas a toda equipe, por ter  
202colaborado conosco na elaboração do diagnóstico do Plano Nacional de  
203Resíduos.

204

205

206**O SR. MÁRCIO POCHMANN (Presidente do IPEA)** – Obrigado, Secretário  
207Nabil. Bom dia a todos os conselheiros do CONAMA e participantes, membros  
208do Comitê Interministerial, é uma grande satisfação poder participar desse ato  
209de construção, mais uma etapa de construção do Plano Nacional de Resíduos  
210Sólidos, nossa satisfação também em poder compartilhar essa mesa de  
211abertura na presença da Ministra Izabella Teixeira, o Secretário do Ministério,  
212Francisco Gaetani, o Secretário Nacional Nabil Bonduki, Secretária Samyra,  
213bem como a Secretária da Presidência Executiva, a Larissa. O Brasil não quer  
214mais ser liderado, o Brasil quer liderar um projeto novo de desenvolvimento,  
215esse projeto novo de desenvolvimento pressupõe entender o tema da  
216sustentabilidade em novas bases, entendemos justamente por isso que o Plano  
217Nacional de Resíduos Sólidos é um elemento fundante dessa perspectiva que  
218o Brasil vem construindo num período muito recente nesse início do século  
219XXI. Nós ficamos muito felizes do ponto de vista do IPEA em poder realizar a  
220nossa missão a partir do convite que o Ministério do Meio Ambiente nos fez  
221para integrarmos na construção dessa política, deste plano, desde o ano  
222passado o IPEA se integrou aos trabalhos de engajamento do ponto de vista  
223técnico, Albino, Gustavo nossos colegas, entre outros, foram fundamentais  
224para poder contribuir, e a nossa contribuição basicamente se deu em três  
225partes, primeira relacionada à geração dos diagnósticos dos diferentes setores  
226associados à produção dos resíduos sólidos, o objetivo da geração desses  
227diagnósticos é justamente oferecer ações a serem constitutivas das metas na  
228política de redução, reciclagem dos resíduos de uma maneira geral. Nós  
229estaremos... A partir desse trabalho foram gerados treze cadernos de  
230diagnósticos temáticos que se passa, portanto, a ter um subsídio, uma  
231condição de avaliar melhor e entender a dinâmica da produção desses  
232resíduos para os diferentes setores no nosso país. Segundo modo de  
233participação do IPEA foi do ponto de vista da definição das metas de redução,  
234reciclagem e adequação da disposição dos resíduos sólidos, bem como as  
235possibilidades que essas metas oferecem em termos de inclusão social,  
236especialmente quando nós estamos cada vez mais considerando a perspectiva  
237totalizante do desenvolvimento e o movimento que nós estamos envolvidos de  
238maior inclusão social, metas como o fim dos lixões a céu aberto até 2014 que  
239são plenamente compatíveis, evidentemente, com uma ação envolvendo não  
240apenas o plano federal, o plano estadual e, sobretudo, o municipal, abre uma

241 perspectiva concomitante com aquela que se verifica que o Brasil se integrar às  
242 cinco maiores nações mais ricas do mundo e, ao mesmo tempo, termos em  
243 2014 um país que poderia, que poderá e deverá ter resolvido o problema da  
244 miséria extrema em nosso país, é bom lembrar temos ainda 16 milhões de  
245 brasileiros que vivem mensalmente com menos de 70 reais mensais, nós aqui,  
246 certamente, não sabemos o que é viver um dia com apenas 2 reais diários,  
247 temos 16 milhões nessa condição. E o terceiro modo de participação, na  
248 verdade, se dará justamente a partir das audiências públicas regionais que  
249 representa uma excelente oportunidade de discussão sobre os diagnósticos, as  
250 metas da Política Nacional de Resíduos Sólidos, mais uma oportunidade para  
251 que a sociedade ajude a refinar as metas a tal ponto que nós tenhamos, ao  
252 final do ano, uma política consolidada de resíduos sólidos. Certamente esse  
253 movimento é um elemento que ajuda a entender a nova forma de fazer a  
254 democracia no Brasil, por intermédio de consultas e de participação. É nessa  
255 perspectiva, por fim, que entendemos que o Brasil aponta para um sentido  
256 mais correto de aproveitar as oportunidades que são nos oferecidas através do  
257 dinamismo que estamos vivendo atualmente. Essa é uma demonstração  
258 inequívoca que o Brasil constitui uma perspectiva muito diferente daquela que  
259 nós vivemos há pouco tempo. Fico, mais uma vez, grato pela oportunidade de  
260 estar fazendo parte desse momento de definição e apresentação da política, e  
261 agradeço ao Ministério, a liderança da ministra e de toda a sua equipe na  
262 condução de um plano dessa natureza. Muito obrigado, e, infelizmente, eu vou  
263 ter que sair, não vou poder ouvir as falas dos demais colegas, mas isso é uma  
264 pena para mim que, certamente, serão todas enriquecedoras. Bom dia a todos.

265

266

267 **O SR. NABIL BONDUKI- SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E**  
268 **AMBIENTE URBANO (SRHU)** - Eu queria então passar a palavra para a  
269 Larissa Beltramim, Secretária-Executiva do Fórum de Direitos e Cidadania da  
270 Secretaria Geral da Presidência.

271

272

273 **A SR<sup>a</sup>. LARISSA BELTRAMIM (Secretária Geral da Presidência)** - Bom dia a  
274 todos e a todas. Gostaria de agradecer o convite para participar aqui desse  
275 momento, e agradecer de verdade, porque é um momento muito feliz, não só a  
276 comemoração dos 30 anos do CONAMA, como esse momento do lançamento  
277 da consulta pública do Plano Nacional. Pela Secretaria Geral da Presidência da  
278 República o processo de participação social vai ser inerente a qualidades e a  
279 legitimidades desse plano, então, quer dizer, trazendo do legado do Governo  
280 Lula quando nós tivermos a aprovação da política e agora a sua  
281 implementação, desta forma sob a liderança do Ministério do Meio Ambiente e  
282 do Comitê Intersetorial, o tema aqui no CONAMA, então acho que isso integra  
283 tudo que a gente já concebe como um jeito de fazer, então acho que isso é  
284 muito importante, e é uma alegria para nós na Secretaria Geral que também  
285 coordena a política nacional de participação social. Brevemente a mensagem  
286 que eu queria passar aqui para gente, na coordenação do fórum direito e  
287 cidadania, o ministro Gilberto coordena um dos quatro fóruns do Governo  
288 Dilma, o fórum de estrutura, do desenvolvimento econômico, da erradicação da  
289 miséria e o fórum direito e cidadania, e para nós interesse direto nesse tema no

19

290Plano Nacional de Resíduos Sólidos é o tratamento do tema no âmbito da  
291agenda prioritária da presidenta na área de cidadania, então a gente começou  
292essa interlocução recentemente, já estou querendo me tornar uma militante do  
293tema, começando a conhecer o assunto. Queria agradecer o Silvano, o Nabil,  
294toda a equipe por esse acolhimento que nós tivemos desde o início, e o nosso  
295interesse é acompanhar e conseguir garantir o esforço do governo no aspecto  
296de coordenação dessa agenda prioritária que envolve vários outros temas, o  
297nosso fórum está estruturado em quatro grandes eixos, o primeiro da  
298participação social entendendo que o grande legado do governo Dilma é  
299conseguir incorporar a participação social como método de gestão, num  
300segundo eixo tratando alguns temas relacionados ao tema da violência, então o  
301eixo chamado um Brasil de paz sem violência, onde nós vamos ter a  
302oportunidade de tratar da violência contra jovens negros, a violência no  
303trânsito, a violência contra crianças e adolescentes, um terceiro eixo que a  
304gente trabalha na perspectiva da igualdade, diversidade e garantia de direitos  
305que tem entre um dos temas centrais, o tema da igualdade de gênero e uma  
306pauta importante do tema da autonomia das mulheres, a mulher no mundo do  
307trabalho, e no quarto eixo que é o desenvolvimento, sustentabilidade e  
308cidadania, o carro-chefe desse eixo é o tema do valor ambiental onde a gente  
309possa tratar uma agenda prioritária no tema do uso do lixo de resíduos sólidos.  
310Então, para nós é um tema que, de início, tem o apelo, então acho que é uma  
311forma de envolver toda a sociedade, todos os entes federados, todos os  
312setores da sociedade, e é um momento então muito importante, eu acho que a  
313consulta pública e o plano nacional que deve ser fechado esse ano daí é a  
314fonte para gente conseguir construir o que é o conteúdo dessa agenda  
315prioritária para que a gente possa deixar como um grande legado do nosso  
316governo, do Governo Dilma os avanços nessa área. Então, gostaria de  
317agradecer, colocar toda a nossa equipe à disposição para que a gente possa  
318trabalhar juntos nessa agenda.

319

320

321**O SR. NABIL BONDUKI - SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E**  
322**AMBIENTE URBANO (SRHU)** - Obrigado, Larissa. Realmente a presença de  
323você aqui nesse processo é extremamente importante para que a gente possa  
324cumprir essas metas ousadas que estão no nosso plano, que estão na lei, e é  
325um esforço geral de toda a sociedade brasileira, não só do governo, mas toda a  
326sociedade e a participação da Secretaria Geral da Presidência; particularmente  
327do Fórum de Direito e Cidadania é fundamental para esse processo. Eu queria  
328então passar a palavra para a Samyra Crespo, Secretária de Articulação  
329Institucional. Do Ministério do Meio Ambiente.

330

331

332**A SR<sup>a</sup>. SAMYRA CRESPO (MMA)** – Bom dia a todos e todas. Em nome da  
333Ministra Izabella e do Gaetani eu cumprimento toda a mesa e as autoridades  
334presentes. E a minha mensagem aqui, além da alegria de estar aqui hoje,  
335cumprindo o prazo, nosso dever de lançar o plano juntamente com a Secretaria  
336de Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano, é a de enfatizar o papel da  
337Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Toda a dimensão  
338de educação de campanha para o consumo consciente, para a separação de

22

339lixo são as dimensões em que a Secretaria está envolvida, e eu acho que  
340também por orientação da Ministra Izabella nós fizemos, pela primeira vez,  
341uma tentativa de integrar os nossos planos de ação, e por isso o plano de  
342produção e consumo que será lançado aqui na próxima reunião do CONAMA  
343tem dentro de uma das suas prioridades justamente o aumento da reciclagem,  
344então são duas secretarias somando esforços, inteligência, expertise para  
345poder alcançar o mesmo objetivo. Esse tipo de integração é uma orientação da  
346Ministra, e eu acho que nós vamos conseguir, Silvano, Nabil, nós vamos  
347conseguir fazer com que essas duas secretárias levem o plano a bom termo.  
348Então, acho que é isso que eu queria dizer, e dizer que toda a dimensão de  
349educação ambiental e de comunicação para o consumo, e, provavelmente,  
350essas serão dimensões discutidas na consulta pública, é uma contribuição que a  
351gente espera que venha de vocês para que a gente consiga elaborar realmente  
352uma estratégia que seja bastante eficaz. Porque um dos elos, a gente costuma  
353dizer, na arquitetura do plano que praticamente compartilha responsabilidades  
354entre todos os entes, a gente costuma dizer que só tem um ente sobre o qual a  
355gente não tem uma jurisdição que é o consumidor, a gente não pode prever  
356como é que o consumidor vai agir diante das responsabilidades que hoje o  
357plano impõe a toda sociedade. Então, é justamente sobre esse aspecto que eu  
358acho que todos nós teremos que ser criativos e desenvolver aqui junto com o  
359fórum de cidadania da Presidência da República, não só os direitos da  
360cidadania, mas também os deveres, não é Larissa? Então, é isso, e eu  
361agradeço a oportunidade de estar aqui hoje falando com vocês. Obrigado.

362

363

364**O SR. NABIL BONDUKI - SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E**  
365**AMBIENTE URBANO (SRHU) –** Obrigado, Samyra. Sem dúvida parceria com  
366a sua Secretaria, não só... Várias áreas, não só nessa área da produção e do  
367consumo sustentável, como também a questão da educação ambiental que é  
368fundamental, nós temos já desenvolvido alguns programas, algumas ideias de  
369programas de educação ambiental, porque nós não vamos viabilizar política e  
370esse plano de resíduos sólidos, sei é um trabalho consistente de educação  
371ambiental, de conscientização do cidadão de uma maneira mais ampla. Eu  
372queria então passar a palavra para o nosso Secretário-Executivo, Francisco  
373Gaetani que tem sido um grande apoiador de todo o trabalho desenvolvido na  
374área da nossa secretaria, em particular na área de resíduos.

375

376

377**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) –** Bom dia a  
378todos e todas. Queria saudar aqui a nossa mesa na pessoa das mulheres aqui  
379participando dela, nós convivemos num mundo hoje onde o protagonismo  
380feminino é cada vez mais avassalador, ainda bem.

381

382

383**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (MINISTRA DO MMA) -** Ele  
384tem juízo.

385

386

23

24

8



25

387 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – E dizer que  
388 esse momento hoje é muito especial porque...

389

390

391 **A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (MINISTRA DO MMA)** - Quem  
392 diria, Chico Gaetani, quem diria.

393

394

395 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Essa é uma  
396 política que tem uma característica especial, ela foi negociada, decidida e  
397 aprovada no final do Governo Lula, quando, em geral, as pessoas não estão  
398 mais preocupadas com esse tipo de coisa, e começou no Governo Dilma já  
399 quente com uma parceria importante com a Secretaria Geral da Presidência da  
400 República, uma parceria que está em processo de expansão, faz parte de uma  
401 resposta do Ministério aos desafios ambientais na área urbana, uma resposta à  
402 necessidade de um diálogo mais técnico com o setor produtivo, e é com muita  
403 satisfação que nós trazemos isso aqui hoje para compartilhar com o CONAMA  
404 no contexto daquilo que a gente vem conversando do CONAMA também atuar,  
405 compartilhar dos desafios que o Ministério vem enfrentando em áreas novas.  
406 Queria dizer que a equipe está de parabéns, o Nabil, o Silvano, o Sergio, todo  
407 o pessoal que vem pilotando isso aí em marcha forçada num contexto final de  
408 governo e de início de governo onde as coisas, às vezes, ficam um pouco  
409 confusas, e que é com muito orgulho que a gente está aqui hoje para participar  
410 desse andamento. Parabéns a todos. Obrigado.

411

412

413 **O SR. NABIL BONDUKI - SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E**  
414 **AMBIENTE URBANO (SRHU)** - Obrigado, Chico. Eu queria então antes de  
415 passar a palavra para a Ministra Izabella Teixeira que vai fazer a fala final, o  
416 encerramento da nossa reunião, fazer uma muito breve apresentação do que é  
417 que está no plano, no Plano Nacional de Resíduos que está aqui, não é uma  
418 apresentação nem completa, longe de ser completa, e o nosso objetivo dessa  
419 reunião de hoje não é esse porque os senhores terão oportunidade de poder  
420 ler o trabalho e poder debater de maneira profunda em outra oportunidade.  
421 Apenas para se ter uma ideia do que está presente aqui, do que se pretende  
422 com o plano, e alguns dados importantes em termos de diagnóstico que  
423 também são fundamentais para se pensar as metas. Em primeiro lugar é  
424 importante situar o nosso plano, ele tem nesta versão quatro partes o  
425 diagnóstico, os cenários, as estratégias e as metas, ainda não está nesse  
426 relatório, nessa proposta do plano os programas que estão ainda sendo  
427 debatidos e nem os investimentos que poderão ser feitos pelas várias esferas  
428 de governo que depende ainda de melhor aprofundamento de discussão.  
429 Nessas partes, nessas quatro partes eu quero destacar três ou quatro  
430 informações do diagnóstico que me parecem importantes, considerando que  
431 nós temos metas que não são do plano, são metas da lei, então a lei já  
432 estabelece uma meta fundamental para o encerramento de todos os lixões e  
433 aterros controlados até 2 de agosto de 2014, muitos consideram essa meta  
434 inalcançável, mas ela está colocada na lei e nós não podemos deixar de seguir  
435 a lei. Então, eu quando assumi a Secretaria alguns meses atrás, sempre achei

26

27

9

que essa meta era totalmente impossível, mas olhando aqui o diagnóstico, vocês vão poder dar conta disso, tem alguns dados que nos deixam ficar um pouquinho mais otimista, por exemplo, entre 2000 e 2008 nós passamos de 35% dos resíduos colocados adequadamente em aterros sanitários para 58 em 2008, ou seja, em oito anos sem investimento, nós sabemos que aquele período foi um período de baixo investimento no país, sem uma política e sem uma lei, foi possível passar de 35 para 58% a quantidade de resíduos dispostos adequadamente. Isso projeta uma possibilidade, daqui para frente, de um avanço maior com lei, com maior mobilização da sociedade, municípios, Estados, União nesse sentido. Então, eu acho que esse dado é um dado fundamental. Outro dado que está presente no relatório que é importante dizer é que nesses oito anos nós não tivemos substancial elevação da quantidade de resíduo gerado por cada cidadão na média nacional, nós estamos ainda numa marca de aproximadamente 1.1 quilos por pessoa/dia. Evidentemente nesse período nós tivemos elevação de renda, tivemos maior urbanização do país, vocês sabem que quanto maior a renda, maior urbanização, se gera mais resíduos, e se manteve, mais ou menos, na mesma margem, e nós temos aí como um eixo fundamental da política, um objetivo, uma meta fundamental a redução, e, portanto, esse dado mostra que com campanha, com conscientização, com ação em relação aos vários atores que participam desse processo é possível avançar nesse sentido. Outro dado que me parece importante destacar, para pegar apenas um setor, resíduos da construção civil, os resíduos da construção civil geram aproximadamente entre 0,5 e 0,7 kg por pessoa por dia, apenas os resíduos da construção civil, ou seja, o país com o processo de crescimento e de investimento da construção civil tenderá a gerar, se mantidas atuais condições, uma quantidade muita significativa de resíduos da construção civil que acabam indo também para uma destinação inadequada, a grande porcentagem desses resíduos produzidos pela construção civil que dá aproximadamente em torno de 80, 90 milhões de toneladas são dispostos inadequadamente. Por isso, eu estou falando apenas desse setor, que é um setor que eu conheço razoavelmente bem, é fundamental que haja alteração no processo de produção, no processo de trabalho, reduzindo o desperdício, alterando os processos produtivos para que se gere menos resíduos e aqueles resíduos que sejam gerados possam ser reciclados e possam, portanto, ter, e isso apenas como um exemplo, eu não vou citar vários, a gente pode aqui falar dos resíduos agropastoris, de mineração da indústria, todos eles muito complexos e muito difíceis, mas o da construção civil já expressa um pouco aquilo que é uma das estratégias da política e uma das estratégias que tem que ser levada adiante. Eu queria, rapidamente, fazer referência aos cenários, os cenários com que nós estamos trabalhando são os cenários positivos de crescimento do país, de crescimento econômico, de aumento da renda, e todos esses cenários, em tese, são cenários que mantidas as condições atuais gerarão mais resíduos, quanto mais o país cresce, quanto mais se distribui renda, quanto mais se consome, em tese, mais resíduos seriam gerados, se não se alterar as condições, então esse é o cenário que está se trabalhando, um cenário de crescimento, no entanto, nós vamos nas estratégias ter muito claro que nós temos que mudar o padrão de consumo, mudar a maneira como as pessoas consomem, como elas se relacionam com os resíduos, toda a cadeia já prevista na Política Nacional de

485redução, de reciclagem, de reutilização, de compostagem, ou seja, todos  
486esses, toda essa cadeia deve ter como consequência, então apesar do  
487crescimento do país, do crescimento da renda, uma redução da quantidade de  
488resíduos ou, na verdade, apenas a disposição dos rejeitos na disposição final,  
489ou seja, nos aterros sanitários que com uma carga menor de resíduos terão  
490maior vida útil, maior condução, portanto, de termos uma condição adequada.  
491O terceiro capítulo, o capítulo das estratégias, para cada um dos tipos de  
492resíduos são definidas as estratégias, não vou aqui repetir, porque seria muito  
493longo, mas serão exatamente estratégias um dos aspectos mais importantes a  
494serem debatidos nos seminários e nas várias audiências públicas que são  
495realizadas sobre esse tema. Em relação às metas eu quero destacar que foi  
496uma discussão muito ampla realizada no âmbito do comitê interministerial, nós  
497não adotamos metas únicas, nós temos, claro que temos para a questão da  
498disposição final assumimos a meta da lei, não podemos deixar de assumir a  
499meta da lei, mas em relação aos vários outros aspectos, por exemplo, de  
500redução, meta de reciclagem, metas nos diferentes tipos de resíduos,  
501assumimos três possibilidades de meta para levar para o debate público, por  
502quê? Porque, evidentemente, nós podemos ter metas mais otimistas que vão  
503depende de um conjunto de fatores ou poderão ter metas mais pessimistas  
504que serão consequência de não ter condições tão favoráveis para poderem ser  
505alcançadas. Então, essas metas estão estabelecidas, portanto, em três  
506hipóteses, três propostas diferenciadas, mais otimista, intermediária e mais  
507pessimista, o que vai, inclusive, suscitar um processo de debate, e também é  
508importante destacar que as metas, apenas algumas metas estão  
509regionalizadas, porque nós não tínhamos condição, no âmbito nacional, de  
510estabelecer metas diferenciadas por região numa primeira tentativa, numa  
511primeira hipótese. Então, algumas metas, eu não vou aqui citar, mas em alguns  
512tipos de resíduos as metas são uniformizadas e [ininteligível], isso eu não  
513quero dizer que nós achamos que tem que ter metas uniformes no país como  
514um todo, está claríssimo que o país tem diferenças muito grandes e vai ter  
515metas diferenciadas por região, mas o papel dos seminários regionais é  
516exatamente poder se precisar, tendo em vista um conhecimento mais  
517específico em cada uma das regiões, estabelecer metas regionais. Eu quero só  
518dar um dado importante, em termos de municípios que dispõe adequadamente  
519os seus resíduos, na região Nordeste 89%, eu estou dando de cabeça, mas eu  
520acho que esse dado está certo, 89% dos municípios não dispõem  
521adequadamente o seu resíduo no Nordeste, enquanto que no Sudeste apenas  
52215% dos municípios não dispõem adequadamente seus resíduos. Então, são  
523números que mostra a diferença, a diferença regional num assunto que nós  
524temos informação, e outros assuntos nós não temos informação e os  
525seminários regionais vão ser um momento importante por isso. Finalmente eu  
526quero dizer que essas metas, e antes de dizer isso, eu quero só mostrar aqui  
527para os senhores, esse volume todo que está aqui na mesa, acho que são  
528onze volumes, são 13 volumes, são os relatórios específicos realizados pelo  
529estudo desenvolvido pelo IPEA, para cada tipo de resíduo e com todo o seu  
530detalhamento. Eu não vou aqui especificar todos eles, mas tem relatórios  
531específicos para cada um dos temas trabalhado neste plano geral, e o plano  
532que os senhores terão conhecimento foi realizado com cerca de cem páginas,  
533exatamente para que seja palatável, seja possível que as pessoas possam ler,

534 possam se apropriar do texto e possam então num resumo executivo se  
535 manifestar. Mas todo esse arsenal de dados e de informações estarão  
536 disponíveis também na Internet para consulta na perspectiva, inclusive, de  
537 aperfeiçoar as informações que estão colocadas aí, e me parece importante, e  
538 se consolidando um diagnóstico sobre a área de resíduos, sabendo que isso  
539 faz parte também das metas da política, criar o sistema, o SINS, o Sistema  
540 Nacional de Resíduos Sólidos que vai poder então dar uma base de  
541 informação nacional, unificada para uso de todos os atores e que também vão  
542 ser alimentada por todos os atores. E para completar eu queria dizer o  
543 seguinte, as metas que estão colocadas, isso é muito importante, as metas que  
544 estão colocadas, assim como as metas para logística reversa que também  
545 estão sendo debatida nos grupos de trabalho específico a logísticas reversas,  
546 são metas que vão ser atingidas pelo conjunto de atores que estão envolvidos  
547 na política nacional de resíduos, são todos os atores, a responsabilidade é  
548 compartilhar, o Governo Federal, o governo estadual, o governo municipal, o  
549 setor privado, associações, entidades, ONGs da sociedade civil, cooperativa de  
550 catadores e cidadãos. As metas não são metas do Governo Federal, o plano é  
551 um plano nacional que envolve todos os atores, e por isso é muito importante,  
552 aqui nós temos, nós achamos muito importante, queria agradecer, inclusive, à  
553 secretaria do CONAMA ter aberto espaço aqui durante a reunião do CONAMA  
554 para fazer essa apresentação por quê? Porque é muito importante que isso  
555 possa ser apropriado por todos os atores que estão presentes no CONAMA e  
556 todos os atores que estão presentes na sociedade para poder dar conta desta  
557 política de resíduos. O papel do Ministério, particularmente, da nossa  
558 secretaria, da equipe que está conduzindo a política de resíduos sólidos é um  
559 papel fundamental de coordenação desse trabalho, de estímulo, de  
560 possibilidade de gerar as condições para que esses atores todos possam atuar,  
561 isso vale para as metas gerais da política, vale, evidentemente, para a logística  
562 reversa, porque a logística reversa não é papel só do setor produtivo, é papel  
563 de todos os atores que estão presentes dentro da cadeia de geração de  
564 resíduos, e, sem dúvida nenhuma, mostra que nós temos que fazer uma  
565 grande mobilização nacional para poder alcançar as metas do plano, e as  
566 metas da política. Eu acho que esse é o aspecto mais importante desse  
567 processo, e nós esperamos contar com a colaboração de todos, todos esses  
568 atores para que a gente possa alcançar as metas, possa debatê-la, possa  
569 discutir as estratégias, possa definir o papel de cada um dos atores e dessa  
570 maneira cumprir então o desafio que será fazer um país sem lixão, um Brasil  
571 sem lixão, um Brasil que esteja como o secretário falou, o presidente do IPEA  
572 falou agora a pouco, que o Brasil seja um exemplo para o mundo na área de  
573 resíduos. Obrigado. Eu queria então passar aqui para encerrar, passando aqui  
574 a condução final dos trabalhos, para a nossa ministra que tem dado um apoio  
575 enorme a todo esse trabalho, a Ministra Izabella Teixeira.

576

577

578 **A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (MINISTRA DO MMA)** - Depois  
579 desse discurso todo do Nabil, bom dia, prazer em revê-los, e até logo. Não  
580 tenho mais nada a declarar. Concorda, Larissa: Ele foi do Oiapoque ao Chuí  
581 tratando de resíduos sólidos, urbanos, industriais, secos, úmidos, foi de um  
582 grau de entropia elevadíssimo, saiu distribuindo informações para tudo. Então,

583prazer [ininteligível] profundamente em revê-los, fala dos conselheiros e vou  
584seguir a agenda de trabalho. Está bom? Então, muito obrigada, gente. Aí ele  
585fica nervoso. Tem alguma armadilha que ela está preparando. Muito  
586rapidamente eu não vou aqui fazer comentários sobre o conteúdo, porque eu  
587estou aqui brincando com o Nabil. Mas eu me lembro que quando eu conheci o  
588Nabil e quando eu fui convidada pela Presidenta Dilma a permanecer, eu sou  
589reconduzida ao cargo, uma das pessoas com quem eu conversei diretamente  
590foi o Nabil, ainda em São Paulo e tive que usar um poder de sedução para  
591convencê-lo a vir para Brasília, e com o firme propósito, conversando com o  
592pessoal da Secretaria de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Urbano, um  
593ambiente urbano, de que eu queria uma área de qualidade ambiental urbana  
594no Ministério. E querer uma área de qualidade ambiental urbana no Ministério  
595tem a ver não com a visão que nós tivemos no passado do Ministério ser um  
596órgão executor de ações em cidades e etc., mas tem a ver com o envolvimento  
597político das questões ambientais no dia-a-dia de cada cidadão brasileiro no  
598mundo que é essencialmente urbano, e um país que é de quase da ordem de  
59990% urbano. Então, se nós queremos fazer política ambiental no dia-a-dia de  
600cada cidadão, política pública no sentido de conciliar tanto as questões  
601econômicas, quanto as questões sociais nós temos que estar no dia-a-dia de  
602cada um, e temos que estar com esse conceito que a Samyra usa muito bem  
603que não só dos direitos, mas também dos deveres, o que significa também  
604mudar a cultura política das nossas instituições, meio ambiente para ser,  
605exercer a sua matriz de transversalidade, a sua matriz de interação de forças  
606políticas ele tem que estar, não necessariamente deverão estar numa visão  
607mais estratégica par e passo com os objetivos estratégicos de desenvolvimento  
608do país. E eu, particularmente, tenho muita alegria com esse tema, porque  
609confesso que eu tinha alguma paixão pelos resíduos industriais, talvez pela  
610minha formação, mas pela área de qualidade ambiental, a minha experiência  
611no Rio de Janeiro literalmente fez ver o quanto é importante você lidar com a  
612questão de resíduos sólidos, não só na perspectiva ambiental que esse  
613conselho recepcionou e recepcione várias resoluções, mas numa perspectiva  
614estratégica de desenvolvimento que vai da erradicação da pobreza à formação  
615de cidadania e a desenvolvimento tecnológico e geração de emprego e de  
616renda e de negócios nesse país. Recém-crescimento econômico tudo é  
617absolutamente marginal. E este é um tema, e eu me lembro o ano passado  
618quando o Presidente Lula me convidou para ser ministra, no final do governo  
619dele, eu me lembro que ele me deu a tarefa resíduos sólidos é um assunto que  
620você tem que resolver, e eu fui para dentro do Congresso Nacional para  
621viabilizar, depois de 21 anos na Câmara o que seria o trajeto no Senado, e todo  
622mundo falava para mim: você não vai conseguir, porque 21 anos na Câmara,  
623vamos ser otimistas no Senado como é que isso funciona. E a gente conseguiu  
624aprovar tudo em quatro meses, não foi isso, Silvano? E graças a uma grande  
625capacidade de interlocução e de sensibilidade política do Senado Federal de  
626concluir um processo, e aí eu achei que estava com a missão cumprida.  
627Aprovei, fizemos a cerimônia, o presidente sanciona a lei, foi ótimo,  
628[ininteligível] tiramos fotografia, foi bom, aí ele virou para mim: 90 dias para  
629regulamentar. Quase infartei na hora. No discurso dele, quando ele assumiu,  
630falou: 90 dias e bateu no meu ombro e eu falei: está bem, e põe todo o exército  
631do governo para fazer e fundamentalmente uma coisa que foi extremamente

632 importante nesse processo foi a parceria, desde o início, com o pessoal da  
633 área social, o pessoal da Fazenda e o pessoal do IPEA. E aí foi possível  
634 avançar em programas como pró-catador e foi possível avançar numa visão  
635 hoje de trabalhar no fórum social, perdão, no fórum de cidadania a questão de  
636 como é que você lida com a erradicação da pobreza, também a partir da  
637 implementação da política nacional de resíduos sólidos. Então, se alguém quer  
638 me contar o que é que é fazer política ambiental em termos de sustentabilidade  
639 peguem esse exemplo concretamente, porque você vai influenciar do cidadão  
640 mais humilde desse país à pessoa mais poderosa do ponto de vista econômico  
641 que você vai mudar realidades, e isso é política ambiental, o resto para mim é  
642 blá, blá, blá. Nós não somos... Política ambiental não é política para elite, é  
643 política para o povo brasileiro. E eu nunca vou me esquecer do dia que uma  
644 catadora se ajoelhou, beijou as minhas mãos e pediu que eu regulamentasse,  
645 porque a vida dela estava nas minhas mãos. Eu sentei com ela no chão, me  
646 agachei, quase não levantei, por causa do meu corpinho, fiquei e falei: mas  
647 tudo bem, e falei: a senhora se levante comigo, porque nós vamos fazer juntos.  
648 Então, é um compromisso de fazer política ambiental com resultados sociais e  
649 resultados econômicos, aí nós estamos falando de desenvolvimento, o tal do  
650 desenvolvimento sustentável. E reconhecendo as dificuldades regionais e as  
651 diversidades regionais. Esse encontro emocionante foi em Minas, Zé Cláudio,  
652 no Encontro Nacional dos Catadores, onde Minas tem 10%, se estima 10% da  
653 população de catadores desse país, e é o Estado que tem um status bastante  
654 avançado de organização das cooperativas, embora ainda distante dos nossos  
655 objetivos que a política estabelece. Mas foi excepcional, uma experiência  
656 única, aliás, eu tenho tido várias experiências únicas em torno de você  
657 conversar realmente e ir diretamente com o povo e entender qual é o sentido  
658 de fazer política ambiental quando a gente fala que política ambiental tem a ver  
659 com qualidade de vida. Está lá qualidade ambiental, bem-estar da população,  
660 qualidade de vida da população, o que é que significa isso concretamente? E aí  
661 tem uma coisa excepcional que também faz parte do dever de casa nosso, a  
662 Samyra fez aqui uma referência de... Parece que é óbvio juntar as secretarias,  
663 não é óbvio, isso significa romper culturas institucionais, por mais que tenha  
664 boa vontade dos chefes, dos secretários, que sejam todos amigos, mas eles se  
665 juntam para me colocar na parede, dançam, mas, enfim, é muito difícil ter uma  
666 máquina voltada para essa cultura do dia a dia de você conversar e dialogar, e  
667 nós estamos começando a fazer isso dentro do Ministério do Meio Ambiente. E  
668 para fazer isso dentro do Ministério do Meio Ambiente o CONAMA também tem  
669 que fazer, daí aquilo que eu falei ontem, do CONAMA ser um espaço político  
670 de debate sobre as políticas ambientais desse país e sobre a interação de  
671 políticas públicas. por essa razão a Samyra falou aqui que vai apresentar o  
672 plano de consumo, produção e consumo sustentáveis que é um compromisso  
673 do Acordo de Marrakesh, é um compromisso formal do governo brasileiro, que  
674 os senhores. conselheiros devem debater de uma maneira estratégica enquanto  
675 perspectiva de desenvolvimento e de mudança de comportamento de uma  
676 sociedade que é uma sociedade líder nesse planeta, na hora em que os  
677 brasileiros se derem conta do seu poder de liderança a partir da  
678 sustentabilidade e da questão ambiental, vão ter um prazer imenso, uma honra  
679 imensa de cuidar da política ambiental desse país, e vão cada vez mais afastar  
680 os discursos extemporâneos e anacrônica que não cabem mais no dia-a-dia

681dos brasileiros, em relação às questões ambientais, em relação às questões de  
682desenvolvimento social e de desenvolvimento econômico. A política nacional  
683de resíduos sólidos ela também é provocativa, porque ela não fala só do  
684cenário nacional, ela fala de interlocução com políticas sociais, então nós  
685vamos desde a questão urbana, propriamente dita, que envolve a federação  
686em todas as relações políticas dessa federação e, portanto, da sociedade  
687porque isso é competência, em primeira instância, dos prefeitos. Então  
688interessante que nós estamos falando algo agora de baixo para cima e não de  
689cima para baixo, mas que coloca o sistema nacional de meio ambiente com  
690uma responsabilidade enorme que vai além de licenciar, além de licenciar  
691aterros, de tratar com tecnologias ambientalmente adequadas ou de fomentar  
692processos, coloca o SISNAMA com o dever de se alinhar com as políticas  
693públicas de desenvolvimento e trabalhar o fortalecimento do sistema da  
694federação de baixo para cima e não somente de cima para baixo, esse é um  
695debate que também coloca nós da área ambiental sendo obrigados a entender  
696os cenários econômicos e os cenários sociais desse país, por isso o IPEA está  
697fazendo os estudos, nós não contratamos nenhuma consultoria especializada  
698em meio ambiente, nós contratamos um instituto público de pesquisa  
699econômica e social, uma referência no país cujos dados são os dados oficiais  
700do país, cujos métodos e cenários são cenários que nós trabalhamos  
701oficialmente nas políticas públicas e que modelam todas as relações formais do  
702país, cujas questões de dados e de staff nós podemos divergir, não concordar,  
703tudo faz parte, agora que os dados são concretos e que a formulação é  
704fundamentada em metodologias reais, a análise deriva daquilo que é interação  
705com a sociedade, mas a base de dados e a base de formulação é uma base  
706convergente com todos os instrumentos de políticas públicas e que permite o  
707que o Nabil fez referência, para gente importar isso e debater no PPA. Então,  
708aqui também tem algo que é novo, uma coerência entre o que nós estamos  
709discutindo nesse conselho e naquilo que vai ser apresentado e aprovado  
710formalmente pelo Congresso Nacional, e que vai dirigir os investimentos e as  
711leituras políticas do Governo Federal e a sua relação com os governos  
712estaduais e municipais nos próximos quatro anos, o que significa dizer que nós  
713construímos uma política de estado com um olhar específico para uma política  
714de governo, em que você reúne todos esses entes do Poder Público com a  
715posição convergente para poder aparecer esses números, o debate foi feito  
716com a Fazenda, foi feito com a Cidades, foi feito com a Saúde, foi feito com a  
717Minas e Energia, foi feito com a Indústria e Comércio, do ponto de vista do  
718setor público, e esse debate se reflete na sociedade e se reflete no setor  
719produtivo, e por essa razão hoje eu tenho à tarde uma reunião com o pessoal  
720da logística reversa com o setor privado. Cadê o Vitor? Em que, na realidade,  
721nós vamos discutir uma estratégia para verificar a viabilidade e antecipar  
722compromissos do setor privado que também está trabalhando para fazer a sua  
723parte conforme a lei determina. Os editais já estão planejados, a história até o  
724final do ano a gente vai lançar a primeira estratégia, o primeiro edital, já está  
725pronto, mas o resultado é no final de ano e vamos seguir a sequência da lei. E  
726aí nós nos deparamos, sim, com dificuldades do país, às vezes, uma vontade  
727de fazer e limitações, por exemplo, em regiões que são mais frágeis e que não  
728tem a estrutura, a infraestrutura para viabilizar a aplicação, investimento para  
729uma logística reversa, estou falando de estrutura, inclusive, deslocamento,

730 estrutura de transporte, estrutura de logística, tamanha a carência que a gente  
731 tem em algumas situações no país, para cumprir a lei. Então esse aqui é um  
732 exemplo e um passo importante de se fazer política ambiental dentro de uma  
733 política de desenvolvimento do país, é meio ambiente dentro da política de  
734 desenvolvimento do país, é meio ambiente condicionando, fazendo parte da  
735 construção desse novo Brasil, e que, na realidade, coloca uma visão comum de  
736 todos nós onde é que estão os desafios sociais, os desafios econômicos e os  
737 desafios ambientais em termos de resíduos sólidos. O que eu espero é que a  
738 gente possa ter com isso também um novo patamar de debates no âmbito  
739 desse conselho, enquanto isso aqui, essa estratégia é uma estratégia que, na  
740 realidade, foi feita para estar à altura deste conselho, e por isso lançar a  
741 consulta pública neste conselho, e por isso trazer outros atores para virem  
742 debater neste conselho. Passaremos por outros conselhos, será discutido o  
743 conselho de saúde, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o pessoal da  
744 agricultura, o pessoal da mineração, tem 'N' áreas como foi citada aqui a  
745 questão da construção civil e o próprio compromisso em várias câmaras que  
746 nós temos, sobre câmara brasileira da construção civil, câmara brasileira da  
747 construção sustentável, enfim, segmentos em que o setor privado e o setor  
748 público estão dialogando para mudar o patamar em relação à gestão dos  
749 resíduos associados a esses setores. Então, não se trata de norma, de  
750 normatizar, se trata de colocar a lei dentro de uma estratégia mais ampla e um  
751 pacto que passa pela consulta pública nacional. É uma versão absolutamente  
752 preliminar, é tão preliminar que eles erraram o meu nome. Mal. Ele está certo  
753 na capa, orgulhosamente erram na apresentação, como eu sou [ininteligível]  
754 ele deu o azar que eu vejo tudo, mas, enfim, mas é para mostrar como é  
755 preliminar que, na realidade, faz parte do processo, sim, de todo mundo correr  
756 para poder chegar aqui no CONAMA cumprir os prazos, o pessoal do Nabil  
757 está de parabéns. Agora eles ficam morrendo de vergonha, Silvano, errou meu  
758 no nome, não sei quem foi. Aliás, tem alguém lá que erra o meu nome, que  
759 sempre me manda pedido de diária errado e eu devolvo. Ensina lá que não é  
760 com o 'S', é com Z. Tudo bem, eu sou diferente mesmo. Mas, na realidade,  
761 vocês estão realmente de parabéns, mas sinto dizer que não começou ainda,  
762 vai começar agora, e nós vamos ter que ter habilidade não só de ter um debate  
763 amplo nas audiências públicas, regionais, estão todas planejadas, os senhores  
764 vão receber... Isso aqui vai estar entrando no site do Ministério, vocês vão  
765 receber uma versão com o erro do meu nome, mas faz parte. Não, olha o  
766 desperdício, agora vai assim, não é Dr. Paulo, uma árvore uma folha, então, na  
767 realidade, na internet ele corrige, vai estar disponível, só vai se tornar  
768 disponível para os senhores, para todo mundo e a ideia é que a gente tenha  
769 uma sequência de debates regionais que o Ministério junto com o  
770 representante da comissão interministerial estarão participando, ouvindo e  
771 buscando contribuições para o aperfeiçoamento de uma proposta que ainda vai  
772 passar por várias etapas, além da audiência pública tem o próprio debate  
773 interno do governo, debate com os governos estaduais, tem toda uma  
774 complexidade para que você possa ainda legitimar isso como uma visão única  
775 do Brasil, como foi dito aqui uma estratégia de médio prazo, uma estratégia  
776 que requer mais de um governo para a solução dos problemas, mas que traz  
777 fortemente as metas que estão estabelecidas na lei, e uma visão crítica para a  
778 sociedade brasileira perante o que a lei estabeleceu. Por isso acho que riqueza



779da audiência pública é essa visão crítica, ou seja, e a gente poder, na  
780realidade, trabalhar com vocês, com a sociedade brasileira e o CONAMA ter  
781uma liderança também nesse processo. Acho que é a liderança política de uma  
782reflexão sobre o que está proposto aqui, se quiserem fazer reunião  
783extraordinária para debater o plano, para entender como é que as coisas  
784convergem, os conselheiros estão convidados, na realidade, a se apropriarem  
785de um espaço político, que eu entendo como presidente desse conselho, deve  
786ser desenvolvido e cada vez mais abraçado pelo CONAMA, o CONAMA tem  
787que aprender a dar essa contribuição no processo político em construção, e  
788não uma posição em que você faz uma moção e manda uma recomendação  
789distante daquilo que são os fóruns de interlocução. Como a Larissa nos disse,  
790isso faz parte do fórum de cidadania, um dos eixos, e o Ministro Gilberto  
791Carvalho está absolutamente comprometido nesse debate, e nós entendemos,  
792hoje à tarde eu tenho outra reunião para tratar disso com ele na Casa Civil e  
793etc., tem a reunião com o setor privado e ainda vou ter reunião com o pessoal  
794do [ininteligível] e com as cidades, enfim. Então, eles conseguiram contaminar  
795a minha agenda o dia inteiro, hoje eu falo de resíduos sólidos o dia inteiro, mas,  
796enfim, no fundo é algo que nós precisamos entender, além dos investimentos  
797que estão acontecendo e que são importantes, porque mudou o patamar para  
79855%, destinação adequada, entender... 58%. O que é que nós temos em  
799termos de volume com ação em diferentes regionais, o que é que esses  
800investimentos de grandes eventos significam, ou seja, também tem um  
801processo diferenciado de controle social sobre o que se está investindo, em  
802que está investindo, como, por exemplo, na questão dos aeroportos, como  
803modernizar uma geração de resíduos, ou seja, tem um conjunto de dever de  
804casa que nós temos que fazer com um país que será a quinta economia do  
805mundo, mas que antes de ser a quinta economia do mundo, eu espero que  
806seja um país mais justo e mais, ambientalmente, contaminado, entre aspas, Dr.  
807Paulo, mobilizado pelas questões ambientais. Então, muito trabalho para  
808vocês. Vamos ter mais uns filminhos aqui sobre focas, leões marinhos. Isso me  
809parece, eu vou contar um caso pitoresco para vocês, todo mundo, Maurício,  
810isso não é uma espécie exótica. No início do processo quando foi criada pela  
811Lei 9.478 que é a lei de petróleo do país em 97, em 98 ela traz a  
812obrigatoriedade do licenciamento das atividades de exploração e produção de  
813petróleo, e aí que no passados não tinha essa obrigatoriedade, é importante  
814entender isso. Mas aí tem uma coisa pitoresca com determinada empresa, que  
815não é brasileira foi fazer um estudo de impacto ambiental, e apresentou o  
816IBAMA para licenciar dizendo que estava tudo ótimo, isso foi em 99, se não me  
817falha a memória, estou velha mesmo, estou coisas do século passado. Mas,  
818enfim, e aí apresentava as melhores coisas do estudo era o estudo de fauna,  
819você sabe disso não é [ininteligível]. E eles apresentavam na bacia de Santos o  
820leão marinho com fauna predominante e focas, eles fizeram um corte-cola de  
821estudos de outros países e foram colocar. Então a primeira coisa que foram  
822dizer, negociando com o IBAMA era isso. E o IBAMA parecia aquela coisa,  
823quando o cara chega no seu escritório... Isso aconteceu com um amigo meu.  
824ele fala: doutor eu tenho um 'problema'. Ele virou: o senhor tem dois. É, mais  
825ou menos essa história. A história de você realmente apresentar os estudos  
826com as focas, dizendo que a fauna predominante é na bacia de Santos, bacia  
827sedimentar de Santos. Então a Samyra, acho que inspirada nisso, trocou os

52

828filminhos e colocou... Samyra, você é culpada. Alguém tem que ser culpada  
829nisso, tem que ser ela.

830

831

832**O SR. NABIL BONDUKI - SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E**  
833**AMBIENTE URBANO (SRHU)** - A Samyra só é responsável pelo seguinte, por  
834que ela chegou aqui e falou: por que é que vocês não passam os filminhos? E  
835aí eu quero até agradecer aqui a nossa equipe de apoio, que foi buscar o  
836filminho, para trazer o filminho para passar.

837

838

839**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (MINISTRA DO MMA)** - Está  
840vendo como foi a Samyra. Ela é uma agente infiltrada. Então, na realidade, ela  
841fica sempre com [ininteligível]. Eu diria que é uma estratégia da Samyra com o  
842Mourão. Eu acho que os dois se alinharam, e fizeram alguma coisa, ele quer  
843defender o cerrado e você mostrar a foca, junto com o Donizete. Mas, enfim,  
844vamos aos filminhos em gran premier que também acabaram me gerando um  
845resultado, depois que eu entrei em cadeia nacional, falando de coleta seletiva,  
846eu sou a pessoa mais abordada em padarias... Eu nunca vi. Ministra, é ótimo!  
847Vamos fazer e é fantástico, porque vão desde as secretárias domésticas, do  
848lar, até as donas de casa, todo mundo, eu não sabia disso, e etc. Mais uma  
849razão de que a gente tem que deixar o mais simples possível e o mais concreto  
850no dia-a-dia de cada cidadão que significa a tal da sustentabilidade. Esse é o  
851convite da política nacional de resíduos sólidos e teremos os filminhos com The  
852Matre Gold and Mayer(F) and Samyra Kiss and presente and(F) novamente  
853com o diretor Dr. Nabil, e eu sou apenas a produtora, e o Chico Gaetani que,  
854na realidade, é o dono do estúdio. Então, vamos fazer essa conversa toda,  
855Larissa. Os filminhos são ótimos, foram feitos em parceria com a Secretaria de  
856Comunicação da Presidência da República e com o MDS, com a minha querida  
857amiga Tereza Campelo, então há todo um complô das mulheres poderosas:  
858Helena, Tereza e eu. Está vendo como você tem juízo? Para gente poder  
859avançar na questão da implementação da política ambiental no contexto de  
860desenvolvimento. É isso. O dever de casa está com os senhores, debatam,  
861chamem, contribuam e mobilizem, porque é assim que a gente vai fazer a  
862política ambiental, de fato, dentro de uma agenda de desenvolvimento  
863sustentável, e dentro dessa mudança, dessa liderança que o Brasil tem e que,  
864certamente, a Rio + 20 vai confirmar de buscarmos o novo modelo de  
865desenvolvimento. Muito obrigado. Trabalhem bastante e eu aguardo as  
866próximas emoções.

867

868

869(Apresentação de um vídeo).

870Era uma vez uma garrafa pet. Veio a reciclagem e a transformou em tecido,  
871vassouras, madeira plástica e até casco de barco. Você tem um papel  
872importante nessa história. Colocar os plásticos, papeis, vidros e metais no lixo  
873seco, separados dos restos de alimentos, de outros materiais orgânicos no lixo  
874úmido. Isso facilita o trabalho dos catadores, gera empregos e poupa recursos  
875naturais. Mude de atitude, separe o lixo e acerte na lata. "Governo Federal".  
876"Era uma vez uma casca de banana. Veio a reciclagem e a transformou em

53

54

18

877adubo que vira produção agrícola e até energia. Você tem um papel importante  
878nessa história. Coloque os restos de alimentos e outros materiais orgânicos no  
879lixo úmido, separados dos papéis, vidros, metais, plásticos e de todo o lixo  
880seco. Isso facilita o trabalho dos catadores, gera empregos e poupa recursos  
881naturais. Mude de atitude, separe o lixo e acerte na lata. “Governo Federal”.  
882“Era uma vez uma latinha amassada. Veio um catador recolheu e levou para a  
883indústria da reciclagem. A lata se transformou em renda e trabalho digno para  
884muita gente. Você tem um papel importante nessa história. Colocar os restos  
885de alimentos e materiais orgânicos no lixo úmido, separados dos plásticos,  
886metais e de todo o lixo seco. Isso facilita a vida dos catadores, aumenta o  
887material aproveitado e poupa recursos naturais. Mude de atitude, separe o lixo  
888e acerte na lata. “Governo Federal”.

889

890

891**O SR. NABIL BONDUKI - SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E**  
892**AMBIENTE URBANO (SRHU)** - Está encerrado então o nosso lançamento.  
893Queria antes de encerrar agradecer novamente a equipe do Silvano que teve  
894um papel fundamental e o comitê interministerial para viabilizar esse plano, a  
895quem eu peço uma salva de palmas.

896

897

898(Aplausos).

899

900

901**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** - Eu quero pedir a presença da ministra mais três  
902minutos, que eu e o Dr. Rômulo aqui do ICMBio estamos lançando aqui hoje a  
903estratégia nacional de educação ambiental nas unidades de conservação, o  
904ENSEA. Esse é mais um resultado de uma orientação da ministra de que nós  
905fortaleçamos a dimensão da educação ambiental em todas as vinculadas do  
906Ministério do Meio Ambiente e no próprio SISNAMA, numa ideia de que todos  
907os nossos planos têm uma dimensão de educação ambiental, e é preciso que a  
908gente encontre uma unidade de visão e de ação na sua implementação. Então,  
909quero aqui junto com o Dr. Rômulo que está aqui do meu lado, agradecer todos  
910os servidores do Instituto Chico Mendes, principalmente o pessoal dos núcleos  
911de educação ambiental que estão na ponta, que ajudaram a fazer de modo  
912participativo com a presença do Dr. Rômulo na maior parte dos eventos a  
913primeira estratégia nacional de educação ambiental nas unidades de  
914conservação. Acreditamos que com isso nós estamos, de certa forma,  
915corrigindo um erro, fizemos um balanço da reforma do Ministério de 2007,  
916consideramos que foi um equívoco se tirar a educação ambiental do IBAMA e  
917das vinculadas, e com essa estratégia então começa a nossa política de voltar  
918a que as vinculadas cumpram o seu papel na educação ambiental. Então,  
919quero aqui passar rapidamente ao Dr. Rômulo falar as suas palavras.  
920Obrigada.

921

922

923**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Bom dia a  
924todos, Sr<sup>a</sup>. Ministra, Srs. Conselheiros. Nós tratando aqui de uma integração  
925entre duas leis importantes, a 9.985 que é a Lei do Sistema Nacional e

58

926 Unidades de Conservação que remete para um processo amplo de  
927 participação no processo de conservação e biodiversidade, e a Lei de  
928 Educação Ambiental que também nós tivemos uma oportunidade de construí-la  
929 junto com o nosso deputado Fábio Feldmann, e nós agora, de forma prática,  
930 construindo um documento de orientação aos gestores das unidades de  
931 conservação de como fazer a gestão compartilhada das unidades de  
932 conservação, fazendo com que os conselhos funcionem de uma harmônica e  
933 orientada, sob a orientação do Ministério do Meio Ambiente, a Samyra, Nilo  
934 que teve uma participação direta na construção disso, Paulo Maia, Fabiana,  
935 Érika todos os colegas do Instituto, esse foi um processo construído a partir de  
936 toda a experiência construída ao longo desses 20 e poucos anos da educação  
937 ambiental no IBAMA e que o Instituto Chico Mendes, como irmão mais novo,  
938 sempre se apropria das coisas boas construídas por nós mesmos na história  
939 do IBAMA. Muito obrigado a todos.

940

941

942 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Pessoal,  
943 nós vamos desfazer a mesa de abertura. Agradecer a participação da ministra,  
944 do secretário, do presidente do ICMBio, da Larissa, do Olavo que não pode vir,  
945 e vamos retomar os nossos trabalhos de onde nós interrompemos ontem. A  
946 ideia, atendendo a uma demanda dos próprios conselheiros do IBAMA, a gente  
947 sempre que possível trazermos a ministra, o secretário para partilhar com o  
948 IBAMA as principais ações no processo do Ministério e eventuais convidados  
949 como o Márcio Pochmann e outros para tratarmos de temas específicos. Nós  
950 vamos fazer um pequeno intervalo de cinco minutos, só para esse trânsito se  
951 processar, mas nós vamos permanecer aqui. Obrigado.

952

953

954 *(Intervalo).*

955

956

957 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Pessoal,  
958 nós vamos retomar as discussões no capítulo Câmaras Técnicas que foi... Nós  
959 vamos conseguimos ontem nove dos quatorze pontos, os cinco pontos  
960 remanescentes, Câmara Técnica é o principal deles que nós vamos retomar a  
961 partir de agora. Eu vou pedir para o Mattedi relatar.

962

963

964 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
965 **DCONAMA)** - Já relatar a Câmara Técnica?

966

967

968 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Já relatar a  
969 Câmara Técnica. Talvez a gente pudesse votar já de uma vez.

970

971

972 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
973 **DCONAMA)** - São os artigos a partir do art. 30 até o 34 mais o a art. 43 que  
974 fala sobre a CTAJ. Nós fizemos uma tabela... Eu vou ter que descer senão não

59

60

20

975 consigo ler. Nós fizemos uma tabela com as emendas apresentadas. Tem  
976 emenda do Ministério do Meio Ambiente e da CNT. Então, na primeira coluna a  
977 versão da CTAJ, a segunda do MMA e a terceira da CNT. Esta coluna faz uma  
978 demonstração de como estão instituídas pelo regimento as Câmaras Técnicas  
979 com as suas áreas de atuação. Nós tivemos aí algumas emendas de redação  
980 que procuram clarear um pouco mais questões, por exemplo, falava-se em  
981 áreas de atuação e competências misturando as duas questões. Então, foi feita  
982 uma emenda, foi corrigido, a Secretaria de Portos apresentou alguns  
983 aperfeiçoamentos nesse sentido que estão sendo assimilados como  
984 necessários para melhor compreensão do texto, também a CNT fez isso. A  
985 questão central para ser discutida nesse plenário é a questão de quais serão  
986 as Câmaras Técnicas com que área de atuação, ou em outras palavras, como  
987 nós dividiremos as áreas de atuação do CONAMA por Câmaras Técnicas?  
988 Então, a ideia é que a gente faça agora ali uma compreensão do quadro  
989 comparativo que a gente está propondo. A CTAJ pensou na Câmara Técnica  
990 de Biodiversidade com... Eu vou pedir paciência dos conselheiros, porque vou  
991 fazer a observação sobre a Câmara e a área de atuação dela já numa mesma  
992 apresentação. A Câmara Técnica de Biodiversidade, a área de atuação,  
993 proteção e uso sustentável da biodiversidade. A segunda câmara originalmente  
994 proposta é a Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental que o  
995 Ministério do Meio Ambiente propõe que ela seja transformada em Câmara  
996 Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos. Desculpe. Câmara  
997 Técnica de Controle Ambiental das Atividades Minerárias e Energéticas de  
998 Infraestrutura. Desculpe-me, é porque a mexida no texto na hora me confundiu.  
999 Então, esta Câmara, na verdade, seria quase que uma divisão daquelas  
1000 funções que hoje estão na SMCQ, quer dizer, na CTQA que é a qualidade  
1001 ambiental e o controle juntos na CTQA, que é a câmara hoje talvez com maior  
1002 volume de trabalho, mais atuante, então ficaria dividido numa Câmara Técnica  
1003 o controle ambiental das atividades minerárias, energéticas e de infraestrutura.  
1004 Eu vou falar das atividades dela. Por favor, vá baixando. Que teria com área de  
1005 atuação licenciamento ambiental, controle ambiental das atividades minerárias,  
1006 energéticas e de infraestrutura e a outra câmara, vamos passar para lá direto,  
1007 uma nova câmara, até a nova câmara, por favor. Câmara Técnica de  
1008 Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos ficaria com saneamento ambiental,  
1009 resíduos, padrões técnicos para operacionalização da responsabilidade pós-  
1010 consumo, controle e proteção da qualidade ambiental, em especial, das águas,  
1011 ar e solo, critérios técnicos para declaração de áreas críticas saturadas ou em  
1012 vias de saturação, critérios para avaliação das normas emitidas pelo CONAMA.  
1013 A outra Câmara seria a Câmara Técnica de Florestas e Atividades  
1014 Agrosilvipastoris, correção do Governo de Minas, já assimilado aqui, não  
1015 agrosilvo, mas agrosilvi, teria atividade de silvicultura, manejo florestal e  
1016 manejo do solo em uso agropecuário. A legislação florestal está aí retirada por  
1017 não ser área do CONAMA. Teríamos também a Câmara Técnica de Gestão  
1018 Territorial, Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas.  
1019 Continuando. Não teríamos a Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente,  
1020 essas atividades já estariam uma na Câmara Técnica de Qualidade e Gestão  
1021 de Resíduos e a outra para a Câmara Técnica de Educação Ambiental. Então,  
1022 a Câmara Técnica de Educação Ambiental, mais acima, ela se chamaria  
1023 Câmara Técnica de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, ela

1024teria informação, capacitação e educação ambiental, indicadores de  
1025desempenho de avaliação das ações de educação ambiental, assessoria às  
1026demais Câmaras Técnicas do que tange à educação ambiental e critérios  
1027visando subsidiar a implementação das ações constantes na Agenda 21 que  
1028veio da Câmara de Economia e Meio Ambiente que não estaria contemplado  
1029em nenhuma outra Câmara. E a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos tem  
1030uma correção da forma de apresentar, se a área de atuação não é verbo, então  
1031seria constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa de propostas, e no  
1032item B compatibilidade das propostas e resoluções com os acordos  
1033internacionais dos quais o Brasil seja signatário. Então, basicamente a  
1034mudança que a emenda do MMA está propondo é o redirecionamento das  
1035áreas de atuação, de uma área de atuação da Câmara que seria extinta de  
1036economias e meio ambiente para associar à educação ambiental e a divisão  
1037das atribuições da Câmara de Controle e Qualidade em duas novas Câmaras  
1038que agregariam com aquela de saneamento, gestão de resíduos e outro. A  
1039CNT... Vamos entender agora a emenda da CNT. A CNT não propões uma  
1040alteração no regime das Câmaras, no que foi instituído das Câmaras, na  
1041verdade, são quase que correções. A emenda da CNT já faz essa alteração  
1042para solos, por uma questão de coerência com aquilo que é área realmente de  
1043atuação do CONAMA, fala aqui em mecanismo e critérios para avaliação de  
1044custos e benefícios decorrentes das normas emitidas pelo CONAMA, parece  
1045redação, mas não é só redação, é porque é uma questão importante a ser  
1046discutida, retira essa da assessoria às demais Câmaras Técnicas, porque isso  
1047já está previsto no regime entre as Câmaras, então não precisa estar explicado  
1048dentro de uma área de atuação de uma Câmara, e também faz a mesma  
1049correção que nós fizemos no sentido... Que o MMA fez, no sentido de não  
1050colocar como verbo aquilo que é área de atuação. Espero ter conseguido  
1051traduzir para os senhores o espírito das emendas que propõe as alterações. Há  
1052outra alteração lá em cima que é na forma, isso o Ministério do Meio Ambiente  
1053notou que a forma, e essa coisa, a questão das Câmaras Técnicas está  
1054dividida em três artigos, são as Câmaras, o nome delas e a área de atuação.  
1055Nós entendemos, até porque estava assim lá na FBCN, nós entendemos que  
1056poderia fazer uma contração num único artigo dos art. 32 e 33, é uma questão  
1057de forma aí que a gente propõe que se contraia esses dois artigos em um só,  
1058não precisa ter dois artigos para falarem, se repetirem criando o maior volume  
1059no regimento.

1060

1061

1062**O SR. DANIEL MELLO BARRETO (BIOESTE)** - Daniel, Instituto Bioeste. Eu  
1063gostaria de um esclarecimento por parte da mesa. O porquê da retirada da  
1064Câmara Técnica de Atividades Minerais, Energéticas e de Infraestrutura, bem  
1065como da Câmara Técnica de Assuntos Internacionais.

1066

1067

1068**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Vou pedir  
1069para a Marília esclarecer, só queria antes duas coisas. Obviamente, o sentido  
1070desse esforço aqui é dar uma racionalidade a câmaras que estão tendo pouca  
1071robustez, então não se trata de cercear esse ou àquele tema, no geral é ter  
1072mais câmaras que assegurem a participação em todas reagrupando temas, de

67

1073 modo a dar mais instrumentalidade. Mas nesse caso específico vou pedir à  
1074 Marília dar um esclarecimento.

1075

1076

1077 **A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – A questão da proposta,  
1078 alguma coisa, tanto por parte do Gari, quanto posteriormente por parte do  
1079 Ministério e que nós ainda fizemos um enxugamento maior das Câmaras, diz  
1080 respeito tanto essa questão que foi colocada pelo secretário, em termos,  
1081 realmente, do que foi tratado desde o último regimento nosso, quais as  
1082 Câmaras que realmente tiveram assuntos que foram tratados, tiveram trabalho  
1083 realmente a ser realizado, encaminhamento de resoluções e aquelas que  
1084 realmente tinham muito pouco trabalho e que se reuniram muito pouco, não é  
1085 em função, inclusive, de demanda, é porque realmente não tinham coisas a  
1086 serem tratadas naquelas Câmaras. Então, uma das razões de a gente tentar  
1087 agregar, agrupar as Câmaras foi essa, a outra foi em sentido da própria  
1088 competência do CONAMA, as competências do CONAMA estão definidas na  
1089 6.938. No caso da área, por exemplo, de assuntos internacionais, uma coisa,  
1090 por exemplo, como a ministra colocou aqui, o CONAMA em si discutir assuntos  
1091 de política setorial, de política ambiental, a questão dos grandes acordos e  
1092 tratados internacionais, outra coisa é a Câmara Técnica trabalhar com esse  
1093 assunto e desenvolver uma resolução relativo a ele, quer dizer, no campo  
1094 internacional nós vamos fazer uma resolução, por exemplo, em relação a  
1095 alguma questão relativa a um assunto internacional, a gente pode discutir o  
1096 assunto, fazer recomendação, mas não é competência direta do CONAMA  
1097 desenvolver aquele tema. Na questão de infraestrutura, mineração e energética  
1098 o que a gente faz nisso, a gente não vai fazer política setorial relacionada a  
1099 isso, a gente discute essa política, a gente interfere nessa política, etc. e tal,  
1100 mas o que a gente faz praticamente no CONAMA é relacionado à questão do  
1101 controle ambiental. Então, todas as resoluções que foram relacionadas a essa  
1102 temática foram desenvolvidas dentro da Câmara de Controle Ambiental. Então,  
1103 o que nós propusemos que essa Câmara fosse agregada na Câmara de  
1104 Controle e a Câmara de Resíduos, a antiga câmara que tratava de resíduos,  
1105 saúde ambiental, saneamento, alguma coisa assim, grande parte da questão  
1106 de resíduos, hoje em dia, quando saiu a política de resíduos, ela não vai ser  
1107 mais tratada aqui no CONAMA, isso, inclusive, a gente discutiu na reunião  
1108 anterior, então a ideia foi pegar a Câmara de Controle que tem uma demanda  
1109 muito grande, pegar a partir de qualidade da Câmara de Controle, a parte toda  
1110 de desenvolvimento de padrões e critérios, levar isso para uma Câmara que  
1111 nós denominamos de qualidade e gestão de resíduos e deixar a Câmara de  
1112 Controle realmente focada com a questão do controle ambiental. Essa foi a  
1113 proposta.

1114

1115

1116 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Mais  
1117 alguma solicitação de esclarecimento? José Cláudio?

1118

1119

1120 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**  
1121 **Minas Gerais)** - Bom dia. José Cláudio, Governo do Estado de Minas Gerais.

68

69

23

1122Me causou muita surpresa e eu queria um esclarecimento por que é que a  
1123Câmara chama Câmara Técnica de Controle Ambiental das Atividades  
1124Minerárias, Energéticas e de Infraestrutura. Cadê a indústria? Sumiram com a  
1125indústria. Quer dizer que a indústria deve está rindo até aqui, não vai ter mais  
1126controle da indústria. Outra coisa por que energética? A única infraestrutura  
1127que nós temos no país é energética, ela não é infraestrutura? Então, acho  
1128assim, houve um... E comentando o que a Marília falou, discordo  
1129completamente, gestão de resíduo, acabamos de ver, vai ser uma das coisas  
1130mais importante que o CONAMA vai trabalhar. Então, tudo bem, está Câmara  
1131de Gestão de Resíduo. Mas eu acho que... E queria outro esclarecimento. Por  
1132que é que ficou florestas e solos? Ora o que a gente tem trabalhado em solo é  
1133em qualidade, eu não entendi. Eu acho que floresta tem a ver com solo? Em  
1134atividade agrosilvipastoril tem acho que mais, ontem ainda foi falada, e na  
1135nossa realidade o maior problema de solo hoje é agrotóxico Eu não entendi  
1136como é que foi feita essas adequações aqui não, acho que elas estão bastante  
1137fora do quadro que a gente está pensando

1138

1139

1140**SR. DANIEL MELLO BARRETO (BIOESTE)** - Daniel, Instituto Bioeste.  
1141Devido à explicação da retirada dessas Câmaras Técnicas, e a gente por  
1142entender a necessidade, principalmente, da Câmara Técnica de Assuntos  
1143Internacionais que tem como finalidade compatibilizar as resoluções do  
1144CONAMA com as medidas adotadas pelos órgãos e entidades brasileiros  
1145relativas às questões ambientais de âmbito internacional, e se a gente levar em  
1146consideração que de 1959 a 1994 foram criados 58 tratados internacionais  
1147sobre o meio ambiente, dos quais o Brasil é signatário de, pelo menos, 35,  
1148considerando que muitas das resoluções editadas pelo CONAMA podem estar  
1149em desacordo com esses tratados internacionais. Considerando que essa  
1150alegação de se extinguir Câmara Técnica também como é o caso da de  
1151Assuntos Internacionais por inatividade das gestões passadas não é um motivo  
1152da sua extinção, e, sim, de uma reformulação dela. Então, considerando  
1153também que em 2012 vai acontecer aí no Brasil a Rio + 20 e novas normas  
1154internacionais poderão ser criadas também a partir disso que as resoluções  
1155deverão ser readequadas, a gente entende que é de suma importância a  
1156permanência no novo regimento e a ampliação da Câmara Técnica de  
1157Assuntos Internacionais. Então, a gente gostaria de colocar para votação que  
1158se mantenha a Câmara Técnica de Assuntos Internacional, como também  
1159entendemos que a Câmara Técnica de Atividades Minerárias, Energéticas e de  
1160Infraestrutura também deva permanecer, uma vez que a gente está vivendo  
1161hoje no Brasil uma realidade mineraria que é o caso do descobrimento na  
1162Bahia de um minério altamente cancerígeno que é o tálio que só existe em dois  
1163lugares do mundo, e agora também no Brasil, e aqui no Brasil a gente não tem  
1164nenhuma norma referente a ele, então acho que vai caber a essa casa fazer  
1165algumas diretrizes sobre o tálio, então acho que seria de suma importância  
1166estar mantendo as duas Câmaras Técnicas. Obrigado.

1167

1168

1169**SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Cristina e  
1170Volney.



73

1171

1172

1173 **A SRª. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** - Só queria ressaltar que  
1174 juridicamente não faz diferença se uma norma é internacional ou se é nacional.  
1175 As resoluções do CONAMA regulam a lei. E se há um tratado internacional ele  
1176 entra no sistema jurídico como uma lei qualquer, então ele tem a mesma  
1177 natureza do que uma lei qualquer, e se é legal ou ilegal, confrontar ou não tem  
1178 porque fazer uma câmara para distinguir aquelas que são de origem  
1179 internacional daquelas são de origem nacional, elas são a mesma coisa, só  
1180 queria ressaltar que eu concordo com o Zé Cláudio que citar essas  
1181 determinadas indústrias, ou determinadas atividades e outras não é prejudicial,  
1182 que talvez seja melhor só colocar Câmara de Controle Ambiental e não colocar  
1183 todos esses nomes.

1184

1185

1186 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
1187 **DCONAMA)** – Volney está inscrito e depois o Nilo.

1188

1189

1190 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - O primeiro ponto é só para  
1191 registrar esse aspecto da questão internacional, da Câmara Internacional que  
1192 as questões de compatibilidade e legislação já estão tratadas na jurídica, está  
1193 previsto que essa questão não deixará de ser tratadas. Se eu entendi bem as  
1194 questões que você traz relativo ao tálío, elas deverão ser trabalhadas nessa  
1195 proposta de uma nova Câmara de Qualidade e Resíduos, e que caberia a ela  
1196 essa competência pelo que está escrito aí. E em relação ao aspecto do nome  
1197 da Câmara de Controle, Zé Cláudio, acho que você tem razão, a ideia básica é,  
1198 até porque a grande, procurando um melhor balanço entre as atividades das  
1199 Câmaras seria de deixar a questão de controle numa e a questão de qualidade  
1200 e resíduos na outra. Seria esse o conceito geral que está previsto. Obrigado.

1201

1202

1203 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Nilo, depois  
1204 Patrícia, depois Zuleica.

1205

1206

1207 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ – (Diretor de Educação Ambiental)** -  
1208 Nilo Diniz, Diretor de Educação Ambiental, ex-diretor do CONAMA. A mesa  
1209 pediu para eu dar só um breve esclarecimento mais de caráter histórico em  
1210 relação à Câmara de Assuntos Internacionais. Na verdade, nós tivemos  
1211 durante um longo tempo uma dificuldade muito grande de pautar essa Câmara  
1212 Técnica por quê? Porque do ponto de vista técnico os aspectos relacionados  
1213 com convenções e acordos internacionais vinham sendo tratados nas Câmaras  
1214 Técnicas afins, então a Marília me lembrou aqui de Basileia que vinha sendo  
1215 tratado na Câmara de Resíduos Sólidos, do ponto de vista técnico nada mais  
1216 apropriado. Quando o aspecto é de ordem jurídica a compatibilização de  
1217 resoluções com convenções internacionais, a própria Câmara de Assuntos  
1218 Jurídicos também faz essa observação, como já foi falado aqui pela  
1219 procuradora Cristina. Então, na verdade, o esforço que o CONAMA fez na

74

75

25

1220 proposta de enxugamento das Câmaras Técnicas extinguindo a de Assuntos  
1221 Internacionais e de Atividades Mínerárias não é na intenção de não discutir os  
1222 temas diretamente afetos a essas Câmaras, não, é apenas de racionalizar mais  
1223 e colocá-lo exatamente nas Câmaras mais afins, com cada um dos aspectos.  
1224 Então, não está se subtraindo temas de discussão do CONAMA, pelo contrário,  
1225 está articulando melhor com o conjunto das câmaras que tem tido mais  
1226 atividades, sejam elas de caráter técnico, sejam elas de caráter jurídico, como  
1227 a CTAJ. Apenas isso que está sendo feito. Obrigado.

1228

1229

1230 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) – Patrícia.**

1231

1232

1233 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT) - Patrícia Boson, CNT.**

1234 Quando a gente começou a discussão sobre a questão das Câmaras Técnicas  
1235 no GTAI eu discordo um pouco das explicações, não tem nem questão de  
1236 racionalidade, nem Câmara que não funcionava, e nem nada disso. O que a  
1237 gentes olhou especificamente era a competência do CONAMA, se você tem  
1238 uma Câmara Técnica com um nome de uma atividade, das duas uma, ou você  
1239 está excluindo atividade cuja Câmara Técnica não tem aquele nome, quer  
1240 dizer, se você diz que o CONAMA tem uma Câmara Técnica de infraestrutura  
1241 mineraria e transporte, e se você for olhar no CONAMA ele não tem uma  
1242 Câmara Técnica de Indústria, dar-se a pensar que não caberá ao CONAMA  
1243 regulamentar sob o ponto de vista ambiental a indústria, só vai ficar pensando  
1244 sobre mineração, transporte e tudo mais, então a gente tentou evitar um nome  
1245 de atividade, para não dar a entender que o CONAMA estaria regulamentando  
1246 aquela atividade específica. Daí, Zé Cláudio, o agrosilvipastoril, se solo não é o  
1247 nome adequado ajuda a pensar, o que a gente não pode achar correto é  
1248 colocar uma atividade, seja ela qual for, então não cabe infraestrutura, porque  
1249 nós temos a ANEEL que regulamente energia, nós temos a ANTT que  
1250 regulamenta transportes, nós temos agências que regulamentam as atividades,  
1251 o que o CONAMA faz é avaliar a questão ambiental, não tem nada sobre  
1252 mineração, sobre energia que não esteja no controle de qualidade que a  
1253 Câmara já tem uma Câmara de Controle, então nós íamos simplesmente ficar  
1254 repetindo gestos. Então, não teve demanda, não foi por incompetência e nem  
1255 capacidade das pessoas que estavam nesses grupos, não teve demanda  
1256 porque não é competência do CONAMA e não surge demanda, tinha que  
1257 inventar demanda, porque não surge a demanda naturalmente. Então, todas as  
1258 Câmaras Técnicas com nome de atividade a gente defende que tem que sair  
1259 porque senão eu estou excluindo uma atividade. Tem uma atividade  
1260 precipuamente mais regulamentada que a indústria, por exemplo, não tem  
1261 nenhuma Câmara Técnica chamada indústria, e por isso o CONAMA esqueceu  
1262 a indústria, deixou de regulamentar a indústria? Pelo contrário, é a atividade  
1263 hoje mais regulamentada ambientalmente é a indústria e não tem nenhuma  
1264 Câmara Técnica chamada indústria. Então, essa era a ideia do processo, por  
1265 isso que elas foram rejeitadas. E peço aí para pensar em outro nome solo, a  
1266 CNT retira o nome solo pelas dificuldades que o Zé Cláudio colocou e que eu  
1267 concordo com elas, e a gente pensa outro nome mais adequado, mas que não  
1268 pode ser um nome de uma atividade sob pena de a gente estar dizendo à

1269sociedade que o CONAMA só pensa aquela atividade e não pensa as outras  
1270atividades.

1271

1272

1273**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) – Marcelo.**

1274Desculpe, Zuleica.

1275

1276

1277**O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ) - Secretário, senhoras e**  
1278**senhores conselheiros. Vou colocar uma premissa que para mim parece**  
1279**bastante clara. A gente não pode colocar todas as atividades desenvolvidas no**  
1280**país num mesmo saco num pé de igualdade. Não é assim que a Constituição**  
1281**Federal faz, não é assim que a legislação ambiental faz, não é assim que o**  
1282**regimento antigo fazia e não é assim que o novo deve fazer. A Constituição**  
1283**Federal prevê normas específicas para algumas atividades, aquelas atividades**  
1284**que estão essenciais e imprescindíveis para o desenvolvimento nacional. Vale**  
1285**lembrar o caso da mineração, o art. 225 da Constituição é o único artigo que**  
1286**trata do meio ambiente, com seus parágrafos, ele tem um parágrafo específico**  
1287**para tratar que a mineração depende de uma posterior reparação da área, quer**  
1288**dizer, a mineração é tão importante que ela merecia um parágrafo específico**  
1289**no art. 225, assim também é com a infraestrutura, as obras essenciais de**  
1290**infraestrutura são consideradas atividade de utilidade pública, elas são caso**  
1291**excepcional de intervenção em área de preservação permanente, segundo o**  
1292**Código Florestal, é um caso excepcional de intervenção em Mata Atlântica,**  
1293**segundo a Lei da Mata Atlântica. As atividades de geração de energia,**  
1294**senhores, nem preciso comentar, todo mundo tem plena consciência de que o**  
1295**país vem demandando níveis cada vez maiores de energia, e esse é um tema**  
1296**que tem suscitado as mais complexas discussões ambientais, dos mais**  
1297**complexos questionamentos, todas as instâncias políticas, jurídicas, judiciais e**  
1298**administrativas. Então com isso eu quero pontuar da seguinte forma, apenas**  
1299**isso, a Constituição Federal, a legislação nacional prevê atenção especial em**  
1300**algumas atividades, e aí eu acho que realmente, e eu parabeno o esforço do**  
1301**MMA, porque tivemos um dia de trabalho, foi no dia 4 de maio desse ano,**  
1302**tivemos um dia inteiro de trabalho sobre o tema, na oportunidade a nossa**  
1303**entidade pontuou essa questão, e de lá para cá o MMA inseriu a proposta,**  
1304**realmente a manutenção de uma atenção especial com as atividades**  
1305**minerarias, energéticas e de infraestrutura que são atividades realmente no**  
1306**contexto atual de desenvolvimento são atividades essenciais para o**  
1307**desenvolvimento do país, isso é proclamado em todos os fóruns que o Governo**  
1308**Federal se manifesta. E quanto à questão do desenvolvimento industrial que**  
1309**também é muito importante, mas o nosso entendimento, todas as questões**  
1310**relativas a impactos ambientais e questões ambientais do desenvolvimento**  
1311**industrial estão contemplados no termo qualidade ambiental e gestão de**  
1312**resíduos, então existe uma Câmara Técnica específica para tratar de qualidade**  
1313**ambiental e gestão de resíduo, mas parece que realmente essa é a Câmara**  
1314**bastante pertinente e oportuna para tratar de temas relativos a toda**  
1315**regulamentação da atividade industrial. E nos parece então, e aí que**  
1316**defendemos de forma bastante enfática e veemente a importância da**  
1317**manutenção de uma Câmara Técnica que se debruce sobre o controle**

1318ambiental, avaliação ambiental dessas atividades que realmente elas já têm na  
1319Constituição e nas leis do país um regime jurídico especial, uma atenção  
1320especial, as atividades minerárias, energéticas de infraestruturas. Então, eu  
1321voto parabenizando o MMA por ter contemplado isso, consideramos pela  
1322oportunidade, pela importância da aprovação da proposta do MMA nesse  
1323ponto.

1324

1325

1326**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado.  
1327Pessoal, vamos só tentar ser mais breves nas intervenções. Dr. Jairo.  
1328Perfeitamente. Eu entendi que você tinha aberto mão, mas não tem problema.

1329

1330

1331**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA (AMAR)** - Bom dia. Zuleica. A minha posição é a seguinte. A  
1332Câmara Técnica de Controle Ambiental tem uma demanda muito grande  
1333atualmente. Se a gente juntar Qualidade de Controle Ambiental, e se a gente  
1334juntar com atividades minerárias, energéticas e infraestrutura só pelo fato de  
1335que a antiga Câmara Técnica não tinha demanda, isso pode causar um  
1336problema muito sério daqui para frente. Essa Câmara Técnica vai ter que se  
1337reunir muito mais. Se tirou a qualidade do controle ambiental, colocou injeção  
1338de resíduos, então deixou a fixação de limites, parâmetros e etc. para a  
1339Câmara de Gestão. E somou minerárias, energéticas e infraestrutura com  
1340controle ambiental. Então, você acha que com isso a demanda vai ficar  
1341equilibrada? Essa era a minha preocupação. Obrigada.

1342

1343

1344**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Dr. Jairo.

1345

1346

1347**O SR. JAIRO RODRIGUES DA SILVA (MT)** - Bom dia. Jairo Rodrigues,  
1348ministério dos Transportes. Eu entendo a preocupação do representante de  
1349Minas, também da Patrícia com relação, se eu entendi as colocações de vocês,  
1350sobre o não atendimento, essa foi apenas uma parte que vocês colocaram, o  
1351não atendimento da questão industrial. Por outro lado, e eu vou apresentar  
1352uma proposta ao final, quer dizer, não sei nem se é proposta, é sugestão,  
1353porque as propostas estão aqui, mas na área de infraestrutura e,  
1354particularmente, no setor de transporte nós temos algumas... A importância...  
1355Vou buscar destacar a importância de se manter essa proposta originária do  
1356Ministério do Meio Ambiente, eu entendo assim, porque, por exemplo, na área  
1357específica só de transportes nós temos várias resoluções, não são coisas de  
1358futuro, não são coisas que demandam estar aqui ou estar ali, ou até talvez nem  
1359estar, mas temos várias resoluções e outras não resoluções nominadas, mas  
1360assuntos, vários inseridos e tem sido tratados em outras Câmaras que são da  
1361pertinência, na nossa visão, na área de transporte, na área de infraestrutura,  
1362por exemplo, eu citaria apenas duas, a Resolução 349 sobre licenciamento de  
1363ferrovias, e ainda agora recebi um telefonema de representantes de  
1364associações, porque essa resolução é de 2004, e pelo seu próprio tempo de  
1365estar em vigor já carece de alguns ajustes, ela deverá ser tratada aqui no  
1366CONAMA, além de Câmaras Técnicas e grupos de trabalho, outra... Isso no

1367setor ferroviário, no setor hidrovial nós temos a Resolução 344 também de  
13682004 que foi adequada pela 421, no final do ano passado, e que há um GT  
1369coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, que está discutido com muito  
1370detalhe, com subgrupos, enfim, a parte hidrovial, a parte marítima, então são  
1371demandas, e há outras na área ferroviária, são demandas, eu diria intensas  
1372com fórum aqui nesse plenário, só no setor de transportes, provavelmente os  
1373representantes de energia de outras áreas minerárias teriam as suas  
1374colocações. Então, já falei muito. Mas a proposta, para concluir, que eu faria, a  
1375sugestão que eu deixaria, e até porque eu acho que foi muito discutida essa  
1376proposta durante vários anos, eu acho que essa proposta, como eu já disse,  
1377veio adequar bem, porque os outros setores estão contidos aqui. Será que  
1378infraestrutura está sendo priorizada, atividades ligadas à infraestrutura  
1379minerárias e energéticas? Não, a gente vê que nessas oito câmaras as outras  
1380atividades estão todas contidas aqui, na nossa visão. Então, para concluir a  
1381nossa sugestão de texto, para atender o que disse a colega Patrícia Boson e o  
1382representante de Minas Gerais, seria incluir, eu acho que aí esgotaremos o  
1383assunto, na minha visão, como sugestão de nomenclatura para essa Câmara,  
1384seria Câmara Técnica de Controle Ambiental das Atividades Minerárias,  
1385Energéticas, Industriais e de Infraestrutura, porque a falta dessa câmara seria  
1386uma perda bastante acentuada para nós do setor de transportes. Obrigado.

1387

1388

1389**SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Wanderlei, CNI. Bom dia,  
1390senhores. O nosso comentário vai em direção à concordância colocada aqui  
1391pelo Ministério Público Federal. Nós concordamos que a nomenclatura deve  
1392ser geral, a Câmara Técnica de Controle Ambiental, porque particularizar áreas  
1393é complicado, nós estamos colocando aqui como item licenciamento ambiental,  
1394licenciamento ambiental pega várias atividades, indústria, infraestrutura,  
1395energia, comércio também, empreendimentos comerciais, e outros. Então,  
1396seria mais condizente, nós concordamos com a posição do Ministério Público  
1397Federal para que seja genérico, Câmara Técnica de Controle Ambiental.  
1398Obrigado.

1399

1400

1401**SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**  
1402**Minas Gerais)** - Primeiramente para dizer que com relação aos solos, nós  
1403entendemos que a questão de solo está na de qualidade ambiental. Nós  
1404tratamos de qualidade do ar, qualidade das águas, qualidade do solo, inclusive,  
1405todo o trabalho que fizemos recentemente com os valores de referência de solo  
1406feito na Câmara de Qualidade Ambiental. Eu acho que o Ministério fez um boa  
1407proposta porque era uma Câmara muito densa com muita demanda de controle  
1408e qualidade ambiental, de separar, termos uma Câmara de Controle Ambiental  
1409e outra Câmara de Qualidade Ambiental, mas como já foi dito aqui, a Câmara  
1410de Controle Ambiental é para controle ambiental de todas as atividades. Então  
1411não posso concordar com o colega que me antecedeu para dizer que a  
1412mineração está no artigo tal, porque o outro está no artigo tal. Ora, se controle  
1413da mineração deva ser uma prioridade, se a Câmara estabeleça essa  
1414prioridade no controle da atividade minerária, se é da atividade industrial ou de  
1415algum tipo de indústria, isso é pauta de Câmara, agora não é por isso que eu

1416vou separar isso das Câmaras, Controle Ambiental, até porque temos risco,  
1417como a Patrícia falou, de citar vários, e o que aconteceu aqui, atividades  
1418esqueceu uma e se não está explícito ela faz a confusão de não seja tratada.  
1419Então, eu acho que nós poderíamos ter a Câmara de Controle Ambiental e a  
1420Câmara de Qualidade Ambiental e deixando os solos na Câmara de Qualidade  
1421Ambiental.

1422

1423

1424**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
1425**DCONAMA)** – O Ministério do Meio Ambiente tem alguma colocação em  
1426relação a essa posição? Atividades de florestas entraria, segundo a posição  
1427colocada, na Câmara de Qualidade Ambiental. Na, de solos? A questão de  
1428solos é que entraria na de qualidade? Certo. Só tiro... Florestas continuaria só  
1429isso? Soares.

1430

1431

1432**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Francisco Soares,  
1433Fundação Rio Parnaíba. Eu não vejo porque querer mudar o nome da Câmara  
1434Técnica de Controle e Qualidade Ambiental com acréscimo, porque controle e  
1435qualidade ambiental é abrangente, não precisa jamais, jamais acrescentar  
1436nada, porque uma Câmara Técnica... É uma das Câmaras Técnicas que  
1437ninguém tem dúvida das suas atividades e nem desdobrar para outra. Uma  
1438questão da Câmara Técnica que hoje seria de saúde, saneamento ambiental e  
1439resíduos, nós poderíamos manter tirando a palavra resíduos, porque resíduo é  
1440saneamento também, saneamento é resíduo, é o lixo doméstico, é tudo mais.  
1441Então por que apresentar resíduos se o resíduo já está incluso na área de  
1442saneamento? É abrangente. Então, não vejo também por que retirar a Câmara  
1443Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental, está certo que o resíduo pode ser  
1444retirado, porque resíduo, Nilo, que eu entendi como você deu a tua vida toda,  
1445resíduo é saneamento, é abastecimento de água, é esgoto, é o destino do lixo,  
1446então tudo isso é resíduo, não precisa, saneamento por si só, diz tudo.

1447

1448

1449**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Pessoal,  
1450ficaria então uma Câmara de Qualidade Ambiental, uma Câmara de Controle  
1451Ambiental... Perdão. E uma Câmara de Florestas. Pois não. Vamos lá.

1452

1453

1454**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** - Eu concordo com a  
1455posição do Zé Cláudio em tirar solos de florestas. E eu proponho que seja  
1456Câmara Técnica de Florestas e Demais Formas de Vegetação.

1457

1458

1459**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Maurício.

1460

1461

1462**O SR. MAURÍCIO ANDRÉS RIBEIRO (ANA)** – Maurício Andreas da Agência  
1463Nacional de Águas. Ficando a Câmara de Controle Ambiental e tirando do  
1464nome dela esse das atividades minerárias, energéticas e infraestrutura, nas

1465competências dela poderia ficar controle ambiental das atividades  
1466potencialmente poluidoras e degradadoras do ambiente, genericamente, e se  
1467quiser põe especialmente minerárias, energética e de infraestrutura.

1468

1469

1470**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Genérica  
1471parece que atende, eu acho interessante. Então, tem a sugestão da Câmara de  
1472Florestas ser acompanhada do complemento de vegetações e a sugestão do  
1473Maurício em relação à forma. Eu pediria só... Então, nós estamos fechando as  
1474Câmaras, falta só a questão da nomenclatura delas. É isso? Pessoal, é isso?  
1475Vamos fazer o seguinte então, vamos dar andamento à reunião, a gente vai  
1476trabalhando essas nomenclaturas e voltamos a elas daqui a pouco. Eu pediria,  
1477Wolney, por favor, veja com o Marcílio, o Maurício a questão da nomenclatura  
1478dessas duas sugestões, as outras duas permaneceriam em caráter genérico,  
1479controle e qualidade ambiental, para gente fechar isso e votar daqui a pouco e  
1480verificar o consenso.

1481

1482

1483**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Secretário, a questão do nome ainda da de  
1484florestas.

1485

1486

1487**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Foi a  
1488sugestão do nosso representante da área de florestas. Pessoal, por favor.  
1489Então, a em relação a quais Câmaras? A sugestão aí seria apenas dos nomes,  
1490eu peço que isso seja objetivado paralelo. Nós vamos ficar com a reunião  
1491paralisada aqui com a terminologia. Vamos lá: Próximo ponto.

1492

1493

1494**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
1495**DCONAMA)** – Senhores, no dia de trabalho foi observado que o art. 43 que  
1496tratava das competências, vamos dizer, da Câmara de Assuntos Jurídicos  
1497estava deslocado das demais Câmaras, então naquele dia se propôs que esse  
1498art. 43 fosse deslocado para imediatamente após a descrição das Câmaras  
1499Técnicas. Então, nesse sentido, a gente, na discussão das Câmaras Técnicas,  
1500passaria agora à discussão do art. 43 que passaria a ser o subseqüente ao art.  
150133, não mais o 43, onde está descrito outras questões sobre a Câmara de  
1502Assuntos Jurídicos. Este artigo tem uma série de emendas, eu mantive, no  
1503caso da apresentação do art. 43, a forma que tradicionalmente a gente trabalha  
1504aqui, porque são artigos quase que auto-explicativos, não tem uma  
1505comparação tão grande. Então, eu vou tentar explicar, vou tentar não, vou  
1506explicar aqui. A Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos no exercício de sua  
1507competência, prevista no art. 33 desse regimento interno poderá: 1: apresentar  
1508substitutivo ao plenário acompanhado da versão original da matéria  
1509examinada. Isso que está em preto é o texto original. A Secretaria de Porto, a  
1510FURPA, desculpe, propõe que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos não  
1511possa fazer substitutivo para o plenário, então extinguir esta possibilidade da  
1512Câmara Jurídica fazer substitutivo. A Secretaria de Portos, para a mesma  
1513questão, propõe que ela possa fazer o substitutivo desde que não altere o

1514 conteúdo técnico da proposta e tenha sido antes sugerida, mas não acatada  
1515 pela Câmara Técnica de origem. A CNT, sobre o mesmo assunto, apresenta a  
1516 seguinte visão, apresentar substitutivo ao plenário exclusivamente no que se  
1517 refere a sua área de atuação, acompanhada da versão original da matéria  
1518 examinada, ou seja, as três emendas relativas ao inciso um do art. 43 propõe  
1519 um disciplinamento da atividade da CTAJ, desde o radical, o mas inteiro que  
1520 ela não pode fazer substitutivo, e os outros dois propõe algum tipo de  
1521 observação sobre como fazer esse substitutivo restringido, vamos dizer, uma  
1522 atuação mais, diríamos, ousada da CTAJ nesse aspecto. E inciso II não tem  
1523 emenda para o inciso II que é devolver a matéria à Câmara Técnica  
1524 competente com recomendações de modificações jurídicas que implique  
1525 alteração de mérito ou a pedido formal do presidente da Câmara Técnica de  
1526 origem, isso não tem emendas. Há uma forma, um terceiro item que já está em  
1527 verde, porque parece que faltava e é necessário que exista, a Câmara Técnica  
1528 de Assuntos Jurídicos pode rejeitar, em parte ou na sua integralidade, proposta  
1529 analisada sobre aspecto da constitucionalidade ou legalidade dando ciência à  
1530 Câmara Técnica de origem e ao CIPAM. Aí tem o desenvolvimento disso para  
1531 que tenha consequências esses parágrafos abaixo. As modificações e  
1532 rejeições ao texto original devidamente justificada que não implique em  
1533 devolução à Câmara Técnica de origem serão encaminhadas ao plenário e  
1534 destacadas no texto original. Portos propõe emenda coerente com a emenda  
1535 dele lá do inciso I, nesse parágrafo, onde ele demonstra a necessidade que as  
1536 alterações ou rejeições ao texto serão devidamente justificados na devolução  
1537 da Câmara Técnica de origem ou no texto substitutivo encaminhada ao  
1538 plenário. Na verdade, é uma emenda mais de redação essa. A FURPA,  
1539 também, mais uma vez, preocupado com o § 1º com: não implica em  
1540 mudanças significativas de mérito. No art. 2º, eu gostaria de discutir em  
1541 separado, secretário, porque é sobre a composição e a presidência da Câmara  
1542 de Assuntos Jurídicos, ela pode ser depois discutida. Eu acho que até aí é  
1543 sobre a atuação da Câmara de Assuntos Jurídicos.

1544

1545

1546 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Já  
1547 levantaram dois. É tudo questão de ordem?

1548

1549

1550 **SR. NÃO IDENTIFICADO** - Quero só...

1551

1552

1553 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Não, quero  
1554 só não. É questão de ordem. A sua é questão de ordem?

1555

1556

1557 **SR. NÃO IDENTIFICADO** - *(Pronunciamento fora do microfone).*

1558

1559

1560 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Não, não.  
1561 Espera um pouquinho.

1562



97

1563

1564 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - *(Pronunciamento fora do microfone)*.

1565

1566

1567 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Ótimo, nós

1568 vamos ter um momento para isso. Pois não.

1569

1570

1571 **O SR. MARCIO ANTONIO TEIXEIRA MAZZARO (MAPA)** - Obrigado. Bom dia

1572 a todos. Márcio Mazari, Ministério da Agricultura. Só uma questão de ordem.

1573 Em vez de a gente já discutir todo o texto de artigo, vamos definir a primeira

1574 situação, se é ou não para manter esse Inciso I, se é uma proposta supressiva

1575 e outra aditiva. Já vamos a ela, porque as outras são desdobramentos dessa

1576 primeira decisão.

1577

1578

1579 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**

1580 **DCONAMA)** - Ok. Eu só quis apresentar o quadro geral para compreensão dos

1581 conselheiros do que está em discussão na totalidade, os outros, abaixo,

1582 discutem a presidência da Câmara e outras questões. Esses incisos, o inciso I

1583 e esses outros tratam da forma de agir na Câmara de Assuntos Jurídicos que

1584 está sendo aí temperada, questionada. Então, nós iremos fazer...

1585

1586

1587 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Com relação...

1588

1589

1590 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**

1591 **DCONAMA)** - Um instantinho. Nós iremos fazer então a discussão, como foi

1592 sugerida, a discussão das emendas a partir do inciso onde elas aparecem, o

1593 inciso I.

1594

1595

1596 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu não vejo por que a

1597 gente discutir uma coisa que está clara. Qual a competência da Câmara

1598 Técnica de Assuntos Jurídicos? É ver a questão legal, constitucional com

1599 relação à matéria que vai ser julgada. O que é que ela faz, sempre fez, e que

1600 não deve ir além disso? É ver alguma coisa que trata sobre

1601 inconstitucionalidade ou alguma coisa de redação, se ela tem dúvida e ela não

1602 tem como analisar a questão técnica, ela jamais pode apresentar um

1603 substitutivo ao plenário, porque tira todo o poder das Câmaras Técnicas

1604 competentes, as Câmaras Técnicas competentes é que tem que definir tudo,

1605 porque se ela for fazer um substitutivo, logicamente ela vai mexer em termos

1606 técnicos que não é da competência dela, por isso é que nós defendemos que

1607 se ela tem dúvida em alguma redação de informações técnicas, pode cobrar na

1608 presença da discussão da matéria na Câmara Técnica de Assuntos Jurídico a

1609 presença dos representantes da Câmara Técnica pertinente para

1610 esclarecimento, ou toda vez que acontecer apresentação de matéria na

1611 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos logicamente é importante que os

98

99

33

100

1612representantes, os relatores e os coordenadores da Câmara Técnica estejam  
1613apresentando as informações técnicas pertinentes, e aí só cabe à Câmara  
1614Técnica de Assuntos Jurídicos ver a adequação jurídica e constitucional e nada  
1615mais do que isso, não fazer substitutivo para trazer ao plenário.

1616

1617

1618**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Vamos  
1619então dar um encaminhamento em função da sugestão do Mazari. Primeiro nós  
1620vamos votar sobre se cada Câmara Técnica e apresentar substitutivo ou não. É  
1621isso?

1622

1623

1624**O SR. MARCIO ANTONIO TEIXEIRA MAZZARO (MAPA)** - Isso.

1625

1626

1627**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Perfeito.  
1628Então, os que estão de acordo que a CTAJ possa apresentar substitutivo ao  
1629plenário, por favor, ergam deus crachás. Pode apresentar. Repito. Os que  
1630estão de acordo com que a CTAJ possa apresentar substitutivo ao plenário, por  
1631favor, levantem seus crachás. 7. Os que são contrários a que a CTAJ possa  
1632apresentar substitutivo ao plenário. Então, o contraste. Então cai.

1633

1634

1635**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
1636**DCONAMA)** - O inciso I fica suprimido.

1637

1638

1639**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
1640**DCONAMA)** – Só para registro. Aprovada a impossibilidade da CTAJ  
1641apresentar substitutivo. Só para ficar bem registrado.é isso.

1642

1643

1644**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
1645**DCONAMA)** - Então, não tem sentido agora discutir a forma de apresentação,  
1646uma vez que não existe mais, podemos descer para outro inciso. Por favor,  
1647podemos descer para o inciso II? O inciso II não tem emenda. O inciso III é  
1648uma proposta que já está assimilada, porque ela é necessária para a lógica de  
1649compreensão do artigo. Rejeitar em parte ou na sua integralidade proposta  
1650analisada sobre aspecto constitucionalidade ou legalidade dando ciência à  
1651Câmara Técnica de origem ao CIPAM. Faltou dizer que esse é um ato  
1652resultado da discussão da CTAJ, então isso aí não tem como não ter aí no  
1653texto. O parágrafo que descreve agora as modificações e rejeições feitas no  
1654texto e que são encaminhadas à Câmara Técnica de origem ao plenário, tem aí  
1655emendas... Na de Portos eu acho que é uma emenda de redação. Urbano,  
1656você concorda que é uma emenda de redação? Ok. Não tem uma discussão  
1657aqui, a gente pode dar essa redação. A da FURPA explicita também na  
1658redação que não pode haver significativa mudança de mérito. Então, eu  
1659acredito que o plenário possa apenas se posicionar, secretário, sobre a  
1660importância da explicitação disso ou não e a gente faz essa redação.

101

102

34

103

1661

1662

1663 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Nós  
1664 estamos encaminhando no sentido de incorporar a emenda da FURPA. Alguém  
1665 é contrário? Está incorporado.

1666

1667

1668 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
1669 **DCONAMA)** - Então, passemos à discussão seguinte, descendo dentro do  
1670 artigo. Aqui é uma discussão que foi grande no dia do grupo de trabalho sobre  
1671 quem compõe. Originalmente a CTAJ dizia que era exclusivamente por  
1672 advogados inscritos na OAB, bacharéis em direito que exerçam cargos  
1673 públicos com reconhecida competência em direito ambiental. Atendendo a  
1674 discussão do dia de trabalho a FURPA formulou aí, a Câmara Técnica de  
1675 Assuntos Jurídicos será composta por conselheiros com reconhecida  
1676 competência em direito ambiental que foi a fórmula que saiu do dia do trabalho.  
1677 Eu me lembro bem que foi uma fórmula meio consensuada no dia do trabalho,  
1678 não tinha poder de decisão, por isso está aqui a emenda que a FURPA  
1679 representa, mas que reflete bem a discussão havida ali no dia do trabalho. Tem  
1680 observação sobre isso?

1681

1682

1683 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - O MMA tirou a proposta dele?

1684

1685

1686 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
1687 **DCONAMA)** - Não, a gente está discutindo primeiro a exigência para a  
1688 composição da Câmara, depois a gente fala da emenda do MMA, a proposta. A  
1689 última. A Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos será composta por  
1690 conselheiros com reconhecida competência em direito ambiental. A emenda do  
1691 MMA, mais abaixo, nesse parágrafo, por favor. Não, ela diz de outro assunto. É  
1692 só essa emenda que existe, ela exige que seja conselheiro e com reconhecida  
1693 competência em Direito Ambiental.

1694

1695

1696 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Pessoal,  
1697 espera aí. Aqui tem duas proposições, e acho que todas duas têm que ser  
1698 analisadas, a primeira relacionada ao Ministério... Pessoal, oito de cada vez,  
1699 nove, doze de cada vez. Pessoal, vamos lá, por favor.

1700

1701

1702 **O SR. FERNANDO REVERENDO VIDAL AKAOUI (Ministério Público**  
1703 **Estadual)** - Sr. Secretário, o estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, salvo  
1704 melhor juízo, eu não tenho o texto em mãos, mas entende que a atividade de  
1705 lançamento de pareceres jurídicos é uma atividade privativa do advogado  
1706 inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, além, daqueles que,  
1707 evidentemente, exerçam cargos públicos na área jurídica. Então, uma redação  
1708 que admita que pessoas não formadas, não bacharéis em direito, exercendo

106

1709atividades jurídicas em cargos públicos ou os inscritos na Ordem dos  
1710Advogados do Brasil contraria uma lei federal, e, portanto, seria ilegal.

1711

1712

1713**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
1714**DCONAMA)** - Eu quero me desculpar que fui responsável pela confusão aqui  
1715causada. O Ministério do Meio Ambiente apresenta na sua emenda, é porque  
1716ela está conjugada com a questão da presidência, na segunda parte da sua  
1717emenda, ainda no § 2º, será composta por bacharéis em direito com  
1718reconhecida competência em Direito Ambiental. Essa é a proposição do  
1719Ministério do Meio Ambiente sobre esse assunto. Desculpem, foi um erro meu.

1720

1721

1722**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Isso já está  
1723superado. A questão é a seguinte, se a composição obedece a proposta do  
1724item 6 de bacharéis, como apresentada na proposta do Ministério, ou se por  
1725conselheiros com competência na área de Direito Ambiental.

1726

1727

1728**O SR. MARCIO ANTONIO TEIXEIRA MAZZARO (MAPA)** - Márcio Mazzaro,  
1729Ministério da Agricultura. Como o colega acabou de colocar, há um preceito  
1730anterior que é a possibilidade na composição da necessidade legal de ser  
1731inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, é como um médico que não pode  
1732clinar se não for inscrito por CRM. É uma questão legal, é uma obrigação de  
1733lei. Então, esse é um pré-requisito, tem que ser inscrito ou não na OAB.

1734

1735

1736**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Um  
1737momento. A questão aqui na Câmara, a atuação dela não é uma atuação  
1738estritamente formal, ela pode propor coisa, tem uma proposta que dê uma  
1739interpretação mais ampla, isso pode ser transformada numa questão de direito  
1740corporativo ou não. Eu acho importante deixar aberto para gente deliberar. Pois  
1741não, Dr. Soares.

1742

1743

1744**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – A emenda da FURPA  
1745eu queria só dar uma melhorada. Além de conselheiro ou representante com  
1746conhecimento na área de direito ambiental, ou representante Agora discordar lá  
1747em cima que terá que ser presidida exclusivamente por representante do  
1748Ministério do Meio Ambiente.

1749

1750

1751**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Nós vamos  
1752voltar depois a esse assunto.

1753

1754

1755**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Porque ela teria que  
1756ser representada como dos membros dessa Câmara Técnica.

1757

107

108

36

109

1758

1759 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
1760**DCONAMA)** - Não está em discussão ainda esse ponto.

1761

1762

1763 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Pessoal,  
1764 vamos lá. A primeira questão que a gente queria colocar aqui é sobre a... É  
1765 sobre se os participantes da Câmara precisam ser advogados na área de...  
1766 Inscrito na Ordem já é outra história. A gente começa, advogado tem centenas  
1767 de milhares, inscritos na Ordem é outro número.

1768

1769

1770 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
1771**DCONAMA)** – Então, só um esclarecimento...

1772

1773

1774 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Perdão.  
1775 Vocês estão propondo bacharéis ou inscrito na Ordem?

1776

1777

1778 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Bacharéis.

1779

1780

1781 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu já tenho  
1782 duas propostas então. Primeiro vamos ver sobre se precisa ser bacharéis em  
1783 Direito ou não, e depois se os bacharéis têm que estar inscrito na Ordem ou  
1784 não.

1785

1786

1787 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
1788**DCONAMA)** – Eu teria... Só um esclarecimento, secretário, como está hoje no  
1789 decreto são bacharéis...

1790

1791

1792 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Espera aí,  
1793 com licença. Vamos primeiro ver a proposta da FURPA e a proposta do  
1794 Ministério da questão de ser bacharéis em Direito. Aqueles que entendem que  
1795 para participar da CTAJ precisam ser, pelo menos, bacharéis em Direito, por  
1796 favor, ergam os braços, ergam os crachás.

1797

1798

1799 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
1800**DCONAMA)** – Eu teria um esclarecimento então. Há uma obrigatoriedade do  
1801 decreto de que seja hoje a maneira como está colocada, eu estou relatando  
1802 como está no decreto, bacharéis em direito com reconhecida competência em  
1803 Direito Ambiental. Isto é a redação de hoje do decreto.

1804

1805

112

1806 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Gente, por  
1807 favor, vamos lá.

1808

1809

1810 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - *(Pronunciamento fora do microfone)*.

1811

1812

1813 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
1814 **DCONAMA)** – Requeira judicialmente.

1815

1816

1817 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Por favor,  
1818 os que acham que têm que ser bacharel em direito, por favor, levantem o  
1819 braço. A outra opção são os que prescindem. Pessoa, por favor. Eu já disse,  
1820 vou repetir. A segunda opção é a emenda da FURPA com a variação que o Dr.  
1821 Soares colocou. Pode ficar aí Dr. Soares, o senhor já esclareceu, conselheiros  
1822 ou representantes. Dr. Soares, acho que não há o que esclarecer.

1823

1824

1825 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Então o  
1826 *(Pronunciamento fora do microfone)*.

1827

1828

1829 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Então, o  
1830 senhor está concordando com a proposta? Alguém defende a proposta de que  
1831 os representantes da CTAJ não precisam ser bacharéis em Direito? Então, não  
1832 tem o que votar, já está equacionado, vão ser bacharéis em Direito com  
1833 reconhecida competência na área de direito ambiental. Vamos em frente.

1834

1835

1836 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
1837 **DCONAMA)** – A segunda questão... Uma questão era bacharéis em direito, ou  
1838 não, ou quaisquer formações. Já passou de que está no decreto, já passou que  
1839 é bacharel em direito. A segunda questão a ser votada seria bacharel em  
1840 Direito ou inscrição na OAB. Bacharel e inscrição, um é simplesmente  
1841 bacharel, o outro é bacharel e inscrito na OAB, obviamente.

1842

1843

1844 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Alguém  
1845 defende a proposta que tem que ser os inscritos na OAB? Defende. Há uma  
1846 defesa então. Então, nós vamos ver se além de bacharéis em Direito precisam  
1847 ser inscritos na OAB. Aqueles que defendem que precisa apenas ser bacharéis  
1848 em Direito, por favor, levantem a mão. Aqueles que defendem que precisa,  
1849 além, de ser bacharel, ser também inscrito na OAB. A segunda posição,  
1850 perdeu, prevaleceu a primeira. Vamos em frente.

1851

1852

1853 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
1854 **DCONAMA)** – Só um esclarecimento à plenária, Mazari. Já na parte da

113

114

38

115

1855Câmara Especial Recursal, como a Câmara tem uma competência que é de  
1856julgamento, em última instância, dos autos de infração, aí já está contemplada  
1857a questão, porque realmente é outra competência que há necessidade de  
1858inscrição na OAB ou se for advogado público, isso já estaria suprimido. Mas  
1859advogado já é necessariamente. Então isso já está contemplado na  
1860competência específica da especial recursal.

1861

1862

1863**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - O outro assunto do mesmo, aí mesmo. A  
1864redação do Ministério do Meio Ambiente propõe, nesse parágrafo também, a  
1865questão da presidência desta Câmara Técnica, em especial, excepcionalmente  
1866diferente das outras Câmaras, esta Câmara seria presidida por representante  
1867indicado pelo Ministro de Estado de Meio Ambiente, esta é a emenda  
1868apresentada pelo Ministério do Meio Ambiente.

1869

1870

1871**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Pois não,  
1872Dr. Soares.

1873

1874

1875**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu vou defender  
1876contra à exclusividade para o Ministério do Meio Ambiente presidir uma  
1877Câmara Técnica, enquanto todos os membros da Câmara Técnica estariam  
1878com o mesmo direito de ser indicada à presidência, porque isso foge o princípio  
1879das outras Câmaras Técnicas que qualquer membro pertencente à ela poderá  
1880ir à presidência, e essa Câmara Técnica não seria uma exceção, com relação  
1881às outras, então não precisa reserva de mercado, tem que ser os direitos  
1882iguais.

1883

1884

1885**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu gostaria  
1886de defender aqui a posição do representante que tem que ser indicado pelo  
1887Ministério, em função da responsabilidade da Câmara, em função dos assuntos  
1888nela [ininteligível], não é que ele tenha quer ser do Ministério, mas o Ministério  
1889tem responsabilidades para com esse assunto que eu acho que são  
1890diferenciado em relação a outras Câmaras. Então, eu queria defender aqui a  
1891posição de que essa Câmara seja presidida por representante indicado pelo  
1892Ministério. Vamos votar então. Nós temos as duas posições. A primeira  
1893posição... Pois não.

1894

1895

1896**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Essa indicação também seria de um bacharel em  
1897direito também.

1898

1899

1900**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
1901**DCONAMA)** – Isso já é requisito para estar na Câmara, já é requisito para a  
1902Câmara.

1903

116

117

118

1904

1905 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Um esclarecimento. Hoje é assim, o regimento  
1906 de hoje...

1907

1908

1909 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Não vamos  
1910 voltar a discutir isso mais não, por favor. Vamos em frente. Quem defende a  
1911 posição de que o presidente da CTAJ deva ser indicado pelo Ministério do Meio  
1912 Ambiente?

1913

1914

1915 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
1916 **DCONAMA)** – Quem vota isso?

1917

1918

1919 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Quem  
1920 defende a posição de que deva ser eleito pelos representantes? Venceu por  
1921 contraste a primeira posição, a presidência é indicação do Ministério. Vamos  
1922 em frente.

1923

1924

1925 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Para esse parágrafo fica a redação proposta da  
1926 emenda do Ministério.

1927

1928

1929 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
1930 **DCONAMA)** – O Bruno tem um pedido de esclarecimento.

1931

1932

1933 **O SR. BRUNO** - Por uma questão dos antecedentes da discussão, eu não  
1934 queria falar durante o debate, mas eu fiquei com uma dúvida, são dez  
1935 membros e mais um presidente, será única Câmara com onze? Ou um dos dez  
1936 será indicado obrigatoriamente pelo Ministério, e, portanto, a área federal terá  
1937 mais um para indicar?

1938

1939

1940 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
1941 **DCONAMA)** – Posso esclarecer. A Câmara Técnica como qualquer outra tem  
1942 dez membros, e um desses dez é que é indicado presidente, assim como em  
1943 qualquer outra. Só que a diferença é que o presidente não é eleito pelos seus  
1944 pares e, sim, indicado pela ministra.

1945

1946

1947 **O SR. BRUNO** - Dentre os membros, porque não está esclarecido isso. Como  
1948 está tem os dez membros e tem um indicado, um presidente indicado, dentre  
1949 os membros.

1950

1951

1952 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - O exemplo é o que está em vigência.



121

1953

1954

1955 **O SR. BRUNO** - É porque a minha proposta é que era dez mais um, teria os  
1956 dez e, além disso, na Câmara, nessa Câmara excepcionalmente o Ministério  
1957 indicaria um, eu fiquei na dúvida porque não está dizendo, dentre os seus  
1958 membros.

1959

1960

1961 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
1962 **DCONAMA)** – Então contando agora como é que é atualmente, porque a regra  
1963 está sendo mantida, ela não está...

1964

1965

1966 **O SR. BRUNO**- Não mudou.

1967

1968

1969 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
1970 **DCONAMA)** – A presidência da Câmara é feita pelo Dr. Hélio Gurgel, da  
1971 ABEMA, que foi indicado pela Ministra para exercer a presidência.

1972

1973

1974 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – O senhor  
1975 tem certeza que é questão de ordem? Por favor, gente nós precisamos andar  
1976 para frente.

1977

1978

1979 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Questão de ordem.  
1980 Nós estamos falando do presidente. Se todos os critérios antes, que todas as  
1981 Câmaras Técnicas eram eleitas pelos seus pares à presidência, e o vice-  
1982 presidente?

1983

1984

1985 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Vamos  
1986 embora, vamos tocar as coisas aqui.

1987

1988

1989 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – E o vice-presidente é  
1990 também indicado pelo Ministério?

1991

1992

1993 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
1994 **DCONAMA)** – Não, não há essa previsão, só a presidência.

1995

1996

1997 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Pessoal,  
1998 não sei o que vocês comeram ontem à noite, tomaram de café hoje, mas  
1999 vamos em frente. Vamos lá.

2000

2001

122

123

124

2002**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
2003**DCONAMA)** – Já há consenso sobre a denominação das Câmaras Técnicas.  
2004Podemos entrar nisso? Há consenso à exceção de um aspecto que precisará  
2005ser votado. O que há consenso? Vou ler o nome de todas as Câmaras  
2006Técnicas em que há consenso. Câmara Técnica de Biodiversidade, Câmara  
2007Técnica de Florestas e demais formações vegetacionais, o nome certo,  
2008segundo chegou à mesa, seria esse. Câmara Técnica de Saneamento  
2009Ambiental e Gestão de Resíduos, Câmara Técnica de Gestão Territorial,  
2010Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas. Câmara Técnica...

2011

2012

2013**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Está errada. Não é de gestão, é qualidade.

2014

2015

2016**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
2017**DCONAMA)** – Câmara Técnica... Então, consertando aqui no microfone, de  
2018Qualidade Ambiental e Gestão Resíduos, Economia e Meio Ambiente, não  
2019seria isso. Então, e gostaria de encaminhar a votação quanto...

2020

2021

2022**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Não, não,  
2023esse assunto vai voltar para a parte da tarde. Vamos em frente.

2024

2025

2026**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
2027**DCONAMA)** – Então, me desculpem, não chegou então a informação.

2028

2029

2030**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Próximo  
2031assunto.

2032

2033

2034**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
2035**DCONAMA)** - Próximo assunto é o art. 37.

2036

2037

2038**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
2039**DCONAMA)** – O 37 eu gostaria então do quadrinho. A questão do 37 é o prazo  
2040para convocação das Câmaras Técnicas e o prazo para disponibilização dos  
2041documentos. Aqui são três questões que envolveria uma decisão da plenária.  
2042Prazo para convocação, situações excepcionais para esse prazo de  
2043convocação e documentos para deliberação. O prazo a CTAJ mantém o prazo  
2044atual que é o de quinze dias, e eu já acrescento uma explicação o porquê  
2045desses quinze dias. Os quinze, hoje, formalmente nós podemos convocar com  
2046até cinco dias úteis de antecedência, a praxe adotada pelo departamento é a  
2047de convocar com quinze porque é o prazo que existe para emissão dos bilhetes  
2048das diárias e passagens da sociedade civil. Então, nós, usualmente,  
2049convocamos com quinze dias. A FURPA prevê a convocação por dez dias,  
2050como regra. Eu acho, secretário, que seria bom encaminhar a votação parte

125

126

42

127

2051por parte porque esclarece melhor à plenária, isso é auto-explicativo, então  
2052com dez dias... Eu estou já dando esse esclarecimento de ordem técnica  
2053operacional. O Ministério precisa trabalhar com diárias e passagens em preços  
2054mais baratos, há uma dificuldade de decreto retira a proposta. Porque há um  
2055decreto do Governo Federal.

2056

2057

2058**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) –** Perfeito.  
2059Está ótimo.

2060

2061

2062**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
2063**DCONAMA) –** Às situações excepcionais, pela CTAJ, elas poderiam ser  
2064convocadas com cinco dias úteis, porque é uma situação excepcional. A  
2065Secretaria Especial de Portos acrescenta um pequeno detalhe, no mínimo, e a  
2066FURPA por sete dias de antecedência. As diferenças são muito pequenas, sete  
2067dias no fundo deu os cinco disse úteis, porque, óbvio, quando a gente trabalha  
2068em cinco está trabalhando com úteis, imagino que poderíamos construir um  
2069consenso. Está claro? Consenso cinco dias úteis, situações excepcionais para  
2070convocação. Consenso entre os proponentes, a plenária...

2071

2072

2073**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) –** Cinco dias  
2074úteis, Dr. Soares, podemos ficar com cinco dias úteis? Perfeito. Obrigado. O  
2075último ponto.

2076

2077

2078**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
2079**DCONAMA) –** O último ponto documentos, prazo para disponibilização de  
2080documentos para deliberação. Hoje em dia esses documentos são  
2081encaminhados como uma proposta nos quinze dias de convocação, então sai  
2082uma proposta de pauta com os documentos que já estão prontos.  
2083Regimentalmente hoje nós temos os cinco dias úteis para encaminhar esses  
2084documentos, então eventualmente há alteração sobre isso, sendo que essa  
2085alteração última é feita com cinco dias úteis, o prazo o Ministério costuma usar  
2086muito, porque é comum chegar pareceres e etc. A proposta da CTAJ é de  
2087quinze dias, a proposta da FURPA é de dez, e a proposta da Secretaria  
2088Especial de Portos, aliás, Ministério do Meio Ambiente é manter os cinco dias  
2089úteis.

2090

2091

2092**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) –** Vamos lá,  
2093então? Os optam pela proposta da CTAJ de quinze dias. Pois não.

2094

2095

2096**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
2097**DCONAMA) –** O art. 37 eu agrupei não pela redação, mas pelos temas pelos  
2098quais a gente deveria discutir.

2099

130

2100

2101 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** - Bom dia a  
2102 todos, João Carlos de Carli, CNA. Não posso falar em nome da CTAJ, porque  
2103 eu não sou membro da OAB, não sou bacharel, mas eu quero fazer essa  
2104 defesa como conselheiro do CONAMA. Como acredito, a maioria dos  
2105 conselheiros aqui não vivem somente para resolver coisas no CONAMA, nós  
2106 temos outras atribuições, outros documentos e outras reuniões para participar.  
2107 Hoje eu sou presidente de uma Câmara Técnica, e hoje eu estipulei nessa  
2108 Câmara Técnica que eu presido, que somente sai o convite para conselheiro,  
2109 ou seja, com 15 dias se a pauta estiver fechada, extraordinariamente se houver  
2110 algum problema de última hora, e tiver um documento que vai ser apresentado  
2111 posterior aos quinze dias, eu solicito que o CONAMA ligue para todos os  
2112 conselheiros avisando que existe um novo documento do CONAMA, porque eu  
2113 vou dizer no meu caso, eu não tenho tempo, de todo dia, ficar entrando no site  
2114 do CONAM para saber se tem um documento novo, e a gente precisa de um  
2115 tempo hábil, ainda mais que são discussões de âmbito nacional, econômico,  
2116 técnico extremamente importantes para o Brasil e que são muito complicados  
2117 para se fazer uma análise, ainda mais quando você tem dez documentos para  
2118 analisar numa Câmara Técnica. Eu não consigo ver hoje um prazo hábil de  
2119 cinco dias para você fazer uma análise de um documento, é impossível, então  
2120 a sugestão, o que eu coloco aqui, peço aos conselheiros, como estava  
2121 dizendo, eu não posso falar em nome da CTAJ, mas eu peço aos conselheiros  
2122 que observem os prazos que a CTAJ colocou porque eu acho que são para  
2123 nós poder termos a competência para dialogar sobre determinado assunto  
2124 dentro da Câmara Técnica, a gente tem que ter tempo para analisar, tem que  
2125 ter tempo para estudar, tempo para ligar para nossas bases, que eu posso  
2126 assim dizer, ligar para os nossos companheiros, que algumas pessoas gostam  
2127 de colocar, ligar para o nosso chefe avisando que tem um documento. Então,  
2128 eu peço que observem. Eu já digo aqui, a minha votação vai se em cima da  
2129 CTAJ que eu acho que é um prazo razoável que a gente tem para poder  
2130 estudar dentro dos documentos apresentados.

2131

2132

2133 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Dr. Soares.

2134

2135

2136 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu acho que quinze  
2137 dias é um prazo um pouco dilatado em relação às demandas que são muitas,  
2138 mas cinco dias úteis eu acho muito pouco prazo, muito pouco. Então, nós  
2139 defendemos dez dias corridos, que vai dar uma semana e meia, mais ou  
2140 menos, porque nós todos, às vezes, temos muito mais tempo no sábado e  
2141 domingo para analisar a documentação e encaminhar. Então, dez dias eu acho  
2142 que seria o ideal, em vez de cinco muito curto e quinze dias eu acho um pouco  
2143 dilatado diante de tanta demanda. Então dez dias seria o ideal.

2144

2145

2146 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Dr. Volney.

2147

2148

133

2149 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - O MMA retira a sua proposta.

2150

2151

2152 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**  
2153 **Minas Gerais)** - A minha dúvida é se a gente não vai sair, igual a questão do  
2154 quorum, sair do real para o teórico. Ele fala em quinze dias, aí são quinze dias  
2155 mesmo, e aí é o eu estava perguntando para ele, aí com três dias vai ficar  
2156 ligando para os outros, porque a minha experiência nas Câmaras é que, de  
2157 repente, chega coisa na véspera, e aí se no regimento vai ser quinze dias vai  
2158 ser regimental, o que aparecer com menos de quinze dias nós vamos ter o  
2159 direito de dizer: não, isso não vai entrar em discussão. Então, a gente tem que  
2160 ver, uma coisa é o ideal e outra coisa é o real, que aí vai começar o problema  
2161 operacional lá na Câmara, o regimento está falando que são quinze dias, aí  
2162 vem um documento com sete dias, não, não vai poder entrar. Ah, mas eu te  
2163 telefonei. Não, mas regimental são quinze. Então, há que se fazer essa reflexão  
2164 de qual é a regra do jogo, por que é uma regra do jogo para não ser cumprida?  
2165 Eu acho que a gente devia pensar isso.

2166

2167

2168 **O SR. ELDER NÁZIO (MME)** - Elder Názio, Ministério de Minas e Energia. Eu  
2169 venho defender os quinze dias, Sr. Secretário, pelo simples exemplo de que na  
2170 maioria das matérias que serão deliberadas nas Câmaras Técnicas, elas estão  
2171 amadurecidas em grupos de trabalho que levam de seis meses a um ano na  
2172 qual a matéria é bem amadurecida, e chega propostas em cima da hora nas  
2173 Câmaras Técnicas que nem passou pelo crivo, pela análise e pela constituição  
2174 desses grupos de trabalho, então eu considero importantíssimo que essa  
2175 matéria seja só deliberada quando for do conhecimento dos conselheiros  
2176 daquela Câmara ou dos seus representantes para sua análise e deliberação,  
2177 que não entre nenhuma matéria, se for uma matéria extremamente relevante, a  
2178 Câmara Técnica avalie e só delibere essa matéria na reunião seguinte. Não é  
2179 possível ficar discutindo matérias de sobressalto, matérias que foram discutidas  
2180 mais de um ano, inclusive. Então, por isso que é importante, matéria só pode  
2181 ser deliberada para a Câmara aquela que vem acompanhada junto com a  
2182 pauta da matéria deliberada. Não é possível ficar deliberando matérias  
2183 colocadas na hora ou de afogadilho.

2184

2185

2186 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Dr. Volney.

2187

2188

2189 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Eu queria só ressaltar a  
2190 importância que o Zé Cláudio trouxe, principalmente dessa dinâmica das  
2191 Câmaras Técnicas que, muitas vezes, há uma necessidade de disponibilizar  
2192 documentos e aceitar documentos, muitas vezes, com tempo reduzido. Mas de  
2193 forma geral o que nós temos feito é um esforço de disponibilizar junto com a  
2194 pauta já documentação para que os conselheiros e os membros da Câmara  
2195 estejam cientes do que vai ser discutido. A gente entende que é a questão, há  
2196 situações excepcionais de cinco dias pode se aplicar nesses casos,  
2197 resolvendo, vamos dizer assim, essas questões mais críticas. Mas regra geral

134

135

45

136

2198quinze dias para que as pessoas tenham tempo de ler seu material, porque  
2199isso atrapalha muito a dinâmica na Câmara Técnica depois. Obrigado.

2200

2201

2202**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Temos  
2203quinze dias ou dez dias corridos em todos os dois casos. Aqueles que sejam a  
2204favor que sejam mantidos quinze dias, por favor, levantem os crachás. Os que  
2205são a favor de dez dias. Com quinze dias então. Vamos para o próximo ponto  
2206que é repassarmos o ponto das Câmaras. Pediria ao Wolney apenas que me  
2207substituisse aqui.

2208

2209

2210**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
2211**DCONAMA)** - A proposta consensuada é que as Câmaras Técnicas, voltando  
2212aí às Câmaras Técnicas que terão os nomes com as suas áreas de atuação  
2213discriminadas dentro, serão as seguintes: CT de Biodiversidade, não há  
2214questionamento sobre o que está dentro ali como área de atuação. A Câmara  
2215Técnica de Qualidade Ambiental que tem ali dentro aquelas atividades,  
2216inclusive, gestão de resíduos, dentro das suas áreas de atuação, Câmara  
2217Técnica de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Câmara  
2218Técnica de Gestão Territorial, UCs e demais áreas protegidas, Câmara Técnica  
2219de Florestas e demais formações vegetacionais, dentro das suas atividades  
2220estará a questão das atividades agrosilvipastoris. Naquela linha de não colocar  
2221no título à atividade. E a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, além da  
2222Câmara Técnica de Controle Ambiental, há uma pequena diferença nessa  
2223proposição, Câmara Técnica de Controle Ambiental ou Câmara Técnica de  
2224Controle Ambiental das Atividades Industriais e de infraestrutura, persiste  
2225apenas essa nomeação, denominação diferenciada. Simplesmente controle  
2226ambiental ou controle ambiental das atividades industriais e de infraestrutura.

2227

2228

2229**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Obrigado, Mattedi. Só para  
2230esclarecer à plenária. O que chegou à mesa foi justamente o único destaque foi  
2231em relação à denominação da Câmara de Controle Ambiental, que ficaria com  
2232essas duas variantes e que nós encaminharíamos para votação aqui da  
2233plenária, que seria esse ponto. Eu quero saber se tem mais alguma  
2234observação em relação aos aspectos das outras Câmaras ou dessa  
2235especificamente.

2236

2237

2238**O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ)** - Duas observações. Marcelo  
2239pelo INGAR. Duas observações, a primeira só nossa ressalva, claro que  
2240parece que há uma maioria quase absoluta na plenária, mas ressalva de que  
2241da nossa parte nós não concordamos, e, especialmente, é nesse ponto, e aí já  
2242a proposta de um encaminhamento de votação de que seja mantida a proposta  
2243encaminhada pelo MMA, Câmara Técnica de Controle Ambiental das  
2244Atividades Minerárias, Energéticas e de Infraestrutura. Só para lembrar que o  
2245controle ambiental lato senso de todas as atividades já está previsto no item D  
2246da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e gestão, controle e proteção da

137

138

46

139

2247qualidade ambiental, em especial, águas, ar e solo. Então, ali já está no sentido  
2248amplo. Então, a nossa proposta é manutenção, Câmara Técnica de Controle  
2249Ambiental de Atividades Minerárias, Energéticas e Infraestrutura porque são os  
2250casos imprescindíveis e estratégicos para o desenvolvimento nacional e  
2251demanda uma análise pormenorizada pelo conselho.

2252

2253

2254**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
2255**DCONAMA)** - Apenas para complementar a informação que dei, dentro dessa  
2256proposta na Câmara Técnica de Controle Ambiental estaria discriminado nas  
2257suas áreas de atuação, área de infraestrutura, área energética, enfim,  
2258detalhado como área de atuação entre os itens.

2259

2260

2261**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Na realidade, só para esclarecer,  
2262a área de atuação seria a mesma, o que está mudando é o rótulo, o título. Em  
2263relação à Câmara de Controle?

2264

2265

2266**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Porque eu já tinha feito a proposta antes de  
2267acrescentar Câmaras, então eu gostaria de acrescentar Câmara Técnica de  
2268Assuntos Internacionais.

2269

2270

2271**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Câmara Técnica de Assuntos  
2272Internacionais não está sendo votada agora. Você está querendo incluir a  
2273Câmara Técnica...

2274

2275

2276**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Incluir.

2277

2278

2279**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Ok, a gente coloca e volta a esse  
2280aspecto em seguida. Dr. Zé Cláudio.

2281

2282

2283**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**  
2284**Minas Gerais)** - É que na questão da Câmara de Controle Ambiental, eu não  
2285vi, eu não sei se nós vamos estar votando agora, eu não vi quais são todas as  
2286atribuições delas. Mas no meu entender não é só indústria, mineração e  
2287infraestrutura não, agrotóxico é de atividade agropecuária, transporte são as  
2288emissões dos veículos automotores. Eu estou entendendo que uma Câmara de  
2289Controle Ambiental vai tratar de tudo que for de controle das emissões, seja de  
2290qualquer fonte potencialmente como o Maurício Andreas até colocou muito  
2291bem aqui, é o controle das emissões, efluentes, resíduos de qualquer fonte  
2292poluidora potencialmente degradadora. Eu não sei se vamos votar só o nome  
2293ou se já estamos votando o pacote todo que nem deu tempo de eu ver.

2294

2295

140

141

47

142

2296 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Dr. Jairo. Só um pouquinho. O Dr.  
2297 Jairo está na frente, já tinha pedido a palavra, depois o Dr. Francisco.

2298

2299

2300 **O SR. JAIRO RODRIGUES DA SILVA (MT)** - Jairo Rodrigues, Ministério dos  
2301 Transportes. Nós tivemos conversando com alguns colegas representantes de  
2302 outros Ministérios, o Ministério do Planejamento, o Ministério de Minas e  
2303 Energia, a Secretaria de Portos, e nós dos Transportes, e nos lembramos de  
2304 uma fala que tem sido frequente da senhora ministra, quanto a que nós  
2305 precisamos trazer a agenda de desenvolvimento para este plenário do  
2306 CONAM. E nós entendemos, e eu estou me referindo àquela alternativa, como  
2307 disse a mesa, das duas alternativas para essa Câmara Técnica. Então, a nossa  
2308 proposta, ouvidos esses Ministérios, não fizemos conversa com todos, mas  
2309 com três ou quatro, e a sugestão que nós trazemos para essa alternativa de  
2310 texto de redação é que seria a Câmara Técnica de Controle Ambiental das  
2311 Atividades Industriais e de Infraestrutura, as atividades minerárias, as  
2312 atividades energéticas e outras tantas, ela, no nosso entendimento, estariam  
2313 agregadas na infraestrutura. Então, seria essa proposta. Câmara Técnica de  
2314 Controle Ambiental das Atividades Industriais e de Infraestrutura. Obrigado.

2315

2316

2317 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Dr. Francisco.

2318

2319

2320 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Francisco Soares da  
2321 Fundação Rio Parnaíba. Eu não vejo porque você manter o nome da Câmara  
2322 Técnica de Controle e Qualidade Ambiental como está. Porque nós podemos  
2323 especificar e deixar algumas atividades excluídas, se ela não tiver, se for  
2324 especificada, eu devo deixar, e se ela já é global como Controle e Qualidade  
2325 Ambiental, não vejo porque fracioná-la em algumas atividades para depois  
2326 correr o risco de deixar diversas atividades por fora, da cobertura da Câmara  
2327 Técnica.

2328

2329

2330 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Dr. Francisco, pelo que eu estou  
2331 entendendo, o senhor é contrário a dividir em controle e qualidade?

2332

2333

2334 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Controle e Qualidade  
2335 Ambiental.

2336

2337

2338 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Juntos? Ok. Essa é uma questão  
2339 que é precedente. Ok. Elder. Ministério de Minas e Energia.

2340

2341

2342 **O SR. ELDER NÁZIO (MME)** - Elder, Ministério de Minas e Energia. Meu caro  
2343 Wolney, eu gostaria, senhores conselheiros, de lembrar um pouco, não são  
2344 muito de vocês que estavam aqui, quando em 2002 foi aprovado o regimento

143

144

48



2345 interno na qual houve uma grande discussão também a respeito das Câmaras  
2346 Técnicas, e existia um anseio, inclusive, o grupo que debruçou para alterar o  
2347 regimento e ficou uns dois anos, se não me engano, acho que chamava  
2348 ECONOMA, não é Maurício? Para alterar o regimento interno e o que se  
2349 chegou à conclusão é que uma Câmara Técnica com o nome de controle  
2350 ambiental, controle de qualidade naquela época ela afunilava quase todas as  
2351 decisões importantes do conselho, e não permitia a participação de outros  
2352 conselheiros, e nessa época foi, principalmente, sugerido que outras Câmaras  
2353 Técnicas fossem criadas, inclusive, com algumas atribuições que aquela  
2354 Câmara afunilava, principalmente controle, então se vocês verem os  
2355 regimentos internos está lá, controle de licenciamento ambiental e assim por  
2356 diante. Por isso foram criadas várias Câmaras Técnicas com esse intuito de  
2357 descentralizar algumas decisões de uma Câmara Técnica só, talvez pelo andar  
2358 que nós percebemos de 2002, 2003 que começou realmente a ser aplicado  
2359 esse novo regimento, que a palavra controle e qualidade no seu caminhar  
2360 natural tornou-se novamente uma Câmara muito forte e muito poderosa. Hoje  
2361 com essa divisão e é até difícil, quem já trabalhou com licenciamento  
2362 ambiental, sabe a dificuldade de, às vezes, estar separando o controle e a  
2363 qualidade. O Cláudio Alonso está rindo e a gente sabe das dificuldades que a  
2364 gente, mas talvez seja um avanço que nós podemos estar tendo, definindo que  
2365 o controle são ritos processuais dos processos de licenciamento ambiental,  
2366 ritos de fiscalização e ritos de monitoramento, todos esses itens devem estar  
2367 baseados nos parâmetros que são definidos pela Câmara que hoje nós  
2368 estamos chamando de qualidade. Voltando à questão da Câmara Técnica que  
2369 nós estamos discutindo. Existia a Câmara Técnica de atividades minerárias,  
2370 energéticas e infraestrutura. Fica um pouco complicado, porque esse processo  
2371 de controle ambiental se não tiver no seu título as atividades definidas ou nas  
2372 suas atribuições a questão do controle ambiental e o controle ambiental,  
2373 enfocando esses três eixos principais, ou seja, licenciamento, monitoramento e  
2374 fiscalização ele não tem sentido nenhum. Porque aí nós damos um norte para  
2375 que é que nós chamamos de controle ambiental toda essa questão que é muito  
2376 desenvolvida. Então, o conselho vai estar definindo um conceito, inclusive, o  
2377 que é que seja controle. Então, nas atividades podem ser atividade de controle  
2378 ambiental, desde que citadas as principais atividades que sofrem esse tipo de  
2379 procedimento. Obrigado.

2380

2381

2382 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Eu queria

2383

2384

2385 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu queria só  
2386 acrescentar uma coisa.

2387

2388

2389 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Mas eu acho que está todo  
2390 mundo esclarecido, Dr. Francisco. Dr. Francisco, um minuto.

2391

2392

2393 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Um problema grande  
2394 nesse país com relação ao setor energético, se é para criar uma Câmara  
2395 Técnica exclusiva para tratar de energia, é uma coisa, porque nós temos tanto  
2396 a energia hidráulica, energia solar, energia eólica e outras fontes de energia.  
2397 Se nós temos que criar uma Câmara Técnica somente para tratar de uma  
2398 questão de energia energética, energia nuclear entra tudo, então eu acho até  
2399 que, por exemplo, [ininteligível] que é uma Câmara Técnica só para discutir a  
2400 questão de energia energética.

2401

2402

2403 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Gente, vamos lá então. A primeira  
2404 questão que vou colocar para avaliação da plenária, tem duas propostas, é  
2405 uma proposta que vem do Ministério do Meio Ambiente de fazer a cisão da  
2406 Câmara de Controle e Qualidade e Câmara de Controle Ambiental, e aí nós  
2407 vamos discutir o nome depois, sendo que o conteúdo é o mesmo, o que vai ser  
2408 feito ali é controle ambiental, e a segunda proposta que tem essa questão de  
2409 controle ambiental de atividades industriais e de infraestrutura. E nós temos a  
2410 Câmara de Qualidade e Gestão de Resíduos. Tem essa proposta de fazer essa  
2411 divisão. O Dr. Francisco apresentou uma proposta contrária, então eu vou  
2412 colocar em votação, porque essa é uma questão que precede a discussão do  
2413 nome. Então, em regime de votação. Aqueles que são favoráveis à proposta do  
2414 Dr. Francisco de manter o nome da Câmara Controle e Qualidade Ambiental,  
2415 por favor, levantem os seus crachás. CTAJ? CTAJ é a proposta que o Dr.  
2416 Francisco defendeu aqui. Ok. Nós temos... Por favor, levantem. Levantem, por  
2417 favor aqueles que são contrários a essa proposta. Eu acho que o contraste é  
2418 claro, foi decidido então que serão duas Câmaras, uma para controle e outra  
2419 para qualidade. Agora nós vamos discutir os nomes. Proposta um é a proposta  
2420 de que seja somente a proposta de Minas Gerais, do conselheiro Zé Cláudio,  
2421 que seja Câmara de Controle Ambiental. A segunda proposta é a proposta do  
2422 Dr. Jairo do Ministério dos Transportes, e que seja Câmara de Controle  
2423 Ambiental de Atividades Industriais e de Infraestrutura. É isso? Então, nós  
2424 temos essas duas propostas. Em regime de votação. Aqueles que são  
2425 favoráveis à proposta do Dr. Zé Cláudio, por favor, levantem os seus crachás.  
2426 Apenas controle ambiental. Aqueles que são favoráveis à proposta do  
2427 Ministério dos Transportes, por favor levantem o seu crachá. Vitoriosa a  
2428 proposta um. Tem mais uma questão que eu vou colocar em votação. O colega  
2429 da Organização... O Daniel. Questão da Câmara de Assuntos Internacionais.  
2430 Aqueles que são favoráveis... Proposta um, aqueles que são favoráveis, é  
2431 única proposta. Aqueles que são favoráveis à proposta de manter a Câmara de  
2432 Assuntos Internacionais, por favor, levantem os seus crachás. Obrigado.  
2433 Aqueles que são contrários à proposta. Por contraste, a proposta do Dr. Daniel  
2434 perdeu. Então a Câmara de Assuntos Internacionais está fora. Gente, eu acho  
2435 que com isso ficou, a questão que o Dr. Zé Cláudio levanta ali, os aspectos da  
2436 discriminação, das competências da Câmara de Controle Ambiental com esse  
2437 que vai ter esse nome. A ideia é que a gente feche uma redação depois, vamos  
2438 dizer assim, consenso, porque o conceito está muito claro, é uma Câmara que  
2439 vai tratar de controle ambiental, e nenhuma outra Câmara vai tratar de controle  
2440 ambiental, nós vamos ter outra Câmara que vai ser a de qualidade e gestão de

151

2441resíduos. Eu queria fazer uma primeira informação. A ideia é interromper agora  
2442a reunião e nós retornarmos às 14h30. Eu queria passar antes a palavra...

2443

2444

2445**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - É bem breve. Então ficou decidida essa Câmara  
2446Técnica de Controle Ambiental. Só que tem a outra Câmara Técnica que é a de  
2447qualidade que uma das competências dela...

2448

2449

2450**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
2451**DCONAMA)** – Qualidade e gestão de resíduo.

2452

2453

2454**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Que uma das competências dela também é  
2455controle e proteção da qualidade ambiental. Então, eu pediria um esforço dos  
2456senhores do Ministério, para nesse período, no início da tarde, esclarecer bem  
2457essas competências, porque agora controle ambiental está em duas Câmaras.

2458

2459

2460**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Não, não está, controle ambiental  
2461é na Câmara de Controle...

2462

2463

2464**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Não, Volney, desculpa.

2465

2466

2467**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - O texto está vencido. Nós vamos  
2468esclarecer o senhor agora.

2469

2470

2471**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Pediria um esclarecimento nesse sentido.

2472

2473

2474**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Será esclarecido. Retornamos às  
247514h30. Bom almoço.

2476

2477

2478*(Intervalo para o almoço).*

2479

2480

2481**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Pessoal,  
2482nós vamos começar com alguns informes rápidos até dar 3h00 e vamos em  
2483frente. Eu vou pedir para apagar a luz e botar uma musiquinha, *new age*.

2484

2485

2486**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
2487**DCONAMA)** – Boa tarde. O primeiro informe é do Ministério do Meio Ambiente  
2488sobre o relatório de percentual mínimo de coleta de óleo lubrificante usado ou

152

153

51

154

2489contaminado. E esse informe entende a uma determinação do art. 9º da  
2490Resolução CONAMA 362. Zilda, por favor.

2491

2492

2493**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Na verdade,  
2494é 1/3 da Zilda.

2495

2496

2497**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Boa tarde. Zilda Veloso, sou  
2498gerente de resíduos perigosos do Ministério do Meio Ambiente e sou também  
2499coordenadora do grupo de monitoramento permanente da Resolução  
2500362/2005. Conforme reza o art. 9º da Resolução estou aqui para apresentar  
2501aos senhores os percentuais de recolhimento de 2010. São três slides, é bem  
2502rapidinho. Esse é o relatório completo, não é o resumido, é o relatório  
2503completo. Só um minutinho, por gentileza.

2504

2505

2506**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Uma  
2507perguntinha aqui no paralelo. A sociedade civil chegamos a algum acordo em  
2508relação à apresentação? Ficou para a próxima?

2509

2510

2511**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
2512**DCONAMA)** – Não podemos deixar para a próxima, me parece, porque o  
2513Fundo Nacional de Meio Ambiente já vem nos cobrando isso com muita  
2514insistência.

2515

2516

2517**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Posso? Então pode subir a  
2518tabela, a tabela é a tabela oriunda da portaria MMA/ MME 464 de 2007 que dá  
2519os percentuais de recolhimento que é concluída esse ano, nós já estamos  
2520providenciando a revisão dessa portaria com as novas metas. Então, já que  
2521nós estamos falando do ano de 2010 os percentuais são 23% do  
2522comercializado para a região Nordeste, 23% para a região Norte, 31% para  
2523Centro-Oeste, 42% para Sudeste e 35% para a região Sul, um percentual total  
2524de 36% para o Brasil inteiro. Nesta tabela nós temos os dados de volume  
2525comercializado, volume dispensado, volume coletado, percentual coletado, o  
2526percentual local e o status. Os percentuais regionais foram todos eles  
2527atingidos, porém, em alguns Estados foram recolhidos menos do que a meta  
2528regional, outros recolhidos mais, então houve uma compensação. Se os  
2529senhores olharem a meta dá para comparar. Deixa-me ir até aí. Aqui eu tenho  
2530o percentual legal é 23% e o total da região Norte é 24.04, portanto, a região  
2531Norte, como um todo, ela atendeu o percentual de coleta, porém alguns  
2532Estados Acre, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia não atingiram esse  
2533percentual, mas em outros Estados esse percentual foi mais elevado, como no  
2534Amazonas, o que balanceou a região como um todo atingiu o percentual. Sobe  
2535um pouquinho a região Nordeste. Mesma coisa aqui, o total do percentual  
2536coletado, o percentual é sempre em cima do volume comercializado, aquilo que  
2537é dispensado de coleta e o que é coletado, deu 23% num percentual coletado

155

156

52

157

2538de 24, os Estados que não atingiram são Ceará, Maranhão, Pernambuco e  
2539Piauí. Região Centro-Oeste também passou pouquinho, mas passou 31,88 é o  
2540percentual coletado, o percentual legal era 31%, não atingiram Mato Grosso e  
2541Mato Grosso do Sul. Região Sudeste também passou de 42% era o percentual  
2542legal, o percentual coletado 43,16%, não atingindo somente São Paulo. Região  
2543Sul só o Paraná que atingiu, Rio Grande do Sul e Santa Catarina não atingiram  
2544o percentual de coleta, ficaram um pouquinho abaixo 34,42 e 34,14 de um  
2545percentual de 35.95. E a última, por favor. E aí está o balanço por região  
2546consolidado em 2010, o resumo, então todas as regiões geográficas atingiram,  
2547ali a gente tem o detalhado, o percentual legal foi atingido, o volume coletado  
2548total de óleo em 2010 foi 381 milhões, 23 mil e 800 litros. É essa a minha  
2549apresentação.

2550

2551

2552**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Sobre  
2553informe a pergunta? Perguntas? Pois não.

2554

2555

2556**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA** - Boa tarde. Eu sou membro do grupo de monitoramento da  
2557implementação dessa Resolução, que foi criada por um artigo especial da  
2558Resolução 362, essa é, talvez a única Resolução do CONAMA que tem um  
2559artigo que cria um grupo para acompanhar, monitorar a implementação da  
2560Resolução no país, porque a gente sabe que as resoluções saem, são  
2561publicadas no CONAMA e ninguém mais sabe o que vai acontecer com elas  
2562depois. Na época eu era conselheira do CONAMA e nós fizemos uma proposta  
2563de criar o grupo, o grupo é coordenado pelo MMA, atualmente pela Sr<sup>a</sup>. Zilda  
2564Veloso, participam desse grupo Petrobras, Sindicom, produtores importadores  
2565de óleo, os rerefinadores, ABEMA, ANAMA, a Defesa Civil, às vezes é  
2566convidada também, o pessoal que trabalha com postos de gasolina, oficina,  
2567transporte, todo mundo que está ligado, que utiliza a óleo lubrificante no país e  
2568que gera óleo lubrificante contaminado, e pela Resolução CONAMA todo óleo  
2569lubrificante contaminado deve ser coletado e levado para a rerefino que vai  
2570recuperar o óleo básico e dar uma destinação adequada aos resíduos  
2571provenientes dessa atividade. Eu queria lembrar que ao longo, desde que foi  
2572criado o GMP, eu tenho um pequeno, bem rápido, para ser breve para não  
2573atrapalhar muito a reunião dos senhores, mas eu queria deixar registrado que é  
2574importante, que nós fizemos quatro oficinas regionais em 2008, com o apoio do  
2575MMA, do MME, da ANP que também participa, Agência Nacional do Petróleo,  
2576fizemos quatro reuniões para capacitar órgãos públicos para aprenderem ou  
2577melhorarem a sua capacidade de interpretar a Resolução na hora de licenciar e  
2578na hora de fiscalizar essa atividade. Foram quatro oficinas em 2008 e depois  
2579fizemos uma oficina nacional em São Paulo, na sede da FIESP, chamando  
2580todos aqueles que tinham participado das reuniões, uma parte deles para fazer  
2581um grande seminário, uma oficina nacional para consolidar as informações que  
2582tinham sido passadas e verificar se o pessoal tinha entendido e se estava  
2583aplicando corretamente. Depois disso fizemos sete oficinas estaduais em 2010  
2584e 2011, e a próxima oficina vai ser em Mato Grosso, Cuiabá, justamente ali  
2585onde a Zilda mostrou que não atingiu a meta, em 2010. Então, a gente tem  
2586focado em Estados que não estão atingido a meta de coleta que é estabelecido

158

159

53

160

2587por uma portaria interministerial, não sei se isso ficou explicado. Existe uma  
2588portaria ministerial que a Resolução CONAMA prevê entre o Ministério do Meio  
2589Ambiente e o Ministério de Minas e Energia que estabelece os percentuais  
2590para os próximos anos que o refino deve atingir com o apoio do princípio  
2591poluidor, pagador, quem tem que bancar a coleta é o produtor importador,  
2592lógico. E não temos indicadores ainda, gostaríamos de ter indicadores de todo  
2593o esforço que a gente vem fazendo desde 2008, embora a Resolução seja de  
25942005, a gente só começou a trabalhar mesmo nisso. Além das oficinas que a  
2595gente fez e que estão dando bom resultado, aparentemente, pelos números  
2596mostrados pelo IBAMA, a gente produziu o guia do gerenciamento do óleo  
2597lubrificante básico que é um guia que a gente distribui em postos de gasolina e  
2598oficinas mecânicas e todos aqueles que trabalham, foi feito pelo GMP, grupo  
2599de monitoramento da implementação da Resolução, grupo de monitoramento  
2600permanente, por isso se chama GMP, o IBAMA fez o manual de fiscalização,  
2601muito bom, especial para óleo, então é na área de fiscalização, e lançamos  
2602também as diretrizes de licenciamento das atividades ligadas ao óleo  
2603lubrificante contaminado que ensina como deve ser feito uma licença ambiental  
2604correta à luz da Resolução 362. Além disso, fizemos um filme institucional de  
260515 minutos para passar, um material didático que mostra toda a cadeia do óleo  
2606e por que é que ele deve ser recuperado, coletado corretamente e recuperado.

2607

2608

2609**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
2610**DCONAMA)** – Zuleica, pediria para você ir encerrando.

2611

2612

2613**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA** - E fizemos... Bem rápido. Uma reunião setorial em Curitiba,  
2614na última oficina que fizemos em Curitiba, aproveitamos um dia extra para fazer  
2615uma reunião setorial com os setores que trabalham com óleo, postos de  
2616gasolina foram convidados, os sindicatos que têm no Paraná, o pessoal da  
2617fundição de metais que poderia, eventualmente estar utilizando óleo lubrificante  
2618contaminado em caldeiras, que nós queremos evitar o desvio do óleo, estamos  
2619lutando para que o óleo não seja desviado de forma clandestina, setor de  
2620cerâmica, supermercados que vem óleo e precisam colocar, na prateleira, uma  
2621série de informações ao consumidor e não estão colocando e oficinas  
2622mecânicas. Muito obrigada.

2623

2624

2625**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
2626**DCONAMA)** – Obrigada, Zuleica. Convidamos o Igor Fonseca para falar sobre  
2627o relatório do IPEA, foi apresentada à plenária o ano passado a primeira parte  
2628do relatório que foi feito sobre o CONAMA, agora nós já temos o relatório  
2629inteiro com a distribuição para os conselheiros do relatório ali fora.

2630

2631

2632**O SR. IGOR FONSECA (IPEA)** - Boa tarde. Eu estou aqui rapidamente para  
2633apresentar, para dar esse informe porque essa é a versão definitiva do relatório  
2634de pesquisa de avaliação do processo participativo e decisório do CONAMA  
2635que foi iniciado o ano passado, uma versão preliminar já com os dados

161

162

54

2636bastante consolidados, não esse, mas algo muito próximo disso já foi  
2637apresentado em plenária duas reuniões plenárias passadas e encaminhado  
2638aos conselheiros para auxiliar nos debates que ainda estão ocorrendo na casa  
2639como, por exemplo, o debate de revisão do regimento interno. A ideia é que  
2640isso já deve ter servido, mas que sirva, porque o debate do regimento interno já  
2641está em voga, atualmente, na plenária, mas que isso sirva um pouco como  
2642duas coisas, a questão primária que algumas coisas que a gente aponta,  
2643podem ser ou não ser direcionadas na questão do regimento interno, mas,  
2644além disso, outras se referem ao cotidiano do CONAMA no sentido da  
2645articulação entre os setores etc. e etc. Então, a gente entrega o relatório agora,  
2646essa é uma pesquisa que está sendo feita aqui no CONAMA, mas está sendo  
2647feita também em outros 21 conselhos nacionais, no IPEA a gente selecionou a  
2648ideia que seria fazer um senso dos conselhos nacionais em três partes,  
2649primeiro um perfil dos conselheiros no sentido de alguns dados básicos de  
2650quem é que participa nesses colegiados, segundo uma avaliação do processo  
2651interno do conselho, a questão da participação entre setores, articulação,  
2652composição do colegiado e um terceiro na percepção da efetividade do  
2653conselho sobre a política no qual se dirige, ou seja, será que o CONAMA é  
2654efetivo ou não com relação à política ambiental. Esse foi apresentado no  
2655CONAMA, em outros 21 conselhos a gente aplicou dados, o questionário em  
2656todos os conselhos nacionais centrais, na sua área de política, na área  
2657ambiental, além, do CONAMA o Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
2658também foi contemplado, provavelmente daqui a um mês e meio ou dois, no  
2659máximo, esse mesmo relatório vai estar disponível e está sendo distribuído no  
2660Conselho Nacional de Recursos Hídricos e nos demais conselhos. A ideia é  
2661depois ter além de uma devolutiva para cada conselho, a gente conseguir fazer  
2662análise comparativas entre os vários conselhos. Então, tem várias coisas, eu  
2663não vou ficar testando um por um, até porque isso foi feito anteriormente aqui,  
2664é possível que alguns conselheiros tenham sido alterados, novos conselheiros  
2665tenham chegado, mas, de qualquer forma, tem o relatório aqui e tem os  
2666contatos aqui do IPEA, esse relatório, além, dele estar sendo distribuído aqui  
2667fora, ele pode ser baixado na página do IPEA, então é [ipea.org.BR](http://ipea.org.BR) e aí você  
2668entra no link de publicações, e aí você baixa o relatório lá. E você tem os  
2669contatos, então se quiser alguma coisa como apresentação dos dados, etc. e  
2670etc., também me coloco à disposição para tirar algum tipo de dúvida quanto  
2671aos dados aqui nesse relatório, porque a ideia é que ele sirva, de fato, para  
2672medir, medir a satisfação dos conselheiros quanto ao processo participativo e  
2673tentar pensar a solução de alguns temas específicos. E antes de falar várias  
2674coisas, no relatório a gente faz algumas recomendações de melhoria, acho que  
2675alguns colegas de vocês já me falaram que o relatório, volta e meia, está sendo  
2676utilizado até nessa discussão do regimento interno, o que nos deixa muito  
2677satisfeito, porque esse era o objetivo principal. Porque se eu for falar de alguns  
2678temas agora, talvez isso vai direcionar um pouco a discussão do regimento  
2679interno, e não é isso que eu quero fazer aqui, nesse momento, se eu for cair  
2680em algumas dimensões específicas que estão aí. Contudo, eu me coloco à  
2681disposição, vou estar presente aqui para caso tenha alguma dúvida com  
2682relação a alguns dados que estão aí, porque a ideia é que ele seja utilizado,  
2683acho que o momento perfeito é agora no regimento interno. Não sei se está  
2684cedo ou tarde demais, mas de qualquer forma a ideia é essa.

166  
2685  
2686

2687A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
2688**DCONAMA)** – Muito obrigado, Igor. Acho que o relatório chega num momento  
2689bastante propício, o CONAMA comemorando 30 anos numa reunião em que se  
2690faz esse esforço concentrado de finalizar o regimento interno. Por parte do  
2691Ministério do Meio Ambiente ele está sendo bastante analisado, as conclusões  
2692dele servem de base para esse novo direcionamento que se quer dar ao  
2693CONAMA. Então, agradecemos bastante ao IPEA ao esforço, particularmente  
2694a você e à Adriana que compuseram a equipe, que compilaram os dados e  
2695elaboraram. Obrigada. Eu gostaria de falar também dos dois cartazes que  
2696estão lá fora, o CONAMA 30 anos, então o CONAMA área rural, a gente  
2697regulamenta várias questões, temos aqui o cerrado que o Donizete fala tanto  
2698da Ecodata, e a outra questão da qualidade de vida no meio urbano. Nós  
2699temos aí as duas frentes que o CONAMA vem trabalhando durante esses 30  
2700anos. Os cartazes estão sendo distribuídos ali fora e ficamos muitos felizes de  
2701comemorarmos esses 30 anos com essa bagagem toda, muito clara, e muito  
2702bem colocada na solenidade de ontem de abertura. Várias das resoluções do  
2703CONAMA dão a obrigatoriedade de um retorno à plenária, para que a plenária  
2704fique bem esclarecida sobre o encaminhamento e acompanhamento daquilo  
2705que aprova. Nesse sentido a mesa chama o Rudolf Noronha para falar sobre a  
2706comissão de acompanhamento do PROCONVE.

2707  
2708

2709O **SR. RUDOLF NORONHA (PROCONVE)** – Boa tarde. Então, como adiantou  
2710a nossa diretora. Eu vim aqui trazer um relato sobre as atividades do ano  
2711passado, da Comissão de acompanhamento do PROCONVE que foi instalada  
2712exatamente nesse período, e a Comissão de acompanhamento do  
2713PROCONVE foi criada junto com o programa, ainda em 1986, mas nunca teve  
2714um funcionamento efetivo, razão pela qual em 2009 o CONAM fez uma  
2715resolução específica, a 414 que reformulou a comissão, seus componentes e  
2716seus objetivos principais. No próximo slide a gente já pode ver os componentes  
2717da comissão, são dez membros que refletem todos os segmentos que  
2718compõem o próprio CONAMA os Ministérios diretamente envolvidos com a  
2719questão do PROCONVE, ANP, IBAMA, ABEMA, ANAMA, CNI, CETESB que é  
2720o agente técnico do programa e as ONGs do CNEA que no momento os  
2721representantes são o Ponto Terra e o Instituto de Energia e Meio Ambiente, o  
2722IEMA. Na próxima... Está tendo alguma dificuldade, mas, enfim. Aqui nós  
2723temos as características principais dessa nova comissão reformulada, ela foi,  
2724dessa vez, reformulada com um grupo assessor de caráter técnico do próprio  
2725CONAMA. E nós devemos emitir relatórios anuais a serem encaminhados à  
2726Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental, como foi feito, os  
2727conselheiros lá se debruçaram sobre o relatório, pediram algumas alterações, e  
2728como já estava mais adiantado esse ano, nós já incluímos no relatório do ano  
2729passado algumas medidas desse próprio ano. Então, vocês viram que a  
2730Comissão, como disse o próprio nome, tem dois objetivos principais, um de  
2731acompanhar e outro de avaliar o programa, nesse primeiro ano nós tínhamos, a  
2732gente já pode ver no próximo slide qual foi o calendário das reuniões. Então,  
2733vocês vejam que nós tivemos uma primeira reunião em junho, depois tivemos

167  
168



2734 uma extraordinária em agosto, a segunda ordinária em novembro, e já esse  
2735 ano fizemos uma ordinária em maio, e estamos com outra prevista para 19/10,  
2736 que nós vamos também alterar essa data para a semana seguinte, que vai  
2737 estar acontecendo em São Paulo a SENATRAN, e assim como nós fizemos,  
2738 ano passado, uma reunião da comissão dentro de uma refinaria da Petrobras  
2739 para observar o andamento da produção do óleo diesel com 50ppms de  
2740 enxofre, nós pretendíamos nos reunir dentro de uma montadora de veículos  
2741 pesados, mas como vai acontecer a FENATRAN que é uma grande feira da  
2742 ANFAVEA do setor de veículos pesados, então a comissão vai ter  
2743 oportunidade de se reunir ali dentro para gente ver, in loco, todo o lançamento  
2744 da indústria brasileira para o ano que vem, já de motores feitos para a fase P7  
2745 do PROCONVE. No próximo slide vocês vejam aqui as nossas prioridades que,  
2746 obviamente, a prioridade total desse período de funcionamento da comissão foi  
2747 a questão da implantação da fase P7. Aliás, foi um pouco toda a questão  
2748 problemática em torno da fase P6 que suscitou essa reformulação da CAP(F),  
2749 então o esforço dos membros todos foi no sentido da garantia da  
2750 implementação da fase P7. Nós, anteriormente, quer dizer, logo na primeira  
2751 reunião providenciamos a aprovação de um regimento interno da comissão, foi  
2752 um regimento interno bastante simples, naturalmente, e a partir disso nós nos  
2753 debruçamos sobre o acompanhamento dos aspectos normativos e os aspectos  
2754 de execução do programa. Então, em todas as reuniões a ANP e o IBAMA se  
2755 apresentaram à comissão, além, de serem membros, eles fizeram  
2756 apresentações de todos os normativos que lhes cabe a respeito do  
2757 PROCONVE, e os membros acompanharam e checara todas essas  
2758 obrigações, e em termos de execução nós acompanhamos de perto a indústria  
2759 automobilística, a indústria de combustíveis sobre as providências tomadas  
2760 para a implantação da fase P7. Então, em todas as reuniões também  
2761 representantes da ANFAVEA e da Petrobras estiveram conosco prestando  
2762 contas das providências necessárias para a boa execução da fase P7. O que  
2763 leva os membros da Comissão estarem nesse momento com um otimismo  
2764 sereno a respeito do sucesso da fase P7. Hoje nós não tementes nenhum  
2765 vácuo normativo, a indústria de combustíveis e de automóveis tem dado todas  
2766 as garantias de que a fase vai ser um sucesso, em termos de insumos também  
2767 que houve uma preocupação inicial em relação ao ARLA 32, também, há hoje  
2768 uma tranquilidade quanto ao fornecimento desse produto, a distribuição do óleo  
2769 diesel é 50 também, hoje o Ministério de Minas e Energia, com todo o seu  
2770 sistema, tem dado garantias da distribuição do produto em território nacional,  
2771 então nós na comissão estamos bastante otimistas em relação à  
2772 implementação dessa fase. E já estamos agora iniciando, no próximo slide, a  
2773 gente pode ver, os nossos próximos desafios que não são poucos, porque,  
2774 além, da implementação da fase P7 já vão se abrindo as janelas para as novas  
2775 fases do programa, já agora em 1º de janeiro começa a fase P7, mas um ano  
2776 depois já vamos estar acompanhando também a implementação da venda do  
2777 S10 que começa um ano depois, também a questão dos programas IM que  
2778 devem começar em muitos Estados no ano que vem, por força do cumprimento  
2779 maciço que houve, da adesão maciça dos Estados da Resolução 418. Já na  
2780 próxima reunião a gente vai se debruçar sobre a questão de mecanismos de  
2781 avaliação do programa que é outra faceta da comissão, para que a gente tenha  
2782 um mecanismo de avaliação que leve à comissão a contribuir para as novas

2783fases. Nós também temos pela frente a implementação de muitas outras fases,  
2784como a fase L6 que começa em 2013, o do Promot 4 com duas etapas em 14 e  
278516, e o PROCONVE de máquinas agrícolas rodoviárias com fases em 2015, 17  
2786e 19, tudo isso já no nosso horizonte regulamentado no CONAMA, já previsto,  
2787já consolidado do ponto de vista normativo. E como eu havia dito, é nosso  
2788objetivo ter dentro da comissão mecanismos de avaliação que contribuam para  
2789o desenho de novas fases, a gente está falando aqui do P8, do L7, do M5,  
2790enfim, de tudo que o conselho possa se debruçar, inclusive, de incorporar  
2791novos setores ao PROCONVE, como o setor ferroviário, aquaviário, naval,  
2792aéreo, enfim, o PROCONVE é um programa sobre emissões de veículos, não  
2793quer dizer que sejam veículos especificamente automotores, que no momento  
2794é nossa prioridade. Então, é isso, secretário, esse era o informe. Eu agradeço.  
2795Muito Obrigado.

2796

2797

2798**SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Bom,  
2799pessoal, o nosso último informe, eu queria convidar a Camila e o Oscar da  
2800Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República para  
2801fazer um informe a respeito de programas de proteção aos defensores de  
2802direitos humanos, relacionadas com a questão dos crimes ambientais que nós  
2803vivenciamos nos últimos meses.

2804

2805

2806**SR. OSCAR GATICA (SEDH/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)** - Boa tarde.  
2807Meu nome é Oscar Gatica (F) e sou coordenador da equipe técnica federal do  
2808programa de proteção aos defensores de direitos humanos ameaçados.  
2809Comigo está a Camila Cavalcante que é a representante oficial da secretaria.  
2810Eu vou ser rapidamente o informe e vou pedir para ela completar. Então, no  
2811final do mês de junho nós nos dirigimos ao Sr. Francisco, que neste documento  
2812não detalha exatamente o que está ocorrendo no Estado do Piauí, na área  
2813ambiental, sobretudo, há ameaça e atentado contra a casa dele que foi  
2814invadida e que a investigação desse caso pelas autoridades do Piauí ainda não  
2815recebemos nenhum retorno. Eu queria explicar que a função do programa  
2816defensor é a proteção do defensor de direito humano para que ele possa  
2817continuar com a sua atividade de defensor, no caso do defensor do meio  
2818ambiente com segurança, e com toda a tranquilidade. Não compete a nós, no  
2819caso, resolver todo o problema ambiental que surge no país, e bem que  
2820queríamos, mas temos limites e nossa [ininteligível] é dar segurança ao  
2821defensor. Realizamos também algumas atividades complementares que no  
2822caso são nossa intervenção junto a órgãos encarregados de dar segurança ao  
2823defensor, no caso a Secretarias de Segurança, polícias locais, órgãos  
2824encarregados de resolver essa questão ambiental no sentido de acelerar a  
2825questão pleiteada pelos defensores. Em nosso caso a primeira ação preventiva  
2826é a presença no lugar da ocorrência, e, infelizmente, nossa presença no Piauí  
2827ainda não foi possível em decorrência de demandas de ameaças e  
2828assassinatos também ambientalistas em outras regiões do país. Está previsto  
2829que no mês de setembro nós estaremos visitando o Piauí, de qualquer maneira  
2830já fizemos contato com outra organização de direito humano do Estado do  
2831Piauí, no sentido de que, pelo menos, as entidades da sociedade civil estejam

2832atentas por qualquer outro evento que venha a ocorrer, insistiremos também na  
2833investigação a fundo da morte da ambientalista que morreu em acidente  
2834suspeitoso, acidente de trânsito, e tudo isso deverá ser insistentemente  
2835solicitado às autoridades competentes. Então, o informe que temos para dar  
2836basicamente é que o caso do Francisco está na nossa pauta, e no mês de  
2837setembro iremos realizar uma visita com audiências públicas, convidando as  
2838demais entidades da sociedade civil e a visita às autoridades locais, secretarias  
2839de segurança, órgão que tem a ver com o meio ambiente. Pode ter certeza de  
2840que apesar de que a gente não é grande equipe, essa equipe e esse programa  
2841defensor está deverasmente comprometido com a causa defendida pelo Sr.  
2842Francisco. Então, se a Camila quiser completar, por favor. E a Secretaria de  
2843Direitos Humanos da Presidência da República vem aqui dizer que essas  
2844questões todas deverão ser apuradas e punidas severamente quando se  
2845consiga alcançar os executores desses atentados. Para o Francisco queremos  
2846deixar nossa solidariedade e que solidariedade somente não é suficiente, é  
2847suficiente que nós temos que agir com bastante rigor diante dessas coisas, e  
2848dizer para você que também para nós não é uma tarefa fácil, diante da  
2849quantidade de ocorrência de assassinatos e ameaças aos defensores,  
2850especialmente, os defensores do meio ambiente, uma das maiores demandas  
2851que o nosso programa tem. Então, estamos aqui para ouvir qualquer pergunta,  
2852qualquer esclarecimento, e enquanto resumindo é isso que faremos, no mês de  
2853setembro estaremos nos deslocando para o Piauí, para exigir a apuração  
2854dessas ocorrências. Obrigado.

2855

2856

2857**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
2858**DCONAMA)** – Muito obrigada. Eu queria agradecer, especialmente, o suporte  
2859dado pela equipe da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Pergunto se a  
2860Camila teria ainda alguma complementação? Não. Porque é uma situação  
2861bastante singular, delicada que exija uma atuação firme, mas, ao mesmo  
2862tempo, existe uma questão que não dá para deixar a cargo simplesmente das  
2863polícias, porque elas precisam de uma coisa mais incisiva para atuar, só que  
2864nesse caso se chegar a ser incisivo, já não atuação a fazer. Então, realmente  
2865esse apoio e esse aparato que a Secretaria de Direitos Humanos oferece é  
2866absolutamente fundamental. E eu queria deixar registrada a nossa  
2867sensibilidade e solidariedade, que era isso o que poderíamos fazer como ajuda  
2868ao nosso conselheiro. Muito obrigada. Zuleica.

2869

2870

2871**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA** - Queria lembrar também que no Paraná, justamente, nessa  
2872questão toda da proteção do Código Florestal, em que foram assinados, no  
2873mesmo dia, um casal, no Pará, de militantes, também foi assinado em Curitiba  
2874na cidade de Piraquara, na região metropolitana cinco ambientalistas foram  
2875executados numa chácara. E nós até hoje não temos nenhuma resposta.  
2876Então, gostaria de fazer um apelo. Nós fizemos um ofício ao Ministro da Justiça  
2877sem nenhuma resposta, com centenas de assinaturas por meio da rede  
2878brasileira de justiça ambiental, solicitando uma atenção ao caso de Piraquara,  
2879foram cinco pessoas assassinadas ligada à luta pela proteção dos mananciais  
2880e das áreas verdes que ainda restam, porque o Paraná praticamente já não

178

2881tem mais mata atlântica. Então, a luta se torna cada vez mais, como dizer,  
2882cada vez mais apertada, nós estamos assim... Os ambientalistas são pessoas  
2883comuns, são cidadãos que lutam pela sua pátria, pelas gerações futuras para  
2884que tenham água, para que tenham ar para respirar, e a violência contra essas  
2885pessoas tem sido cada vez maior no Brasil, é um caso que está se repetindo  
2886em várias regiões do Brasil. Então, queria só deixar registrado que o nosso  
2887ofício nunca foi respondido pelo Ministro da Justiça, vamos reiterar, mas cada  
2888vez, quanto mais o tempo passa mais difícil vai ficando.

2889

2890

2891**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu peço  
2892que encaminhe para nós, porque essa operação está sendo coordenada pela  
2893Polícia Federal, pelo Ministério da Justiça, pelo Ministério do Meio Ambiente,  
2894pela Secretaria de Direitos Humanos, e nós estamos procurando acompanhar a  
2895situação de todas as pessoas em situação de risco.

2896

2897

2898**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Antes de tudo eu  
2899quero agradecer à Ministra Izabella Teixeira através da Adriana Mandarino pelo  
2900empenho que tiveram para pedir proteção e segurança, também à Secretaria  
2901de Direitos Humanos da Presidência da República, várias organizações  
2902ambientalistas do Brasil todo, de São Paulo, Norte, Sul e do Nordeste, da  
2903Câmara de Vereadores de Fortaleza que aprovou o requerimento também, e  
2904várias outras instituições, inclusive, o Corpo de Bombeiro e de segurança  
2905também de Polícia Militar que pediram proteção, e que a Adriana leve à  
2906ministra os nossos agradecimentos, ao secretário geral também pelas  
2907providências que tomaram e que o Oscar como membro da comissão, que  
2908prestamos depoimentos lá e acreditamos muito. O Ministério da Justiça  
2909mandou dois ofícios, um à Polícia Federal dizendo que estavam buscando  
2910através da Secretaria de Direitos da Presidência da República as providências  
2911cabíveis que o Sr. Oscar acaba de informar. Então, nossos agradecimentos a  
2912todos vocês que ajudaram, contribuíram, e acreditamos que realmente a  
2913Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e dar o devido  
2914encaminhamento a essa questão. Muito obrigado a todos.

2915

2916

2917**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Vamos dar  
2918sequência então às nossas discussões, faltam três tópicos. Eu pediria então  
2919para a Adriana trabalhar. Os três tópicos são a questão de deliberação das  
2920comissões técnicas, consulta pública, mandato e composição aos grupos de  
2921trabalho. Serão respectivamente relatados pela Adriana, pelo Mattedi e pela  
2922Marília. Esse assunto vai ficar para depois que a gente encerrar a questão do  
2923regimento, vai ser votada a representação. Se aquecerem votar, preferirem  
2924votar essa questão agora, votamos agora. Então, vamos votar logo. É o  
2925seguinte, o CONAMA precisa indicar um representante para participar no  
2926Fundo Nacional de Meio Ambiente, já tem várias representações, mas, enfim, o  
2927CONAMA tem direito a indicar uma pessoa e um suplente. Surgiram duas  
2928indicações do grupo da sociedade civil, uma mais ligada às ONGs e outro mais  
2929ligado ao setor produtivo. As duas candidaturas são o INGAR e a ADEMA de

179

180

60

181

2930São Paulo versos a CNA e a Florestal. Então, são essas duas alternativas que  
2931nós temos de representação. Eu pediria que aqueles que defendem, que dão  
2932apoio à indicação...

2933

2934

2935**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** - Gostaria de  
2936falar. Então eu pediria para que caducando a representar a composição das  
2937suas.

2938

2939

2940**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Então,  
2941pediria para que cada candidatura apresentasse uma posição da sua  
2942aspiração.

2943

2944

2945**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** - Boa tarde a  
2946todos. João Carlos de Carli, CNA. Eu queria fazer a defesa da indicação da  
2947entidade do setor representativo rural brasileiro, e queria dar uma explicação,  
2948mais ou menos, do que aconteceu. Ontem, antes do almoço, eu fui convidado  
2949por um representante da Ecodata, se não me engano, quem me chamou foi o  
2950Donizete. E pediu para eu sentar e conversar junto com o setor da sociedade  
2951civil onde estavam as ONGs, o pessoal da Polícia Militar, acho que a CONTAG  
2952também estava do lado aqui, reunido aqui, e me foi proposto uma, eles tinham  
2953a proposta deles que seria, tanto titular quanto suplente, como representantes  
2954de ONG, e que eles estariam dispostos a... A gente até brincou, a começar um  
2955namoro, começar uma conversa, eles deixariam para a CNA o cargo de  
2956suplente junto desse fundo, e eu achei interessante, mas eu rebati com uma  
2957nova proposta: por que não a CNA como titular e uma ONG como suplente? Ai,  
2958sim, selaria como diz hoje, os jovens hoje, vamos começar a ficar, vamos  
2959começar a conversar, vamos começar a ficar junto. No momento houve uma  
2960discussão, e eu expliquei o porquê na hora que começaram haver os contra-  
2961argumentos. Eu mostrei que hoje... Eu errei, não são quatro, eu vou dizer o que  
2962acontece. Hoje no fundo são 17 representantes, a maioria do Ministério do  
2963Meio Ambiente ou órgãos ligados ao Ministério do Meio Ambiente mais seis  
2964vagas já colocadas para as ONGs ambientalistas ou ONGs ligadas ao setor  
2965ambientalista. E a única vaga que existe que não é ligada para o setor fora a  
2966chapa branca, fora desse fundo, seria uma indicação do CONAMA, e é um...  
2967Hoje, nós da CNA, nós produtores rurais sempre colocam como os matadores,  
2968colocam questões sempre negativas sobre a gente, só que quando a  
2969tecnologia chegou, para o produtor rural chegou a tecnologia pronta, ninguém  
2970nunca mostrou para gente uma nova tecnologia alternativa à produção,  
2971produzir alimentos do que apresentaram para gente. E hoje a CNA vem  
2972conversando com vários pesquisadores, a gente teve uma conversa... Semana  
2973passada eu estava na Embrapa Jaguariúna, tentando conversar com eles de  
2974forçar o governo a preparar uma nova forma de produzir alimentos no Brasil,  
2975diminuindo, porque todo mundo impacta, nós aqui estamos impactando no  
2976meio ambiente, mas que diminua o impacto no meio ambiente. E uma coisa  
2977que foi passada pela Embrapa é que existe falta de recursos, não existe de  
2978recurso direcionado para isso, e veio essa solicitação do CONAMA para que a

182

183

61

2979 gente indicasse uma pessoa que participasse do fundo, na mesma hora veio o  
2980 estalo ligando a EMBRAPA, vamos CNA participar para tentar fazer uma força  
2981 para que para o nosso setor que dizem, que colocam que sempre apregoam  
2982 que é poluidor, como se só nós fôssemos, que a gente conseguisse direcionar  
2983 um pouco de verba para a Embrapa para nos apresentar uma nova tecnologia,  
2984 a gente consiga fazer uma produção mais limpa. Então, nessa conversa que  
2985 nós tivemos aqui eu apresentei que existiam já seis vagas em nome das ONGs  
2986 e uma única vaga que poderia ter o setor produtivo que seria essa do  
2987 CONAMA, e foi concordado. Na mesma hora nós sentamos aqui e  
2988 concordamos, todos que estavam aqui presentes concordaram, e nós  
2989 começamos a ficar, usando esse termo novo. Quando eu chego na hora do  
2990 almoço já era ficante, não era mais ficar, eu ouvi um zum, zum, zum dizendo  
2991 que houve um desconforto dentro das Organizações Não Governamentais em  
2992 relação a ser suplente da CNA nesse fundo. Eu falei: se vocês estão  
2993 desconfortáveis o que é que eu posso fazer? Então, eu não quero causar  
2994 desconforto dentro do setor de vocês, então vocês façam a sua chapa e eu vou  
2995 voltar à minha chapa, porque eu tinha passado por cima de uma ordem do meu  
2996 chefe, quando ele colocou que era para eu tentar colocar a chapa CNA junto  
2997 com base florestal sem eu avisá-lo, eu concordei aqui, porque eu achava que  
2998 era esse ficar era uma coisa interessante, poderia chegar a um namoro, a  
2999 gente brincou muito aqui, poderia chegar a um namoro, uma coisa mais forte, e  
3000 quando eu chego não era namoro e nem ficar, era ficante, então houve esse  
3001 racha e nós ficamos chateados, porque eu observei que era um grande passo  
3002 que poderíamos ter dentro do CONAMA que nunca, parafraseando o nosso ex-  
3003 presidente, nunca na história desse país, a gente teria a CNA conversando  
3004 com as ONGs ambientalistas, sendo suplente para tratar de para onde os  
3005 fundos do meio ambiente deveriam ser direcionados. Então, fiquei muito triste,  
3006 depois do reportado, do ocorrido reporte para o meu chefe, ele falou: então  
3007 volta ao status cor, como estava antes, colocando o Marcílio Caron do setor  
3008 florestal como nosso suplente. E esse foi o motivo da CNA solicitar essa vaga,  
3009 e eu peço a todos, nesse conselho que estão aqui presentes, que observem a  
3010 composição desse fundo hoje, é um fundo, eu não vou disser chapa branca,  
3011 porque são 17, mas sete vagas são do setor não governamental, são da  
3012 sociedade civil, ambientalista ou não, porque pode ter mais um fora, a critério  
3013 de vocês. Então, peço que olhem com carinho esse passo que nós do setor  
3014 rural brasileiro estamos tentando em relação a tentar observar um modo de  
3015 produção que nós temos hoje, e buscar junto à entidade de pesquisa repassar  
3016 esse fundo para que essa pesquisa ande a passo largo, e não como está hoje,  
3017 a passo curto, porque o problema está aí, nós sabemos o problema, existem  
3018 vários problemas e estamos tentando buscar uma solução. Muito obrigado.

3019

3020

3021 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado. A  
3022 representação do INGAR deseja se manifestar?

3023

3024

3025 **O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ)** - Em primeiro lugar uma  
3026 questão precisa ser esclarecida, acabou de ser dito que é atribuído à CNA a  
3027 defesa de posições de degradação ambiental, de não recuperação de áreas

187

3028degradadas, ocupação de APP, reserva legal, não somos nós que estamos  
3029atribuindo isso à CNA, senão a própria CNA que antes que nós precisamos  
3030fazer isso, ela por uma de suas líderes que é a senadora Kátia Abreu, ela faz  
3031essa defesa expressa da ocupação das APPs, a diminuição de áreas de APPs,  
3032diminuição de reserva legal...

3033

3034

3035**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) – Marcelo...**

3036

3037

3038**O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ) -** Não recuperação de áreas  
3039degradadas, anistia desmatadora, então tudo isso é defendido pela CNA, e aí  
3040realmente nos parece uma contrariedade que agora a CNA venha querer se  
3041candidatar para um fundo, que é justamente um fundo de reparação de áreas  
3042degradadas, de aplicação de recursos para reparação de bens ambientais  
3043lesados. Quer dizer, parece realmente um contra-senso. Mas antes de entrar  
3044precisamente na defesa nos motivos pelos quais o INGAR deve ser conduzido,  
3045e estamos pedindo voto dos senhores, existe uma questão regimental,  
3046secretário, que nós vamos colocar. Eu peço aos conselheiros a apresentação,  
3047então essa eleição é para o conselho deliberativo do Fundo Nacional do Meio  
3048Ambiente, está previsto em decreto, inclusive, o último decreto de 2009. Essa  
3049vaga é destinada a um representante de organização da sociedade civil de  
3050âmbito nacional indicada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente. O que é  
3051que nós temos? Qual é a definição dessas entidades que nós temos o  
3052regimento do CONAMA? Regimento do CONAMA, Portaria 168 de 2005,  
3053integram o plenário 22 representantes de entidades de trabalhadores e da  
3054sociedade civil, e ali estão trabalhadores e aqui a sociedade civil. Esses são da  
3055sociedade civil, além disso, oito representantes de entidades empresariais e  
3056entre as empresariais está listada a CNA que concorre a uma vaga. Então,  
3057regimentalmente, a CNA não é considerada entidade da sociedade civil. Num  
3058conceito amplo lato senso, claro, podem considerar, não é governamental, é  
3059sociedade civil, regimentalmente no CONAMA ela não é considerada, ela é  
3060considerada entidade empresarial, Então, o primeiro ponto, regimentalmente,  
3061entendemos que não é cabível e isso, certamente, poderá, eventualmente, ser  
3062objeto de questionamento, caso eleito. Agora quanto ao que o colega da CNA  
3063colocou de conselho chapa branca do conselho deliberativo do Fundo, eu vou  
3064ter que pedir licença ao colega para relatar aqui, vou pedir que baixe um pouco,  
3065como é que funciona o conselho do Ministério da Agricultura? Portaria 530 do  
3066Ministério da Agricultura, é o conselho do agronegócio que tem a seguinte  
3067composição. Órgãos federais relacionados a questões econômicas, agrícolas,  
3068desenvolvimento rural, agrícola agroindustrial, saúde, defesa do consumidor,  
3069assistente social, emprego, claro questões importantes, meio ambiente não  
3070aparece nem nos órgãos governamentais, entidades da iniciativa privada,  
3071relacionadas ao consumidor, cooperativismo, trabalhadores, representações  
3072patronais, trabalhadores, socioeconômicos comprovadamente representativos  
3073dos setores rural e agropecuário.

3074

3075

190

3076 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Marcelo,  
3077 vamos objetivar.

3078

3079

3080 **O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ)** - Então, senhores, se tem  
3081 algum conselho que é chapa branca é esse, lá nenhuma entidade de caráter  
3082 ambientalista nem governamental, nem não governamental tem assento. E  
3083 achamos importante, achamos que não é o correto, achamos que o CONAMA  
3084 é o correto, o CONAMA permite aqui à CNI, à CNA e diversas entidades do  
3085 setor produtivo, isso que enriquece a participação, a participação da sociedade,  
3086 a participação de setores empresariais, a participação de governo, e isso  
3087 enriquece as deliberações. Então, é importante a participação da CNA, acho  
3088 louvável que participe do CONAMA. Agora querer que ser o representante do  
3089 CONAMA e ainda representando a sociedade civil, realmente é um exagero,  
3090 desculpe, mas é um arrematado absurdo.

3091

3092

3093 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Marcelo,  
3094 vamos encerrar, vamos encaminhar para encerrar.

3095

3096

3097 **O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ)** – Sr. Presidente,  
3098 encaminhando para encerrar. O INGAR já foi membro do Conselho Municipal  
3099 de Ambiente de Porto Alegre em mais de uma ocasião, e lá realizou um  
3100 trabalho realmente muito importante, conseguiu implementar a aplicação do  
3101 Fundo Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre por meio de editais  
3102 públicos com critérios objetivos para a aplicação desse recurso. É uma  
3103 experiência que nós obtivemos lá, nesse momento essa experiência está  
3104 sendo posta em prática no Conselho Estadual do Meio Ambiente do Rio  
3105 Grande do Sul, estamos nos sentido muita vontade política do atual governo lá,  
3106 e nós realmente já temos bastante experiência. E a nossa pauta é de não se  
3107 colocar lá como colocou o representante da CNA para conduzir projetos de  
3108 interesse de nós que vamos nos eleger, não. Eu acho que a CNA pode  
3109 encaminhar projetos, se for aprovado, tudo bem, se não for é outra questão,  
3110 pode encaminhar independente de ser ou não, inclusive, é melhor que não seja  
3111 encaminhar projetos. Dá certa independência.

3112

3113

3114 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu te peço  
3115 para você encerrar focando no INGAR. Por favor, eu peço para você caminhar  
3116 para encerrar, focando nas razões da candidatura da INGAR.

3117

3118

3119 **O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ)** - Sr. Presidente, eu não me  
3120 lembro de ter sido estipulado prazo e de ter sido...

3121

3122

3123 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu estou  
3124 estipulando agora para defesa. Nós temos mais o que fazer. Nós precisamos ir

191

192

64



193

3125 para frente. Fala da INGAR, chega de falar da CNA, encerra. Fala da INGAR,  
3126 defende a sua candidatura e encerra, por favor.

3127

3128

3129 **O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ)** - Obrigado, secretário. Então,  
3130 nós temos essa experiência, a nossa pauta é de conduzir com transparência,  
3131 com ética, com agilidade, profissionalismo a boa aplicação do Fundo Nacional  
3132 do Meio Ambiente. Por isso pedimos a nossa eleição. Obrigado.

3133

3134

3135 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Nós vamos  
3136 então votar agora. Eu pediria que aqueles que endossam o pleito da CNA e de  
3137 florestal que ergam seus crachás. Os que endossam a candidatura do INGAR,  
3138 por favor, ergam seus crachás. Eu queria recontar isso aqui, por favor. CNA,  
3139 por favor. CNA, por favor. Levantem e fiquem com braço... CNA fiquem com o  
3140 braço levantado. O INGAR foi escolhido com a suplência da [ininteligível]. Os  
3141 que se abstém, por favor, voto pela abstenção. Vamos então voltar à discussão  
3142 do regimento, eu pediria ao Mattedi discutir a questão da deliberação, perdão,  
3143 para a Adriana relatar a discussão do art. 42, deliberação das comissões  
3144 técnicas.

3145

3146

3147 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
3148 **DCONAMA)** – Queria pedir para colocar o quadro. Na questão do art. 42,  
3149 deliberação em Câmara Técnica da maneira esquemática e bem pontual sobre  
3150 o que restava de divergência, a questão... A CTAJ quando fala na presidência  
3151 da Câmara Técnica e na deliberação estipula que foi a proposta que veio do  
3152 Gari e CIPAM aprovada pela CTAJ e mantém o que era já a dinâmica atual, é o  
3153 voto de qualidade do presidente da Câmara Técnica. São dez membros,  
3154 quando há empate há o voto de qualidade. Em caso de empate nas votações e  
3155 o presidente tendo usado o voto de qualidade, a CTAJ propõe ciência plenária  
3156 das razões dos votos divergentes, tão somente uma ciência. A CNT apresenta  
3157 uma proposta divergente disso que é não haveria voto de qualidade nas  
3158 Câmaras Técnicas e em caso de empate seria o encaminhamento à plenária  
3159 das propostas e das razões de divergência, então a plenária não receberia um  
3160 único modelo e uma única proposta, ela receberia as duas propostas, essa  
3161 proposta da CNT, a proposta usual do CONAMA endossada pelo CIPAM,  
3162 GARI, CTAJ e etc., é o voto de qualidade em que você dá ciência à plenária  
3163 sobre o assunto. Alguém gostaria de... Retirada? Perfeito. Então, alguém,  
3164 alguma outra questão a ser colocada? Senão, retirada essa proposta. Em não  
3165 havendo nenhuma outra proposta divergente, obtivemos então o consenso,  
3166 ficando voto de qualidade para a presidência e ciência à plenária quando  
3167 houver essa situação. Presidente, encaminhamos melhor, secretário, aqui  
3168 passou o art. 42 tranquilo.

3169

3170

3171 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Consulta  
3172 pública.

3173

196

3174

3175 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
3176**DCONAMA)** - O art. 47 é o artigo que institui como regra geral, porque o texto  
3177do 47 diz assim: o texto resultante do encaminhamento dado pela Câmara  
3178Técnica, previamente a sua deliberação será submetido à consulta pública, ou  
3179seja, todo texto, tudo que passar pela Câmara Técnica, como está na versão  
3180da CTAJ, será submetida à consulta pública no sítio eletrônico do CONAMA. O  
3181MMA apresenta uma emenda para alterar a consulta pública de obrigatória  
3182para opcional em que termos? Por favor, a emenda. Nós estamos propondo, o  
3183MMA está propondo uma redação em que a consulta pública poderá acontecer,  
3184excepcionalmente, por requisição da própria Câmara à Secretária-Executiva.  
3185Ela não acontecerá nos casos daquilo que tem regime de urgência,  
3186evidentemente, não aconteceria. Então, a mudança da emenda do MMA  
3187basicamente é essa, quer dizer, ao invés de ser um ato obrigatório para tudo  
3188que passar nas Câmaras Técnicas, passa a ser uma opção da Câmara  
3189Técnica. Ok?

3190

3191

3192 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Precisa de  
3193esclarecimento ou podemos votar de uma vez? Então, aqueles que mantêm a  
3194redação original da CTAJ, todos os assuntos vão ser submetidos à consulta  
3195pública, por favor, levantem o crachá. Todos os assuntos tratados serão  
3196submetidos à consulta pública. Os que serão opcionalmente remetidos à  
3197consulta pública.

3198

3199

3200 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
3201**DCONAMA)** - Por decisão da Câmara Técnica.

3202

3203

3204 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Prevaleceu  
3205a redação proposta pelo MMA, então mediante opção da Câmara Técnica os  
3206assuntos irem para consulta pública ou não. Vamos para o nosso último ponto.

3207

3208

3209 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
3210**DCONAMA)** - Ainda no art. 47 continua descendo, por favor. Acabou. Ok,  
3211obrigado. Próximo ponto.

3212

3213

3214 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu pediria  
3215para a Marília relatar a questão do mandato e composição dos grupos de  
3216trabalho, art. 52.

3217

3218

3219 **A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Em relação à questão dos  
3220grupos de trabalho a proposta que foi elaborada pelo GARI, que foi endossada  
3221pela CTAJ traz uma mudança substancial em relação ao funcionamento atual  
3222dos grupos de trabalhos. Na proposta nossa o grupo de trabalho tem um

197

198

3223mandato definido, como já é hoje, tem um período também de discussão  
3224definida que pode ser prorrogado, e tem uma composição também definida em  
3225até dez membros, sendo que seriam dois membros por segmento, e seriam  
3226especialistas, o que se fez uma previsão é que cada conselheiro, ou cada  
3227componente do grupo de trabalho poderá também indicar até três convidados,  
3228esses convidados seriam especialistas e contando, inclusive, o próprio  
3229conselheiro que for participar, que quiser participar da discussão do grupo de  
3230trabalho. A ideia disso foi no sentido de a gente limitar os trabalhos em termos  
3231de tamanho, hoje em dia quem acompanha, normalmente, o CONAMA, tem  
3232visto que os grupos de trabalhos são bastante, tem uma composição muito  
3233grande, eles fazem uma discussão, muitas vezes, que é uma discussão da  
3234própria Câmara, e quando o assunto retorna à Câmara Técnica, na verdade, o  
3235grupo de trabalho que seria um grupo técnico, na verdade, ele já discutiu,  
3236inclusive, assuntos políticos que deveriam ser tratados na Câmara Técnica.  
3237Então, a ideia dessa nova, vamos dizer assim, desse novo perfil para o grupo  
3238de trabalho é no sentido de fortalecer a Câmara Técnica, retornar à discussão  
3239política para a própria Câmara Técnica o grupo de trabalho. Nós tivemos  
3240poucas emendas em relação à questão dos grupos de trabalho, basicamente  
3241no caso da prorrogação do mandato tem uma proposta da FURPA que esse  
3242mandado pudesse ser prorrogado por mais seis meses, a ideia inicial é que a  
3243duração de cada grupo tenha um mandato máximo de até um ano, podendo  
3244ser prorrogado. Na proposta original a gente não diz qual o tempo máximo de  
3245prorrogação, e a FURPA propõe então que essa prorrogação seja por um  
3246prazo máximo de até seis meses. Tivemos uma proposta também da  
3247Secretaria de Portos em relação ao art. 52 quanto à questão da relatoria do  
3248grupo de trabalho. Tanto no GARI, quanto na CTAJ nós não entramos na  
3249questão de coordenação ou de relatoria porque compete ao próprio definir a  
3250questão da coordenação e da relatoria. A proposta da Secretaria de Portos é  
3251que cabe ao relator da matéria na Câmara Técnica a coordenação do grupo.  
3252Então, quer dizer, porque, inclusive, isso remete, inclusive, àquela ideia anterior  
3253de que na própria elaboração das resoluções, nós teríamos uma relatoria da  
3254Câmara Técnica, que quando nós aprovamos agora a Câmara Técnica essa  
3255questão da Câmara Técnica caiu, se vocês recordam a gente não tem aquela  
3256relatoria mais da Câmara Técnica. Então, eu não sei, Urbano, como ficaria a  
3257proposta nesse sentido aqui. Temos também outra emenda da Secretaria de  
3258Portos em que inclui mais dois parágrafos ao art. 52 no sentido que caberá à  
3259Câmara Técnica definir os membros do grupo de trabalho em função de sua  
3260experiência, currículo e complementaridade de conhecimento técnico. E um §  
32616º que na ausência de coordenador o grupo poderá reunir-se sobre a  
3262coordenação de um de seus integrantes escolhidos pelos demais. Então, essa  
3263é a proposta, foram pouca emendas, eu acho que a grande questão,  
3264realmente, aqui é essa nova vestimenta dos grupos de trabalho.

3265

3266

3267**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Francisco Soares  
3268Fundação Rio Parnaíba. A gente observando o funcionamento do GT como as  
3269Câmaras Técnicas com dez representantes, falaram aí que seria, no máximo,  
3270dez membros no GT. Foi isso? Funcionar no máximo dez a proposta?

3271

202

3272

3273A **SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
3274**DCONAMA)** – Por regra geral é.

3275

3276

3277**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Sim, que cada GT  
3278teria, no máximo, dez membros.

3279

3280

3281A **SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
3282**DCONAMA)** – Essa é a proposta da Secretaria de Portos, garantida aí dois de  
3283cada um dos segmentos. É isso o Portos.

3284

3285

3286**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – O que nós sempre  
3287defendemos é que o grupo de trabalho é que tenha direito de indicar  
3288representante todos os membros que pertença às respectivas Câmaras  
3289Técnicas pelos quais o GT é vinculado. Então, todas as Câmaras, todos os  
3290GTs que sejam criados pertinentes à determinada Câmara Técnica, todos os  
3291membros integrantes dessa Câmara Técnica têm o direito de indicar  
3292representantes, porque o que a gente observa na prática que o setor produtivo  
3293e o setor econômico sempre têm muito representante nos grupos de trabalho,  
3294e, principalmente, as ONGs, às vezes, tem no máximo um, porque o  
3295representante da ONG, no máximo um, enquanto os outros setores produtivos  
3296e econômicos terminam dominando a discussão dentro dos grupos de trabalho.  
3297Então, tem que haver um equilíbrio entre os representantes do setor produtivo  
3298do governo e os representantes da sociedade civil. Por isso é que nós  
3299defendemos que cada conselheiro integrante da Câmara Técnica teria o direito  
3300de indicar representantes seus para os GTs, logicamente, vai se indicar pessoa  
3301com o perfil daquela área para contribuir para a formulação das propostas de  
3302resoluções seja o que for discutido naquele grupo de trabalho. Por isso é que  
3303nós defendemos que cada conselheiro integrante de Câmara Técnica tenha o  
3304direito de indicar, porque tem duas ONGs que pertence a uma Câmara  
3305Técnica, somente uma delas pode indicar um representante para o GT fica  
3306desequilibrado, considerando que o setor produtivo manda muitas pessoas  
3307para fazerem parte daquele grupo de trabalho. Então, nós temos que equilibrar,  
3308senão vai haver um domínio absoluto do setor produtivo e do setor econômico  
3309dos grupos de trabalho.

3310

3311

3312**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**  
3313**Minas Gerais)** - Eu até entendo a preocupação do Ministério do Meio Ambiente  
3314em disciplinar a realização dos grupos de trabalho, quem tem participado, às  
3315vezes, é complicado mesmo, por uma questão até operacional, se reserva uma  
3316sala para 20 pessoas, de repente, chegam 60. Então, eu sei que tem esses  
3317problemas e até entendo a tendência do pessoal querer disciplinar. Mas,  
3318realmente, esse § 2º, primeiro porque as reuniões são públicas mesmo, então  
3319se é pública está aberta ao público. Agora o § 2º que nós não podemos aceitar  
3320riso, reunir... Diz que o GT vai se reunir em sessão pública, sendo permitida a

203

204

68

3321palavra apenas aos membros convidados dos conselheiros. Ora, se o próprio  
3322CONAMA, o próprio conselho tem abertura para os conselheiros trazer outras  
3323pessoas e dirigir a palavra a outras pessoas que [ininteligível]. Agora imagina o  
3324GT, que o nosso principal objetivo tem sido querer ouvir as diversas opiniões  
3325dos vários segmentos das várias regiões do país, não há que limitar a palavra,  
3326quem pode e deve limitar a palavra é o coordenador do GT, ele está ali para  
3327ser o... Como o nosso Secretário-Executivo é, se vai conceder a palavra, ou se  
3328não vai, vai conceder por quanto tempo, etc. e tal. Mas dizer que só o  
3329convidado, e depois como é que você vai ficar controlando? Ah, você é  
3330convidado, não é não, mas agora o convidado foi embora, vou dar cem. Gente,  
3331não tem o menor sentido, o GT é para ouvir, nós queremos ouvir o que é que  
3332os diversos segmentos pensam, aí, de repente, em vez de vir três, vieram  
3333quatro, o quarto não pode falar. Isso não funcional. Acho que o coordenador do  
3334GT tem que dizer: você que tem a responsabilidade de organizar essa reunião.  
3335Mas esse negócio de falar que vai limitar a palavra só a três convidados, acho  
3336que de jeito nenhum.

3337

3338

3339**O SR. ELDER NÁZIO (MME)** - Elder Názio, Ministério de Minas e Energia.  
3340Primeiro eu senti ausência aqui da proposta que o Ministério de Minas e  
3341Energia fez, eu não estou vendo aqui. E a proposta era simplesmente trocar a  
3342palavra mínima pela máxima, desculpe, a máxima pela mínima, ou seja, no  
3343mínimo dez membros indicados pelos segmentos. Isso foi baseado  
3344principalmente na experiência que nós temos e vivenciamos aí, quem está no  
3345CONAMA já há bastante tempo. Os grupos de trabalho foram oficializados por  
3346regimento interno de 2002, de dezembro de 2002, inclusive, para dar o caráter  
3347formal dos grupos de trabalho, envolvia por quê? Porque existiam vários  
3348setores que queriam estar participando, inclusive, a academia na qual eu não a  
3349vejo aqui nesses cinco segmentos que estão aqui, gerais, e que tem dado uma  
3350contribuição enorme. Segundo. Outro dia eu tive que ir à abertura de um grupo  
3351de trabalho de revisão, de uma resolução que trata de sedimentos  
3352contaminados. Eu contei tinham aproximadamente 80 pessoas aqui dentro de  
3353vários segmentos, e essas pessoas tinham representante dos Estados, só dos  
3354Estados eu tinha contado oito representações, dos Estados, das OEMAS,  
3355então senhores representantes de Estados, prestem atenção, o senhores  
3356estarão sendo limitados a participar dos grupos de trabalho, discussão na qual  
3357você terão que aplicar essa resolução. A mesma coisa com o Governo  
3358Federal que nós estaremos sendo limitados a participar dos grupos de trabalho,  
3359trazer contribuições técnicas para dentro dos grupos de trabalho. Isso como o  
3360Dr. Zé Cláudio já colocou aqui, as reuniões do CONAMA são públicas,  
3361inclusive, tanto o plenário do CONAMA, quanto as Câmaras Técnicas e,  
3362principalmente, os grupos de trabalho. Os grupos de trabalho foram criados  
3363para dar esse apoio para que vários segmentos sejam ouvidos. O nosso amigo  
3364Chico tem razão, temos que arrumar uma fórmula onde a sociedade civil  
3365organizada tenha condição de estar participando com mais membros que  
3366possam estar trazendo mais técnicos, que muitas ONGs têm pessoas muito  
3367capazes de estar trazendo contribuição e, às vezes, por questões financeiras  
3368não podem trazer. Acho que é uma observação que você fez muito bem, mas  
3369precisamos não limitar número de grupos, porque, às vezes, nós estaremos

208

3370limitando, nós estaremos ceifando idéias e pesquisas científicas  
3371importantíssimas no país. Então, por isso a sugestão nossa é que façamos, no  
3372mínimo, o grupo só pode funcionar, no mínimo, com dez membros, é claro que  
3373não ter 320 embora, tiveram alguns trabalhos como a 357, na qual o Dr.  
3374Roberto Monteiro, ex-conselheiro honorário coordenou o grupo de trabalho  
3375muito bem, tínhamos uma média de 70 pessoas, dessas 70 pessoas, 60 tinham  
3376mestrado ou doutorado em cima da 20, da antiga 20 que virou a 237, foi muito  
3377discutido, muito debatido, mas essas pesquisas nos trouxeram um grande  
3378avanço na 357, por isso fica essa proposta de alterar de máximo para mínimo.

3379

3380

3381**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Só uma  
3382questão de ordem aqui, antes dos dois falarem. O Ministério está propondo  
3383encampar a proposta do Ministério de Minas e Energia, de, no mínimo, dez, e  
3384vai também estar propondo a supressão desse parágrafo aqui sobre concessão  
3385da palavra. Esse é o encaminhamento que está sendo dado aqui.

3386

3387

3388**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
3389**DCONAMA)** - Importante esclarecer na fala do Zé Cláudio, essa proposição  
3390não é uma emenda do MMA, essa veio do CTAJ, já veio assim.

3391

3392

3393**O SR. JÚLIO** - Eu vou aqui explicar porque a proposta de complementar o  
3394artigo. É no sentido de indicar o relator da matéria da Câmara Técnica, ele que  
3395vai ter fazer o relatório para a plenária, ele ser o coordenador do grupo de  
3396trabalho, haver uma integração Câmara para a coisa vir mais redonda, ter  
3397menos idas e voltas, porque às vezes chega uma matéria mandada, e já vem  
3398isso do grupo técnico para a câmara de trabalho, essa matéria volta, leva dois  
3399anos fazendo uma resolução. Então, no sentido de viabilizar essa integração,  
3400procurar então que haja uma ligação, e essa ligação é quem vai fazer o  
3401relatório, ele deve ser o elemento de ligação entre a Câmara e o grupo, por  
3402isso essa sugestão. Com relação às outras duas inclusões que sejam os  
3403membros indicados em função da sua experiência, currículo e etc., porque se a  
3404Câmara tem, pode até ter um número limitado e vão ser indicados pelos  
3405componentes da Câmara, então ter um critério, um critério técnico para a  
3406seleção das pessoas que vão participar da Câmara. E a outra é que na  
3407ausência do coordenador essa aí podemos até retirar, porque vai ser óbvio, o  
3408grupo terá que se reunir sob a coordenação de um de seus integrantes, eu  
3409acho que essa daí talvez não seja necessária, porque constar do regimento  
3410interno.

3411

3412

3413**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Só um  
3414esclarecimento, Dr. Júlio, o senhor está propondo então a criação da figura do  
3415relator que pode ou não ser o coordenador do grupo?

3416

3417

211

3418 **O SR. JÚLIO** - Eu estou propondo que a integração Câmara/grupo de trabalho  
3419 seja feita pelo relator da matéria na Câmara Técnica.

3420

3421

3422 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
3423 **DCONAMA)** – Luiz Mourão.

3424

3425

3426 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** - Senhores  
3427 conselheiros, é interessante a gente notar qual é o cerne do problema. Na  
3428 verdade, a construção do nosso regimento está baseada em duas coisas: na  
3429 atuação na Câmara Técnica e atuação no GT. Então, por ocasião do GARI, o  
3430 GARI optou, pelo que está sendo proposto ali, que é exatamente o grupo  
3431 técnico, o GT tem uma composição limitada para conduzir o trabalho, e ele é  
3432 aberto lá na Câmara Técnica, lá as pessoas podem falar, as pessoas vão ter o  
3433 seu direito de se manifestar por quê? Porque impossível, na minha visão, eu já  
3434 participei de vários grupos de trabalho que conduzia um grupo de trabalho com  
3435 90 pessoas, 80 pessoas, 70 pessoas, todas com direito à voz e,  
3436 principalmente, desbalanceado em relação aos segmentos. Digo isso porque  
3437 nós nos setores realmente de ONGs, setores da sociedade civil não podemos  
3438 trazer os membros da academia que respaldam a nossa posição, porque a  
3439 gente, muitas vezes, não tem condição exatamente de colocar essas pessoas  
3440 aqui, enquanto todos os outros segmentos, o segmento empresarial ele pega e  
3441 coloca quantos ele quiser aqui, e tem colocado isso frequentemente. Então, dá  
3442 a falsa impressão de que só existem argumentos em favor de uma determinada  
3443 posição. Então, esse grupo, da maneira como está sendo colocado, de duas  
3444 pessoas por setor e mais os convidados, ele fica com 30 pessoas que já é um  
3445 número bastante razoável para se conduzir o grupo de trabalho, 30 pessoas, e  
3446 de uma maneira bastante equilibrada entre os setores. Isso não inibe de  
3447 maneira nenhuma a discussão que vai acontecer na Câmara Técnica, lá na  
3448 Câmara Técnica pode trazer gente de qualquer setor, vai ter direito à palavra, e  
3449 lá vai acontecer e vai ficar aberto. Isso não está em discussão aqui, não está  
3450 visto aqui, mas se vocês olharem, todos os senhores olharem, porque o  
3451 regimento está colocado lá dessa maneira, dessa forma de entendimento do  
3452 problema. Então, gostaria que vocês prestassem bastante atenção, porque se  
3453 nós estamos, por um lado, tentando viabilizar e fomentar com que isso  
3454 aconteça de uma maneira mais fácil e mais despachada, mais rápida, o que  
3455 vem ao encontro dessa maneira é limitar um número no grupo de trabalho e  
3456 ampliar a discussão no grupo de trabalho, como está sendo previsto aqui, e  
3457 não manter o que está sendo mantido agora, no mínimo dez, no mínimo dez é  
3458 o que está sendo colocado, não teve nenhum grupo de trabalho que tivesse  
3459 menos do que dez, pelo contrário, eu posso dizer que menos que 30 não teve  
3460 nenhum. Então, nós estamos mantendo exatamente a situação que está sendo  
3461 colocada agora. Então, eu defendo realmente que essa proposta seja feita  
3462 dessa maneira.

3463

3464

3465 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Só para  
3466 esclarecer. Então, aí no caso, o argumento a favor de manutenção do número

212

213

71

214

3467de 30, é uma limitação em nome do equilíbrio das discussões do grupo de  
3468trabalho.

3469

3470

3471**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** - Exatamente, e  
3472pela sua rapidez em conseguir realmente conduzir os trabalhos de uma forma  
3473bastante ataviada.

3474

3475

3476**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Embora  
3477tenham quatro pessoas aqui. Você que estava na frente, Wolney. Você vai  
3478querer falar? Zuleica.

3479

3480

3481**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA** - Eu queria comentar duas coisas. Eu concordo plenamente  
3482com o Elder do Ministério de Minas e Energia, com a fala dele a respeito da  
3483importância dos grupos de trabalho são justamente o único lugar do CONAMA,  
3484única instância em que toda a sociedade pode participar livremente e falar, na  
3485Câmara Técnica não pode, e aqui na plenária também não pode, com as  
3486exceções. Então, o grupo de trabalho tem essa função, de trazer para dentro  
3487do CONAMA toda a experiência da sociedade, são várias regiões do Brasil,  
3488cada uma com uma experiência diferente, e tal. Mas o que eu queria chamar  
3489atenção, um pouco parecido, acho que alguém falou, tangenciou o que eu  
3490quero falar, mas ninguém falou o que eu quero falar, por isso que eu estou  
3491aqui. Existem outros saberes, além do saber científico, pessoas que não têm  
3492mestrado, às vezes, não têm nem o curso primário, às vezes são analfabetas e  
3493tem uma experiência fantástica de vida naquela área específica que o  
3494CONAMA está tratando, já que se trata de meio ambiente e saúde. Então, eu  
3495acho assim, quando a proposta da Secretaria de Portos fala que a Câmara  
3496Técnica vai definir os membros, uma ideia, uma proposta da Secretaria de  
3497Portos, pode não ser aprovada, mas se for o meu receio é esse, em função de  
3498sua experiência, currículo e complementaridade de conhecimento técnico. Eu  
3499acho que a sociedade civil pode indicar pessoas sem mestrado, sem  
3500doutorado, mas com enorme conhecimento técnico da luta pela justiça  
3501ambiental, da luta pela proteção da saúde do meio ambiente, povos  
3502tradicionais, por exemplo, que têm a sua experiência única, no ambiente em  
3503que vivem e sabem dizer muito bem o que os incomodam e o que é que eles  
3504querem que seja protegido, quilombolas, ribeirinhos, quando se trata de  
3505licenciamento ambiental. Então queria deixar claro que a gente não feche,  
3506também não fecha em número, mas também não feche os saberes tradicionais  
3507da sociedade.

3508

3509

3510**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Wanderlei.

3511

3512

3513**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Wanderlei, CNI. Quantos  
3514dos senhores aqui já participaram de um grupo de trabalho? Eu, nos meus  
3515cinco anos e meio, já participei mais de 30, e dos mais diversos temas. A

215

216

72



3516minha experiência me diz que por mais difícil que seja você gerenciar um grupo  
3517grande, esse grupo grande traz muitas contribuições à Câmara Técnica, por  
3518quê? Porque ele traz muitas opiniões, muitas visões, muito conhecimento que é  
3519trabalhado, que é arrendado dentro do GT, e vai um texto para a Câmara  
3520Técnica muito mais fácil de ser debatido, Então, a nossa experiência diz que o  
3521grupo de trabalho não tem que ter limitação, achamos que não deve por vários  
3522motivos, motivo da democracia de dar participação e voz a todos. Esse é um  
3523dos motivos, até para responder a que a sociedade civil, o setor empresarial  
3524participa muito, porque ele é o principal controlado, não têm jeito, a nossa vida  
3525está ali. Porque realmente a maior parte das resoluções vai para o controle do  
3526setor produtivo, é apenas isso. E a gente quer ponderar aqui com esse  
3527conselho que é mais importante deixar o grupo de trabalho aberto, a gente  
3528agora recentemente está vindo para essa plenária uma nova resolução de  
3529fontes fixas existentes, eu não imagino essa resolução ser construída com dez  
3530especialistas, não é possível, é impossível de ser construída. Eu acho que  
3531existe uma diversidade enorme de assuntos, não seria interessante se limitar,  
3532eu acho que não deve limitar a participação, ela tem que ser ampla e  
3533democrática como é hoje. É a opinião da CNI. Obrigado.

3534

3535

3536**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) – CNA, João**  
3537**Carlos.**

3538

3539

3540**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA) - João Carlos**  
3541**de Carli, CNA.** Eu vou falar também um pouco do art. 53 exatamente por conta  
3542da proposta da Secretaria de Portos que mesclou um pouco o 52 e o 53.  
3543Primeiro queria colocar aqui exatamente como o Vanderlei colocou e a Zuleica  
3544também colocou, porque existem muitos doutorandos ou doutorados por aí que  
3545é da vida, e sabem muito mais que a gente, só não tem o papel escrito dizendo  
3546que ele tem essa experiência maior que a dos outros. Então, eu acho que  
3547impor um título, possa assim, dizer, a pessoa participar de um grupo de  
3548trabalho eu acho que não é o espírito do CONAMA. Segundo GT, GT tem que  
3549ser aberto, é aí que a sociedade que não essa aqui representada vai expor  
3550exatamente o que ele quer. Então, eu não vejo como a gente, primeiro, fechar  
3551por especialistas e depois fechar por pessoas que nós estamos indicando, aí  
3552vai virar uma panelinha. Então, eu acho que o GT é a expressão máxima de  
3553democracia do CONAMA, e ele não pode ter a sua participação restrita. E, por  
3554último, que eu acho que é extremamente importante, eu peço desculpas,  
3555porque na lida que eu dei no regimento eu não atentei a isso. Eu sou  
3556presidente de uma Câmara Técnica e alguns documentos que vem do GT a  
3557gente observa que vem com alguns erros de regimento, então que muitas  
3558coisas que poderiam vir a ajudar a gente esbarra porque o regimento segura,  
3559trava. Então, eu acho que o coordenador, por isso que eu estou dizendo que eu  
3560estou pulando um pouco para o 53 também. Porque aqui o que Dr. Urbano  
3561coloca aqui no art. 52 cabendo ao relator da matéria, na Câmara Técnica a  
3562coordenação do grupo, eu acho que não, eu acho que o coordenador do GT  
3563tem que ser um membro do CONAMA, conselheiro ou suplente, eu digo que  
3564nem representante, ou é conselheiro ou suplente por quê? Porque ele conhece

220

3565os ritos do CONAMA, ele sabe como é que o CONAMA trabalha, ele tem que  
3566saber o mínimo do regimento. Se você coloca uma pessoa que seja um expert  
3567na área que vai ser tratada, ele pode pecar muito exatamente no que tange o  
3568regimento, coloca forma de convocação, tudo bem, vai dar um trabalho danado  
3569para os meninos do CONAMA, mas a forma de convocação, quantos dias ele  
3570tem, como é que é feita a convocação, como é que é apresentado aos  
3571conselheiros e etc. Então, eu acho, primeiro, só para terminar aqui, GT aberto,  
3572não pode ter limitação técnica, e, por último, o coordenador e o vice-  
3573coordenador, como está aqui colocado, devem ser membros do CONAMA,  
3574titular ou suplente, exatamente pelo conhecimento que ele tem que ter do  
3575regimento interno. Obrigado.

3576

3577

3578**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Eu acho que o pessoal não leu direito a nossa  
3579proposta. Eu vou repetir aqui, porque eu não disse o que foi falado aqui.  
3580Quando estou dizendo que será um indicado em função da experiência, eu não  
3581estou dizendo que tem doutorado, quando eu estou dizendo currículo pode ser  
3582que tenha, quando eu estou dizendo complementaridade de conhecimento  
3583técnico, também não estou dizendo que tem que ser doutorado, de forma  
3584alguma está escrito aqui que será um conselho, a Câmara será um conselho  
3585de doutores, não é isso que está escrito aqui. Em segundo lugar na questão do  
3586relator é simplesmente o relator da Câmara Técnica é um membro do  
3587CONAMA, será um membro do CONAMA, ele participar e ser o coordenador  
3588do grupo de trabalho é lógico, ele vai levar, quando o assunto chegar à Câmara  
3589Técnica ele já vai ter o domínio daquilo que foi feito, é uma forma de você  
3590desburocratizar, porque vai e volta Câmara Técnica e grupo de trabalho, eu já  
3591vi várias vezes ir e voltar. Então, é uma forma de você... Quando o relator, que  
3592já é da Câmara Técnica, traz o assunto, é porque ele já está maduro para ser  
3593avaliado pela Câmara Técnica.

3594

3595

3596**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) – Volney.**

3597

3598

3599**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Boa tarde. Eu queria fazer só uma  
3600ponderação, justamente porque a minha preocupação é que nós estamos  
3601trabalhando num modelo, num modelo de conselho, num modelo onde a  
3602participação é fundamental e é um dos principais aspectos que tem que ser  
3603considerado em todo esse processo. Queria lembrar que nós já tomamos  
3604algumas medidas como a questão da admissibilidade, que já foi aprovada aqui  
3605essa questão, e que realmente procura tirar, ajudar a Câmara Técnica que,  
3606muitas vezes, num trabalho que ia ser deliberado, na sua maioria das vezes, na  
3607própria Câmara Técnica. De outra forma, eu acho que a gente tem que ter  
3608muito cuidado também, porque não existe só Câmara Técnica e só grupo de  
3609trabalho, existe uma interação entre a Câmara Técnica e o grupo de trabalho, e  
3610que tem que ser constantemente, vamos dizer assim, desenvolvida e de uma  
3611forma sistemática dentro das nossas Câmaras Técnicas. Então, me parece, aí  
3612quando a Dra. Marília comenta a questão política, me parece que, muitas  
3613vezes, em alguns momentos nós erramos a não dar um claro mandato para os

221

222

74

223

3614nossos grupos de trabalho definindo o escopo, qual é o alcance da tarefa que  
3615eles têm pela frente, e que, às vezes, dá uma grande distância entre o se pede  
3616e, às vezes, o que volta. Parece-me que a Câmara Técnica e aí tem a  
3617obrigação de acompanhar esse processo desenvolvido no grupo de trabalho,  
3618pedindo informes, relatórios periódicos para que a gente só não fique sabendo  
3619do resultado no fim do processo. Então, eu acho que levando em conta essas  
3620questões da admissibilidade, da questão da participação com o elemento  
3621fundamental do conselho, e dessa intensa relação que nós temos que ter entre  
3622Câmara Técnica e grupo de trabalho, me parece que talvez essa questão de  
3623restringir o número seja uma das questões menores dentro desse processo.  
3624Eu, realmente, me preocupo muito mais com a Câmara Técnica, realmente  
3625acompanhando o grupo de trabalho, apoiando o coordenador, pedindo  
3626informes, vendo se esse processo está sendo realmente conduzido dentro  
3627daqueles moldes, dentro daquela, vamos dizer assim, encomenda que a  
3628Câmara Técnica fez. Então, eu queria fazer essa observação dizendo que  
3629realmente eu acho essa questão uma questão menor dentro do processo como  
3630um todo, e que nós devemos realmente nos preocupar com essa relação  
3631admissibilidade, grupo de trabalho, Câmara Técnica. Obrigado.

3632

3633

3634**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Nós vamos  
3635encaminhar para votação duas. A posição definida pelo Luiz e a posição  
3636definida pelo Elder do Ministério de Minas e Energia. O dez com mais dois  
3637convidados chegando ao limite 30 ou, no mínimo, dez. Essa é uma primeira  
3638definição que eu gostaria de submeter à votação dos senhores e senhoras. Os  
3639que são a favor da redação proposta no texto e que traz a posição explicitada  
3640pelo Luiz, relacionada à manutenção de um grupo de trabalho de dez, dois,  
3641dois, dois, dois e dois, sendo que cada um pode levar até dois convidados,  
3642limitando a bom potencial número de 30 o número de participantes, por favor,  
3643levantem a mão. Os que são a favor da proposta do Elder que é o número de  
3644participante no grupo de trabalho seja, no mínimo, dez sem restrições. Em  
3645contraste a segunda proposta do Elder prevaleceu. Queria submeter à votação  
3646também a proposta do Zé Cláudio de suprimir esse parágrafo, os GTs reunir-  
3647se-ão em sessão pública, sendo permitida a palavra apenas aos membros  
3648convidados a conselheiros. Perdão, só suprimir o final. Sendo permitida a  
3649palavra apenas aos membros convidados e conselheiros. Os que concordam  
3650com a manutenção desse texto, por favor, se manifestem. Os que são a favor  
3651da supressão, não sendo permitida a palavra... Prevaleceu a supressão. Uma  
3652proposta apresentada pelo João Carlos de explicitar que o coordenador e o  
3653vice-coordenador precisariam ser, necessariamente, membros titular ou  
3654suplente do CONAMA. Aqueles que são a favor da proposta nova, por favor, se  
3655manifestem. Os que são contrários a esse adendo, por favor, se manifestem.  
3656Prevalece a proposta nova do João Carlos.

3657

3658

3659**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
3660**DCONAMA)** - Coordenadores e vice-coordenadores serão membros,  
3661necessariamente, ou titulares.

3662

224

225

75

226

3663

3664 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
3665 **DCONAMA)** – Serão conselheiros do CONAMA.

3666

3667

3668 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Agora nós  
3669 temos um momento delicado. Em tese nós terminamos os pontos que a  
3670 gente... Perdão.

3671

3672

3673 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
3674 **DCONAMA)** – Caiu da redação e a gente vai tirar, pois não faz mais sentido.

3675

3676

3677 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Por que é  
3678 que é um momento delicado? Perdão, o Luiz também queria falar.

3679

3680

3681 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) -**  
3682 *(Pronunciamento fora do microfone).*

3683

3684

3685 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Em tese,  
3686 nós encerramos aqui as discussões relacionadas ao regimento do CONAMA  
3687 em função da votação que nós tivemos no início da sessão ontem. No entanto,  
3688 a gente entende que quando a gente passar o texto todo a limpo e ver a cara  
3689 dele todo, pode ser que apareçam algumas coisas que tenham passado  
3690 despercebido. Nós não temos nenhum interesse em reabrir a discussão do  
3691 regimento, e entendemos que o regimento está aprovado. Agora a pergunta  
3692 que a gente ouve frequentemente, é que a gente ouve, às vezes, no  
3693 Congresso: está aprovado o que mesmo? O texto todo. Então, o que nós  
3694 vamos fazer é o seguinte, nós vamos mandar uma cópia do regimento, tal qual,  
3695 em tese, foi aprovado para todos os conselheiros, e vamos abrir um prazo para  
3696 sugestões de arrumação de technicalidades, redação. Se essas redações forem  
3697 encampadas, nós vamos incorporá-las, se forem boas, senão vamos dispensá-  
3698 las, se não vierem as sugestões nós vamos disponibilizar já no Diário Oficial o  
3699 novo regimento, mas pode acontecer que alguém sinta que um assunto foi  
3700 completamente abalroado, esquecido, truncado. Se nós entendermos que esse  
3701 assunto é suficientemente grave para manter o regimento pendente nós vamos  
3702 fazer uma consulta a vocês e buscar um mecanismo decisório de forma  
3703 extraordinária. Da mesma forma pode ser que o nosso julgamento seja um  
3704 julgamento limitado, então nós estamos propondo também para vocês usar os  
3705 nossos 10%, aqueles oito conselheiros, não, 10,8 conselheiros com uma  
3706 instância, se num ponto no que for enviado a vocês se for suficientemente  
3707 grave para mobilizar dez conselheiros, onze conselheiros, encaminhem e nós  
3708 vamos mantê-lo pendente sujeito à próxima reunião nossa. Nós estamos  
3709 trazendo essa proposta de encaminhamento para salvaguardar também o  
3710 caráter democrático e a qualidade da participação de todos os membros aqui,  
3711 embora nós todos os conselheiros e a turma que organizou as discussões

227

228

76

3712tenham feito um esforço que nós testemunhamos aqui, pode ser que fique  
3713alguma coisa agarrada a outra. Então, nós estamos mandando para vocês a  
3714versão final, abrimos para sugestões por duas semanas, incorporamos tudo  
3715que pudermos do ponto de vista de melhorar a redação, contamos com a  
3716colaboração, particularmente, de pessoas que colaboraram intensamente coma  
3717a Cristina, o Bruno, as confederações, o Soares, enfim, os suspeitos de  
3718sempre, e vamos devolver a vocês, e qualquer coisa, se houver alguma coisa  
3719realmente grave não existem em colocar à mesa, porque para nós o mais  
3720importante é assegurar a nossa prática democrática aqui, às vezes,  
3721comprometida pela truculência do coordenador dos trabalhos. Então, é essa  
3722propostas que eu trago para vocês. Podemos encaminhar nesse sentido? Pois  
3723não, Luiz.

3724

3725

3726**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** - Sr.  
3727Presidente... Luiz Mourão, Mover. Só me preocupa a forma como que isso vai  
3728ficar registrado, porque parece, ainda me parece que nós estamos decidindo  
3729que nós aprovamos tudo que está dentro dessa nossa minuta, sujeita a uma  
3730redação final que vai ser feita agora e poderemos, eventualmente, estar  
3731fazendo alguma observação se tiver o apoio de mínimo de dez, onze  
3732conselheiro, parece que é isso que está sendo escrito. E nós não votamos  
3733várias partes desse regimento, mas parece que esse é um ponto pacífico. Isso  
3734tem que ficar registrado, de alguma forma, nesse processo da transcrição para  
3735que a gente possa recuperar isso, de alguma maneira, no futuro, nesse  
3736processo de votação que não seja questionado [ininteligível]. Como é que foi  
3737feita essa coisa? Porque nós não votamos algumas coisas. Nós não temos  
3738uma versão limpa. Então, só o procedimento de como é que vai ser feito isso,  
3739registrado para que a gente possa ter essa história toda bem a limpo.

3740

3741

3742**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Só  
3743lembrando que nós optamos por votar quatorze pontos daqueles 252 em  
3744função do voto de confiança que nos foi dado no início dos trabalhos. Mas  
3745vamos...

3746

3747

3748**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Francisco Soares...

3749

3750

3751**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
3752**DCONAMA)** - Francisco, o presidente está falando.

3753

3754

3755**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – É que eu  
3756sou Francisco e ele é presidente também.

3757

3758

3759**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – O que eu quero propor  
3760ao Secretário-Executivo, é que nós façamos uma Reunião Extraordinária para

232

3761que possa ter a versão final com tudo consolidado e complementar a pauta da  
3762reunião que não tenha [ininteligível]. Porque eu acho que fazendo consulta e  
3763enviando poderemos ter muito problema de divergência, e numa Reunião  
3764Extraordinária será toda homologada e aprovada a redação e todas aquelas  
3765emendas que, por acaso, ficaram esclarecidas. Então, acho que se aplicaria  
3766numa reunião extraordinária aqui.

3767

3768

3769**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – São duas  
3770propostas. Então, a proposta do Dr. Francisco Soares e a proposta do Dr.  
3771Francisco Gaetani aqui. Eu vou submeter à votação então as duas propostas, e  
3772também agradeço os cuidados que o Luiz mencionou. O senhor tem razão,  
3773isso tem que ser bem contado. Vai depender... A próxima ata vai ter que ser  
3774uma ata muito bem costurada. Os que são a favor de que eventuais assuntos  
3775sejam tratados numa Reunião Extraordinária, por favor, se manifestem. Dez.  
3776Os que são a favor da proposta inicialmente apresentada aqui pelo Secretário-  
3777Executivo. Permaneceu a posição inicialmente apresentada pela Secretária-  
3778Executiva. Só lembrando que na proposta se houver um tema suficientemente  
3779grave ele vai ser trazido para a próxima plenária. Obrigado. Então, vamos  
3780encaminhar dessa forma. Nós consideramos encerrada a questão dos  
3781regimentos, vamos dar sequência aos nossos trabalhos originados aqui. Nós  
3782temos uma informação, falta um informe que é relacionado à ADEMA, e nós  
3783temos uma, infelizmente, ocorreu um problema, o tema relacionado à restinga  
3784não vai ter como ser apresentado hoje em função da demanda sobre uma  
3785discussão relativo ao relator que teve que ser chamado numa reunião na  
3786presidência. Eu peço então que a Adriana conduza aqui as discussões  
3787relacionadas aos últimos informes, e ao Volney para me substituir. Perdão,  
3788faltam as moções, claro. Volney.

3789

3790

3791**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
3792**DCONAMA)** – Enquanto o Volney vem à mesa, eu gostaria então de contar  
3793com o apoio da plenária diante desse encaminhamento aprovado. O resultado  
3794da plenária de hoje vai demorar um pouco mais para estar disponível porque  
3795junto com o resultado vai ter que estar a versão corrigida do regimento interno.  
3796Então, nós vamos precisar de um prazo um pouco maior para fazer isso,  
3797registrar o resultado e junto encaminhar a versão do regimento interno para o  
3798prazo de ainda algum conserto e algum ajuste.

3799

3800

3801**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Vamos só fazer um ponto  
3802pendente que ficou, o informe da ABEMA. A Dra. Jussara Cony está aí. Por  
3803favor, rápidos informe, Dr<sup>a</sup>. Jussara.

3804

3805

3806**A SR<sup>a</sup>. JUSSARA CONY (ABEMA)** – Boa tarde. O informe da ABEMA e sobre  
3807o PCPV, o estado da arte no nosso país, o plano de controle de poluição  
3808veicular. São duas premissas aqui solicitadas pela direção da ABEMA que  
3809fossem colocadas. Esse plano não é olhado apenas como um processo

233

234

78

3810 limitado à questão financeira ou arrecadatória, ele dialoga com a qualidade de  
3811 vida, tendo ela como elemento fundante para o desenvolvimento econômico e  
3812 social com sustentabilidade. Sob o ponto de vista da qualidade do ar, sob o  
3813 ponto de vista de agravos na saúde, principalmente, respiratórios e também  
3814 sobre a prevenção de acidentes. Foram realizadas duas oficinas de trabalho  
3815 em 2010, duas oficinas em 2011, o Estado do Rio Grande do Sul contribuiu  
3816 com seus técnicos disponibilizando para a ABEMA por um curso que a ABEMA  
3817 fez, a ABEMA participou num processo com os Estados para elaborarem seus  
3818 planos, e a contribuição também importante do Ministério do Meio Ambiente,  
3819 sob o ponto de vista da metodologia da elaboração dos inventários. Então  
3820 premissa do relatório são essas solicitações feitas pelo presidente que  
3821 trouxéssemos a esse plenário. Com base nos dados do Departamento  
3822 Nacional de Trânsito, o DENATRAN de dezembro de 2010, pode se dizer que  
3823 95,5% da frota brasileira que está estimada em 54 milhões, 817 mil veículos  
3824 está localizada nos 22 Estados que já elaboraram os seus planos de controle  
3825 de poluição veicular. Esses dados nos mostram que a resolução 418/2010 do  
3826 CONAMA alcançou plenamente o seu objetivo, pois todos os Estados com  
3827 grandes frotas elaboraram os PCPVs, havendo a perspectiva de que se atinja  
3828 100% ainda neste ano, uma vez que os Estados que ainda não estão concluído  
3829 o processo, estão trabalhando para que isso se dê em curto prazo. A ABEMA  
3830 tem sido parceira dos Estados e esse trabalho está sendo feito conjuntamente.  
3831 Esse resultado significativo demonstra o esforço das autoridades estaduais em  
3832 cumprir o que foi acordado no final do ano de 2010, quando solicitou o plenário  
3833 do CONAMA a aprovação de um prazo de mais seis meses para a entrega dos  
3834 referidos planos, concedido pela Resolução CONAMA 426 de 30 de junho de  
3835 2010. Não foi disponibilizado para que nós pudéssemos disponibilizar para  
3836 visibilidade, mas eu rapidamente então vou Estado por Estado dar informe a  
3837 esse CONAMA. Acre, pronto aprovado pelo Conselho Estadual e publicado no  
3838 Diário Oficial, Alagoas pronto e publicado no DO, Amazonas pronto e publicado  
3839 no Diário Oficial. Bahia pronto e publicado no Diário Oficial, Ceará pronto e  
3840 aprovado pelo Conselho, Distrito Federal pronto, e em atualização, Espírito  
3841 Santo pronto e publicado no Diário Oficial, Mato Grosso do Sul pronto e  
3842 apresentado ao Conselho Estadual e publicado no Diário Oficial, Minas Gerais  
3843 pronto e publicado no Diário Oficial, Paraná pronto e aprovado pelo Conselho e  
3844 publicado no Diário Oficial, Rio de Janeiro pronto e aprovado pelo Conselho  
3845 Estadual e publicado no Diário Oficial, Rio Grande do Sul pronto e aprovado  
3846 pelo Conselho Estadual e publicado no Diário Oficial, Santa Catarina pronto e  
3847 publicado no DO, Sergipe pronto, apresentado ao Conselho Estadual e  
3848 publicado no Diário Oficial, Tocantins pronto e aprovado pelo Conselho  
3849 Estadual e publicado no Diário Oficial, Goiás pronto e aprovado pelo Conselho,  
3850 ainda não foi publicado no Diário Oficial, Maranhão pronto e apresentado para  
3851 aprovação do Conselho Estadual e publicação no Diário Oficial, Paraíba pronto  
3852 apresentado para aprovação do Conselho Estadual e publicado no Diário  
3853 Oficial, Pernambuco pronto, apresentado para aprovação do Conselho e  
3854 publicado no DO, Piauí pronto apresentado para aprovação do Conselho e  
3855 publicado no DO, São Paulo pronto, apresentado ao CONSEMA para  
3856 apreciação e publicação no Diário Oficial, Mato Grosso concluído e  
3857 apresentado ao Conselho Estadual em revisão, Amapá em elaboração, Pará

238

3858em elaboração, Rio Grande do Norte publicado em 2009, em revisão, Roraima  
3859em elaboração, e Rondônia em elaboração. Esta é o informe da ABEMA.

3860

3861

3862**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Obrigado, Dr<sup>a</sup>. Jussara pelo  
3863importante informe demonstrando aí o grande avanço que nós tivemos na  
3864implementação da Resolução 418. Por favor, Dra. Patrícia.

3865

3866

3867**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** - Patrícia Boson, CNT.  
3868É só dizer à ABEMA e aos Estados, dando os parabéns pelo avanço, é que a  
3869CNT tem um programa chamado despoluir, no qual ele faz inspeções  
3870voluntárias de caminhões e ônibus dos veículos pesados desde 2007 que ele  
3871tem essas inspeções voluntárias, e ele tem um sistema de banco de dados, em  
3872que ele coleta os dados e faz toda uma análise e consistência desses dados, e  
3873isso é feito nos 27 Estados da Federação. Então, o que nós estamos aqui,  
3874como CNT, colocando à disposição da ABEMA, à disposição dos Estados o  
3875nosso banco de dados, a gente coloca à disposição não só o nosso banco de  
3876dados, como também podemos fazer convênios e parcerias no sentido de  
3877apoiar uma inspeção numa frota delimitada pelo próprio Estado e a gente  
3878fazendo um esforço para que os nossos associados procurem a gente e  
3879ajudem nesse esforço todo de melhoria das emissões das frotas. Então, nós  
3880estamos querendo aqui só colocar, mais uma vez, à disposição. Quem quiser  
3881conhecer o programa, é só ir no site da CNT, lá está o programa aberto, não se  
3882tem acesso aos dados pelo site, mas num convênio, numa parceria esse site  
3883poderá ser aberto para todo o Estado que queira, basta procurar o despoluir  
3884CNT. Obrigada.

3885

3886

3887**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Obrigado, conselheira Patrícia.  
3888Passamos então ao ponto de moções e recomendação. Primeira moção da  
3889conselheira Zuleica da AMAR. Ela considera os projetos de aproveitamento  
3890hidrelétrica do rio Chopim bacia do rio Iguaçu no Estado do Paraná, e propõe  
3891moção de louvor à Vara Cível pelas decisões proferidas nas ações de interdito  
3892proibitório, por meio das quais determinou que os ribeirinhos não tivessem suas  
3893posses prejudicadas, até que uma proposta de indenização e reassentamento  
3894seja renegociada e aprovada na presença de instituições de defesa dos direitos  
3895a essas comunidades. Dra. Zuleica, por favor.

3896

3897

3898**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
3899**DCONAMA)** – Não está na plenária, não sei se está ali fora.

3900

3901

3902**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Normalmente quando não está  
3903presente o proponente nós passamos para a próxima.

3904

3905

3906**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - *(Pronunciamento fora do microfone).*



241  
3907  
3908  
3909 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Vamos passar já para o ponto  
3910segundo, se a Zuleica retornar.  
3911  
3912  
3913 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - *(Pronunciamento fora do microfone)*.  
3914  
3915  
3916 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Todos aqui são da Zuleica. Três  
3917que eu tenho aqui, não, tenho uma quarta. São quatro.  
3918  
3919  
3920 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
3921**DCONAMA)** – Eu acho que ficaria prejudicada, porque se a própria autora...  
3922São três dela.  
3923  
3924  
3925 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - São quatro.  
3926  
3927  
3928 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
3929**DCONAMA)** – Quatro dela.  
3930  
3931  
3932 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - A Dra. Zuleica não está aí, nós  
3933vamos passar para a quinta, que é do Dr. Francisco Soares da FURPA.  
3934Proposta de moção que propõe que ao Ministério do Meio Ambiente, MMA e o  
3935ICMBio que reavaliem a área de ampliação do Parque Nacional de Serra das  
3936Confusões no sul do Piauí, sem a inclusão da Serra Vermelha que vem sendo  
3937objeto de exploração predatória para as carvoarias e grilagem de terras  
3938públicas. Dr. Francisco... A Dra. Zuleica retornou? Essa aqui é moção.  
3939  
3940  
3941 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Francisco Soares,  
3942Fundação Rio Parnaíba. Essa moção é fruto de já um resultado do  
3943levantamento da operação mercador pela Polícia Federal que constatou que a  
3944área da Serra Vermelha que não foi incluída na ampliação do Parque da Serra  
3945das Confusões era por se tratar de área particular, área privada do projeto de  
3946energia verde. Dessa forma o Poder Judiciário e a Polícia Federal na operação,  
3947depois da fiscalização determinada pelo Ministério do Meio Ambiente, atuação  
3948na região das carvoarias, ficou comprovado que a área pertence ao Estado e  
3949que poderia e deveria ser incluído e reavaliar a ampliação do Parque da Serra  
3950das Confusões, até porque os 299 mil e poucos hectares, grande parte dessa  
3951área não existe e as áreas que existem estariam disponíveis para integrar os  
3952300 mil hectares.  
3953  
3954

244

3955A **SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
3956**DCONAMA)** – Pedro [ininteligível] pediu a inscrição do Instituto Chico Mendes.

3957

3958

3959**O SR. PEDRO (ICMBio)** - Primeiro que eu entendo que isso realmente não é  
3960uma moção, é uma proposta de ampliação do Parque Nacional da Serra das  
3961Confusões. Propor criação de unidade de conservação e ampliação de unidade  
3962de conservação qualquer entidade, qualquer pessoa, qualquer ente pode  
3963propor. Se for, se assim o plenário entender que é moção, eu vou pedir vistas  
3964porque eu entendo que essa questão da Serra da Confusão, é a terceira  
3965reunião do CONAMA que eu participo, já é a segunda vez que ela vem como  
3966moção, o presidente do Chico Mendes já explicou uma primeira vez, e a gente  
3967quer ter oportunidade de, definitivamente, colocar os esclarecimentos de como  
3968se deu todo o processo, que foi um processo de negociação entre o Governo  
3969do Estado do Piauí e o Instituto Chico Mendes, no processo de negociação  
3970nem passou o que a gente gostaria que fosse, nem do que o Governo do Piauí  
3971gostaria que fosse, foi uma proposta de consenso entre os governos, foi o que  
3972foi possível. Pelo que se tem conhecimento uma das propostas incluía 98% de  
3973alguns municípios dentro da área do parque, quase que engessaria por  
3974completo o município, e o que a gente entende é que o fruto dessa negociação  
3975é que se criou a maior unidade de conservação de proteção integral do  
3976Nordeste. Então, se for entendido como uma proposta de ampliação eu acho  
3977que a gente leva e analisa como uma proposta apropriada, agora se for como  
3978moção eu peço vistas.

3979

3980

3981**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Só a palavra da Dra. Adriana  
3982para...

3983

3984

3985**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Um esclarecimento aí  
3986para o companheiro que acabou de falar.

3987

3988

3989**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Dr. Francisco, só um pouquinho.

3990

3991

3992**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu quero só fazer  
3993esclarecimento. Porque a área que está sendo proposta não é propondo a  
3994[ininteligível], é a revisão daquela área que foi considerada pelo Instituto Chico  
3995Mendes como ampliação cuja área fictícia não existe, porque não foi  
3996apresentada pelo Governo do Piauí a titularidade dessas terras, nem o  
3997levantamento fundiário, por isso é que nós exigimos que seja feito o  
3998levantamento fundiário e a titularidade das terras que o senhor acha que foi  
3999incluído eu ampliado que não existe, são fictícias.

4000

4001

4002**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Não sei se a Dra. Adriana pode  
4003esclarecer.

245

246

82

247  
4004  
4005

4006A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
4007**DCONAMA)** – Às vezes a plenária tem realmente feito uma confusão do que é  
4008que é moção e o que é recomendação. Embora, os termos sejam parecidos,  
4009algumas moções recomendam alguma coisa, pela explicação do regimento  
4010atual que continua o mesmo nesse outro votado, a recomendação se trata de  
4011manifestação acerca da implementação de políticas, programas públicos e  
4012normas com repercussão na área ambiental. Então, por exemplo, educação  
4013ambiental que nós votamos várias recomendações, elas têm o formato de  
4014artigo, só que você não pode dar uma obrigatoriedade como se dá na  
4015resolução. Então, usando o exemplo de educação ambiental, a gente  
4016recomenda aos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente que adotem  
4017algumas coisas, isso é uma recomendação. A moção é simplesmente uma  
4018manifestação de qualquer natureza relacionada a essa temática ambiental.  
4019Então, no caso dessa apresentada ela seria uma moção mesmo, e a moção  
4020não passa por tramitação, a recomendação é que tramita em Câmara Técnica.

4021  
4022

4023**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Esclarecido? Então, por favor, Dr.  
4024João. Vamos só ser rápido nisso aí, porque me parece que vai haver um  
4025pedido de vistas, se é moção então vamos avançar logo na pauta.

4026  
4027

4028**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** - Não estou  
4029entrando no mérito da discussão do documento, em nenhum momento, eu  
4030estou colocando aqui como diz o regime. Se você fala que você está propondo  
4031algo ao Ministério do Meio Ambiente, você está propondo que ele exerça uma  
4032política, que ele siga a política que existe hoje, a política nacional de meio  
4033ambiente, a política nacional de unidades de conservação, que ele siga, que  
4034ele observe algo que já existe numa legislação. Então, eu não vejo, como até  
4035da outra vez que o Francisco Soares apresentou umas três moções, e foi  
4036exatamente nesse sentido e ele colocou: realmente, eu errei, não é moção é  
4037recomendação. Na última ou penúltima reunião colocou isso. Eu não vejo como  
4038moção, eu vejo isso como recomendação, uma recomendação ao Ministério do  
4039Meio Ambiente e o ICMBio que ele observem, que reavaliem e tratem  
4040novamente o assunto.

4041  
4042

4043**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Ok. No entendimento o Instituto  
4044Chico Mendes está pedindo vistas? Ok. E ele pode até nesse pedido de vista  
4045também defender o entendimento que não é uma moção e que é uma  
4046recomendação e será encaminhado. Ok. Então, o Chico Mendes pediu vistas.  
4047Próximo.

4048  
4049

4050A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
4051**DCONAMA)** – Então retomando as moções apresentadas pela AMAR. A

250

4052primeira nós lemos na hora que você não estava, então é simples uma defesa  
4053breve.

4054

4055

4056**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Não aí poderia ler, aí eu faço a defesa das três  
4057de uma vez só.

4058

4059

4060**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
4061**DCONAMA)** – Não, é que já foi feita uma por uma, nós já apresentamos a  
4062primeira, e você podia só fazer agora a tua defesa.

4063

4064

4065**O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ)** - Então a primeira que foi lida  
4066é um pedido de moção de louvor ao juiz Paulo Guilherme Mazini da Vara Cível  
4067da Comarca de Clevelândia no Paraná. Ele entendeu e determinou que os  
4068ribeirinhos da região não tivessem suas posses molestadas, até que uma  
4069proposta de indenização e reassentamento fosse negociada e aprovada na  
4070presença de instituições e defesa dos direitos dessas comunidades. Então,  
4071parece bastante tranquilo, senhores, que realmente um direito previsto a esses  
4072ribeirinhos, a sentença foi realmente bastante correta. Então, nós queremos  
4073homenagear o juiz pelo seu entendimento. Esse é o pedido de moção.

4074

4075

4076**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Ok? Esclarecidos? O Ministério  
4077de Minas e Energia está pedindo a palavra.

4078

4079

4080**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** - Considerando que o Ministério de Minas e  
4081Energia não tem conhecimento, a posição do juiz, nós pedimos vistas.

4082

4083

4084**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Pedido de vistas pelo Ministério  
4085de Minas e Energia. Passamos para a próxima.

4086

4087

4088**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
4089**DCONAMA)** – Marcelo, você poderia continuar a próxima. Nós só lemos  
4090porque não tinha ninguém aqui.

4091

4092

4093**O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ)** - Eu vou fazer a leitura então.  
4094Considerando que houve uma intensa atividade de mineração e metalurgia de  
4095chumbo, prata e ouro às margens no rio Ribeira, divisa entre os Estados do  
4096Paraná e de São Paulo durante mais de seis décadas, sem você tivessem sido  
4097tomadas as medidas de contenção adequadas da poluição. Considerando que  
4098essas atividades de mineração e metalurgia não foram corretamente  
4099descomissionadas na década de 90 do século XX, deixando os cidadãos dos  
4100bairros Vila Mota e da Capelinha de Adrianópolis, dentre eles 355 crianças

4101 expostas à contaminação por chumbo e outros metais pesados. Considerando  
4102 que essa contaminação afetou também o leito e fauna aquática do rio Ribeira,  
4103 tendo atingido comprovadamente até a sua foz no litoral paulista, e  
4104 considerando que ações judiciais tramitando desde 2001 com o objetivo de  
4105 responsabilizar os poluidores a Associação de Defesa de Meio ambiente de  
4106 Araucária, AMAR, representante das entidades federativas da região Sul,  
4107 fundamento do art. 10, inciso IV, do regimento interno do CONAMA, propõe à  
4108 plenária aprovação de moção de louvor à Vara Federal Ambiental Agrária e  
4109 Residual da Associação de Curitiba pela decisão proferida pela Juíza Federal  
4110 substituta Pepita Dusk Tramontini na ação civil pública n.º 54891-  
4111 193.2011.404.7000, Paraná, por meio da qual determinou: a) o início do  
4112 processo de remediação das áreas da Vila Mota e da Capelinha em  
4113 Adrianópolis, Paraná contaminados gravemente por chumbo e outros metais  
4114 pesados, e o acompanhamento e o tratamento de saúde dos cidadãos  
4115 contaminados. Então, é bem sucinto, bem esclarecedor. Os encaminhamentos  
4116 da juíza foram uníssono no processo de remediação das áreas e o  
4117 acompanhamento e tratamento de saúde dos cidadãos contaminados. O  
4118 pedido de moção é de louvor a essa determinação judicial.

4119

4120

4121 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Ok. Essa é moção de louvor.  
4122 Minas e Energia pediu a palavra.

4123

4124

4125 **O SR. ELDER NÁZIO (MME)** - Elder, Ministério de Minas e Energia. Por querer  
4126 estudar melhor essa ação judicial, inclusive, pode ser até uma ação muito boa,  
4127 recuperação de áreas degradadas, bacias ambientais. Nós pedimos vistas ao  
4128 processo.

4129

4130

4131 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Concedida vistas ao Ministério de  
4132 Minas e Energia. Passamos ao próximo ponto.

4133

4134

4135 **O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ)** - Então, a última nesse  
4136 momento, depois tem mais uma que o Daniel vai apresentar. Considerando a  
4137 entrada em vigor da política Nacional da Biodiversidade instituída pelo Decreto  
4138 Federal 4.339 de 2002, pelo qual se regulamentou os compromissos  
4139 assumidos pelo Brasil, ao assinar a convenção sobre diversidade biológica  
4140 durante a Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e  
4141 desenvolvimento, no MAD, em 1992, a qual foi aprovada pelo Decreto  
4142 Legislativo n.º 2 de 3 de fevereiro de 1994 e promulgada pelo Decreto n.º 2.519  
4143 de 16 de março de 1998. Considerando que a Política Nacional da  
4144 Biodiversidade regulamentou o art. 9º, inciso III da Política Nacional de Meio  
4145 Ambiente, instituindo a avaliação ambiental integrada estratégica, também  
4146 denominada AAE de base AIA. Essa informação é só para fazer uma  
4147 observação, uma nota, ela é com base numa bibliografia da nossa ilustre  
4148 Ministra Izabella Teixeira, denominado uso da avaliação ambiental estratégica  
4149 no planejamento da oferta de blocos para exploração de produção de petróleo

256

4150e gás natural. Considerando que o art. 170, inciso VI da Constituição de 1988  
4151determina a compatibilização das grandes obras de infraestrutura, com  
4152capacidade de suporte no meio ambiente. Considerando a necessidade de  
4153superar os licenciamentos ambientais de empreendimentos considerados  
4154isoladamente que ignoram os efeitos combinados desses empreendimentos  
4155com outros projetos planejados ou em fase de instalação na mesma bacia  
4156hidrográfica. A Associação de Defesa do Meio Ambiente Araucária, AMAR, e o  
4157Instituto Gaucho de Institutos Ambientais INGAR, representantes das entidades  
4158da sociedade civil na região Sul, com fundamento no art. 10, inciso IV do  
4159regimento interno do CONAMA, propõe ao plenário aprovação de moção de  
4160louvar à Primeira Vara Federal da subseção de Londrina e ao Tribunal  
4161Regional Federal da 4ª Região pela sentença e pelo acórdão proferidos na  
4162ação civil pública nº 19997001007514-6 Paraná. Da Vara do juiz federal Alexei  
4163Alves Ribeiro e do desembargador federal Fernando Quadros da Silva, pelos  
4164quais se exigiu a realização de prévia avaliação ambiental integrada estratégica  
4165de toda a bacia do rio Tibagi e que suas conclusões sejam observadas em  
4166licenciamento ambientais de usinas hidrelétricas em andamento. Então,  
4167resumindo, senhores, a moção é de louvor à decisão judicial de primeiro grau,  
4168confirmada pelo Tribunal em 2º grau, entendendo que é necessária a avaliação  
4169ambiental integrada dos empreendimentos e dos efeitos e empreendimentos já  
4170existentes e planejados, efeitos cumulativos previamente ao licenciamento de  
4171novos empreendimentos na bacia do rio Tibagi.

4172

4173

4174**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Ok. Obrigado. Ministério de Minas  
4175e Energia.

4176

4177

4178**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** - O Ministério de Minas e Energia pede vistas  
4179para estudar melhor a matéria.

4180

4181

4182**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Ok. Concedida vistas ao  
4183Ministério de Minas e Energia. Mais algum comentário? Passamos então à  
4184próxima moção. Adriana, próxima moção qual é?

4185

4186

4187**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - É da Zuleica e a de repúdio.

4188

4189

4190**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
4191**DCONAMA)** – Isso. O Daniel vai apresentar?

4192

4193

4194**O SR. DANIEL MELLO BARRETO (BIOESTE)** - Proposta de moção.  
4195Considerando as declarações feitas pelo presidente do IBAMA Curt Trennepohl  
4196a jornalista australiana Allisson Langdon, nas quais se houve a confirmação de  
4197que o governo brasileiro dará os mesmos tratamentos que foi dispensados aos  
4198aborígenes australianos às comunidades indígenas ameaçadas pela usina

257

258

86

4199hidroelétrica de Belo Monte. Considerando que a referida declaração não  
4200condiz com o que estabelece o art. 231 da Constituição de 1988, o Estatuto do  
4201Índio e a Convenção n.º 169 da OIT, a qual foi devidamente internalizada no  
4202direito brasileiro, a Associação de Defesa de Meio Ambiente da Araucária,  
4203AMAR, representante das entidades da sociedade civil da região Sul, com o  
4204apoio da rede brasileira de justiça ambiental e com fundamento no art. 10,  
4205inciso IV do regimento interno do CONAMA, propõe ao plenário aprovação de  
4206moção de repúdio à declaração do então presidente do IBAMA, pelas  
4207declarações feitas à jornalista australiana, Allisson Langdon. E levando em  
4208consideração que a folha on-line publicou a matéria e também pediu  
4209esclarecimento por parte do presidente do IBAMA e que esse não respondeu, a  
4210gente entende que foi colocada a possibilidade dele responder se essa  
4211declaração é verdadeira ou não, ele não respondeu, ele confirmou que a  
4212declaração é verdadeira. Então, por isso a gente solicita essa moção de repúdio  
4213por essa declaração. Obrigado.

4214

4215

4216**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) - IBAMA.**

4217

4218

4219**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA) -** Boa tarde a  
4220todos, Márcio Freitas, conselheiro suplente do IBAMA. Vou fazer a defesa do  
4221ponto de vista institucional, porque naturalmente, pessoal, o próprio presidente  
4222já declarou e esse fato, não sei se todos os conselheiros conhecem essa  
4223situação, esse fato foi noticiado no início de julho e motivou a jornalista  
4224australiana colocou o vídeo no You Tube. Não sei se alguém teve a  
4225oportunidade de verificar esse vídeo. Para quem assiste ao vídeo ficam claras  
4226duas coisas, a primeira que houve uma montagem, durante a entrevista uma  
4227montagem grosseira, extremamente grosseira das declarações. E, em segundo  
4228lugar, que a voz que afirma, e não aparece a imagem concatenada com a voz,  
4229só aparece a voz no vídeo, não é a voz do presidente. Por conta disso o  
4230presidente prestou os devidos esclarecimentos ao Ministério do Meio Ambiente,  
4231à assessoria de comunicação da Casa Civil, recebeu uma série de órgãos de  
4232imprensa aqui, Revista Veja, Revista Época, Rede Globo. Vocês devem ter  
4233visto que essa matéria não teve repercussão nenhuma na imprensa, por uma  
4234razão muito simples, é muito grosseira a falsificação e, efetivamente, o  
4235presidente não disse nada que está colocado aí. Portanto, não tem sentido  
4236nenhum fazer defesa do que não ocorreu. Pessoalmente, o presidente se  
4237posiciona no sentido de que fazer qualquer manifestação acerca de uma forja,  
4238que é muito primária, qualquer um que assista o vídeo vai ter essa clareza,  
4239inclusive, pelo que eu falei, a voz não é do presidente, quando afirma isso, e  
4240não há imagem concatenando a voz com a declaração. O presidente se recusa  
4241a fazer a contradita de uma coisa que nunca foi dita, e esse argumento foi o  
4242argumento que vingou tanto do ponto de vista da imprensa, quanto do ponto de  
4243vista dos órgãos oficiais que, naturalmente, pediram esclarecimentos a respeito  
4244disso, há de se entender que órgãos como FUNAI, como Casa Civil não iam  
4245deixar passar batido se tivesse ocorrido uma declaração com essa monta.  
4246Portanto, acho muito temerário que esse conselho, sem conhecimento, ou, pelo  
4247menos, sem uma prova de que isso ocorreu, venha votar uma moção de

262

4248repúdio dessa natureza. Para quem conhece o Dr. Curt e acho que tem uma  
4249história de mais de 30 anos como servidor do IBAMA e como militante das  
4250causas ambientais, sabe que jamais ele diria isso, nem pessoalmente, muito  
4251menos, sendo presidente de um órgão como o IBAMA. Então, acho temerário e  
4252acho até que caberia uma explicação de um fundamento desta apresentação  
4253aqui. Obrigado.

4254

4255

4256**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Consulto à conselheira Zuleica se  
4257recepção a forma categórica que o representante do IBAMA negou que o  
4258presidente do IBAMA tenha sido, tenha pronunciado esse tipo de situação, e o  
4259próprio mecanismo, vamos dizer assim, que está sendo utilizado na divulgação  
4260dessa questão. Por favor.

4261

4262

4263**O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ)** - Só para esclarecer. Quando  
4264essa moção foi apresentada, já tinha sido apresentada durante o mês de julho,  
4265por e-mail, e ontem foi protocolada. Nós ouvimos essa informação, essa  
4266mesma informação por algumas pessoas que houve uma movimentação de  
4267que ele não teria feito essa afirmação, de que teria sido uma montagem. Em  
4268primeiro lugar acho que a questão é bem séria, primeiro porque a declaração é  
4269realmente muito grave, a declaração que foi dada, dá um tratamento...  
4270Realmente a declaração é muito forte, e por isso a gente acha que a  
4271declaração tem uma repercussão muito séria, muito grave o que foi dito. Por  
4272isso é importante saber se realmente foi dito ou não. Eu assisti o vídeo, bem na  
4273época, confesso aos conselheiros que eu não percebi como sendo uma... Eu  
4274não sou perito também em áudio, vídeo e nem nada desse tipo. Mas, em  
4275princípio, assistindo eu fui então... Então, se foi falsificado eu fui enganado,  
4276porque eu não percebi nenhuma falsificação, uma matéria, um programa de 60  
4277segundos, passa na Austrália, está disponível em várias... E teve uma grande  
4278repercussão. Então, quando ontem foi apresentada a moção, nós fomos  
4279informados disso, por alguns funcionários do Ministério aqui que: não, que não  
4280teria dito. E aí nós procuramos informações na Internet, ontem à noite, porque  
4281se fosse o caso nós íamos retirar a proposta. A Zuleica me colocou, inclusive,  
4282nesse termo: Marcelo, procura. Vamos procurar. O que a gente encontrou de  
4283mais concreto foi essa reportagem feita pela Folha On-Line e ali o presidente  
4284se manifesta sobre vários pontos, o principal ponto é que ela... São duas  
4285questões, uma questão que teria dito que não tem que se preocupar o meio  
4286ambiente. Ele esclareceu esse ponto. Ele disse: "não, o nosso trabalho é  
4287minimizar impactos, quando não é possível nós indeferimos a licença", então  
4288esse ponto ele respondeu. E segundos a notícia da Folha On-Line que consta  
4289claramente no último parágrafo, inclusive, a última frase da notícia da Folha é  
4290assim, que o presidente não teria... O presidente do IBAMA não teria se  
4291manifestado quanto às declarações que ele, supostamente teria feito, que  
4292agora não estão sendo confirmadas, que ele teria feito quanto ao tratamento  
4293dado aos índios aqui da região de Belo Monte que poderia ser o mesmo dado  
4294aos aborígenes. Quanto a isso, realmente, nessa entrevista da Folha On-Line  
4295não consta nenhuma informação. Ele não quis se manifestar sobre esse  
4296assunto. Então parece assim, acho muito importante que a fala institucional do

263

264

88



265

4297IBAMA seja nesse sentido de esclarecer, mas talvez o mais relevante seria  
4298algum esclarecimento, por escrito, dizendo que, confirmando que não foi feita a  
4299afirmação, porque até agora o presidente não disse nem que afirmou, nem que  
4300não afirmou. Ele não quis se manifestar sobre o assunto. Mas a gente acha  
4301que tem que ser esclarecido.

4302

4303

4304**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Dr. Márcio, IBAMA.

4305

4306

4307**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** - O presidente  
4308afirmou categoricamente que não afirmou. E durante a entrevista aparece  
4309várias vezes eles fazendo menção ao fato de que a usina não vai causar  
4310nenhum impacto direto, implicando em remoção ou qualquer situação em  
4311relação à população indígena. Um dado novo que eu queria colocar aqui, ele  
4312recebeu um telefonema da Embaixada da Austrália pedindo desculpas pela  
4313atitude da jornalista. E qualquer um que assista o vídeo. E eu até pediria que,  
4314se fosse o caso, que se projetasse o vídeo aqui então. Porque qualquer um  
4315que assiste o vídeo fica claro que o vídeo é truncado, que não há continuidade  
4316entre a cada pergunta e a cada resposta que é feita pela jornalista. É grosseira  
4317a falsificação, tanto é assim que nenhum veículo de comunicação sério, nesse  
4318país, deu margem a isso. Isso circulou na Internet. Agora se deu na Internet  
4319parece que vira verdade nesse país. É impressionante.

4320

4321

4322**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Gente, eu queria, sinceramente,  
4323fazer um apelo, porque essa situação que está aqui instrumentaliza o IBAMA, o  
4324IBAMA não, o CONAMA numa estação aqui de ouvir dizer, e tem essa moção,  
4325e que a maior parte das pessoas não assistiu esse... Eu acho extremamente  
4326constrangedora essa situação que a gente está vivendo aqui. Parece-me, eu  
4327fico até constrangido de colocar em votação uma moção dessas, sendo que a  
4328maior parte das pessoas não viu esse vídeo. É muito complicado esse tipo de  
4329afirmação que está sendo feita, onde tem categoricamente o IBAMA diz aqui  
4330dizendo que o presidente não afirmou isso. Então, nós vamos ficar aqui quase  
4331numa situação realmente constrangedora.

4332

4333

4334**O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ)** - Olha, secretário, fica  
4335realmente, porque agora ficou assim o dito pelo não... Realmente, eu acho que  
4336tem que ser... Nós tomamos por base, a princípio demos credibilidade a um  
4337programa que é de uma rede conhecida na Austrália, e depois demos  
4338credibilidade a uma matéria publicada na Folha On-Line, naquilo que consta ali,  
4339rigorosamente eu reproduzi aqui.

4340

4341

4342**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - A pergunta do presidente é se vocês retirariam  
4343ou não essa proposta de moção?

4344

4345

266

267

89

4346 **O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ)** - A Zuleica da AMAR... Teria  
4347 que se fazer uma avaliação, poderia ficar em suspenso, a AMAR avalia se  
4348 retira. O que eu entendo, pessoalmente, eu entendo que o governo poderia  
4349 emitir uma nota pública esclarecendo o fato, isso, com certeza, aclamaria, mas  
4350 realmente que nos surpreendeu, nos surpreendeu isso de nós procurarmos na  
4351 mídia e encontramos...

4352

4353

4354 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - O que nós estamos dizendo é  
4355 assim, há uma posição institucional aqui do IBAMA negando. Nós não  
4356 queremos instrumentalizar o CONAMA para ficar numa situação de versões.  
4357 Parece-me que não há elementos, e o IBAMA está categoricamente fazendo  
4358 essa afirmação. Então, me parece que o melhor seria realmente retirar para  
4359 evitar até essa situação constrangedora, e ter que votar uma questão dessas,  
4360 que eu, sinceramente, me sinto muito desconfortável em ter que colocar o  
4361 IBAMA aqui quase como um ente inquisitório.

4362

4363

4364 **A SRª. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - Boa tarde. O que eu quero dizer é o  
4365 seguinte. Essa moção foi fruto de uma profunda indignação que correu em  
4366 várias listas de movimentos sociais no Brasil inteiro, ela não é indignação  
4367 minha ou dele. Quando essa notícia veio, e não foi só uma fonte, não foi só a  
4368 Folha On-Line, vieram outras notícias de outros jornais repetindo a mesma  
4369 matéria, repetindo a matéria com os mesmos dizeres. Então, em face disso as  
4370 pessoas ficaram muito indignadas e propuseram que o presidente do IBAMA se  
4371 manifestasse. E como que poderíamos fazê-lo se manifestar de forma pública,  
4372 senão através do Conselho Nacional de Meio Ambiente? Então em face dessa  
4373 decisão do movimento baseado na indignação, por que, por que indignação?  
4374 Porque há um movimento muito forte no Brasil inteiro contra a Usina de Belo  
4375 Monte, ninguém pode negar. Existem setores totalmente favoráveis à  
4376 construção de Belo Monte, achando que vai ser a maior maravilha do mundo, e  
4377 existe uma série de problemas aí que não estão sendo avaliados,  
4378 principalmente, a questão indígena, e outras questões que vão afetar gerações  
4379 futuras. Então Belo Monte não é uma coisa qualquer. Nós não estamos  
4380 instrumentalizando o CONAMA para usar, para agredir o IBAMA, nós estamos  
4381 usando o CONAMA como a nossa possibilidade de termos voz para falarmos  
4382 sobre Belo Monte, e essa declaração trouxe um profundo desconforto a  
4383 diversos movimentos sociais no Brasil inteiro. A minha proposta é a seguinte, e  
4384 nós podemos retirar essa moção agora, e o IBAMA faria uma declaração, é  
4385 exatamente a declaração que o Dr. Márcio fez aqui de que o IBAMA não falou,  
4386 de que o presidente do IBAMA não falou, e já falou isso para não sei quem e  
4387 não sei quem, e a gente até, inclusive, poderia divulgar nas listas de volta.  
4388 Porque o nosso objetivo é tranquilizar então, nós queremos nos tranquilizar, e  
4389 não temos essa tranquilidade enquanto não tivermos uma resposta objetiva. Só  
4390 retirar a moção não vai trazer nenhum conforto para nós.

4391

4392

4393 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Ok. Eu tenho a Dra. Jussara aqui  
4394 que pediu a palavra. Porque assim, eu só fiz essa observação, porque

271

4395 realmente falta aqui uma factualidade para esse processo. Então, é muito  
4396 complicado ficar tratando disso nessa reunião.

4397

4398

4399 **A SR<sup>a</sup>. JUSSARA CONY (ABEMA)** – Se tratando de desconforto, eu quero  
4400 dizer que eu estou absolutamente desconfortável nesse momento. Eu estou  
4401 desconfortável porque, em primeiro lugar, nós estamos tratando de um órgão  
4402 público, o IBAMA que tem uma história, e que neste momento atual do estágio  
4403 de desenvolvimento do nosso país tem um papel estratégico para que esse  
4404 desenvolvimento ocorra com a sustentabilidade ambiental. Quero dizer que  
4405 como Governo do Estado do Rio Grande do Sul, como secretária de meio  
4406 ambiente nós temos tido um IBAMA, e, particularmente, com o Dr. Curt que  
4407 ontem, inclusive, esteve na ABEMA, uma relação estratégica e fundamental  
4408 para as políticas ambientais integradas no nosso país, numa integração união,  
4409 estado e municípios. Para que se possa fazer gestão ambiental na perspectiva  
4410 deste Conselho e do que ele representa nos seus 30 anos e nos desafios  
4411 maiores nesses 30 anos. Porque os 30 anos do Conselho empatam com um  
4412 momento diferenciado na nação brasileira, na construção de um projeto de  
4413 nação. Eu creio que o Dr. Curt não tem que responder àquilo que não disse. Eu  
4414 jamais responderia, como pessoa pública, a algo que eu não disse. E eu  
4415 finalizo dizendo que isso não pode ser motivo de votação, eu finalizo dizendo  
4416 que nós temos que ter, um mínimo, de confiança no processo que estamos  
4417 convivendo junto para construir essa nação. E finalizo dizendo que entre a  
4418 mídia, principalmente, a mídia estrangeira que tem interesses escusos em  
4419 relação à soberania e à biodiversidade dessa nação, e a história do Dr. Curt, eu  
4420 não tenho dúvida de que lado eu estou, eu não estou do lado da mídia  
4421 estrangeira, eu estou do lado do IBAMA, dos órgãos ambientais desse  
4422 conselho e de uma figura que tem demonstrado na sua vida pública a  
4423 capacidade de dirigir hoje um órgão como o IBAMA. Eu acho que essas são  
4424 questões que nós temos que ter muita tranquilidade, muita calma, e fazer o  
4425 encaminhamento na política maior de um Conselho Nacional do Meio Ambiente  
4426 e na política maior da construção desse estado nacional. Eu estou  
4427 desconfortável. Não gostaria de sair daqui, sorte que sou articulada com o  
4428 Marcelo, estamos fazendo um belo trabalho lá, o INGAR é um grande parceiro  
4429 nosso, estamos fazendo um trabalho diferenciado no Estado do Rio Grande do  
4430 Sul, dando outros rumos ao CONSEMA, na medida em que vivemos dizendo  
4431 que nas leis do Rio Grande do Sul que muita gente acha restritiva, elas não são  
4432 restritivas, elas são fruto de muita luta dos ambientalistas do Estado do Rio  
4433 Grande do Sul, e eu acho que em nome dessa luta também da qual eu sempre  
4434 participei, que eu acho que será um equívoco nós votarmos uma moção desse  
4435 teor.

4436

4437

4438 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Obrigado, Dra. Jussara. CNA.  
4439 Primeiro as damas.

4440

4441

4442 **A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** - Eu gostaria só de fazer um esclarecimento. O  
4443 processo de licenciamento ambiental, hoje conduzido pelo IBAMA em relação à

272

273

91

274

4444Usina de Belo Monte, ele está sendo extremamente exigente como deve ser. A  
4445FUNAI está fazendo um trabalho, acompanhando par e passo todo o trabalho  
4446que está sendo executado lá na região, então acho que pelo posicionamento e  
4447pelo profissionalismo do IBAMA hoje em relação a esse licenciamento e a  
4448outros, é claro, vai de encontro justamente o que passou no vídeo. Então é  
4449descabível, eu entendo que é descabível essa moção. Eu acho que nós temos  
4450que dar esse voto de confiança, sim, ao IBAMA pelo trabalho que ele conduz.

4451

4452

4453**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Obrigado. CNA.

4454

4455

4456**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** - João Carlos  
4457de Carli. Primeiro eu acho que eu vou falar em, não vou dizer que vou falar em  
4458nome, mas acho que muitos estão pensando aqui “aleluia! o regimento interno  
4459está mudando em relação às moções”. É esse medo que nós temos de chegar  
4460a um documento, porque ninguém está dizendo que falou ou não falou, não  
4461vou entrar no mérito, exatamente o que o presidente da mesa falou, ficou-se a  
4462dúvida, os conselheiros estão desconfortáveis, e não pode fazer uma acusação  
4463sem ter provas. Eu já digo, de antemão, que se for colocado em votação, eu  
4464voto contra, exatamente como eu votei contra no do Ministério da Agricultura,  
4465quando colocaram exatamente aqui uma moção de repúdio ao que ele disse e  
4466que saiu numa revista. Agora o que me traz estranheza, agora uma reclamação  
4467à mês, o tratamento diferenciado. O tratamento diferenciado entre uma moção  
4468que colocava o Ministro da Agricultura, que disseram que saiu na mídia que  
4469falou algo, e o tratamento que a mesa está dando pelo que dizem que o  
4470presidente do IBAMA falou. Então, o meu repúdio aqui, eu peço que observem  
4471que a balança seja para os dois lados, é que não se faça uma defesa somente  
4472de um lado, porque está ligado ao seu Ministério. Eu peço isso, porque eu  
4473estava aqui nas outras três reuniões quando isso foi tratado. Eu acho que é um  
4474erro nós colocarmos uma moção de última hora, com um grupo quase que  
4475esvaído, e que traz um desconforto tanto para a Ministra, porque ela que vai ter  
4476que assinar esse documento, a Ministra vai ter que assinar esse documento. Já  
4477imaginou ela assinar um documento pedindo para o Ministro da Agricultura vir  
4478aqui se explicar. Obrigado.

4479

4480

4481**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Por favor.

4482

4483

4484**O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ)** - Então, senhores,  
4485principalmente diante do pronunciamento do IBAMA, nesse plenário, afirmando  
4486que as manifestações não foram feitas, que o vídeo é inverídico, a pedido da  
4487AMAR eu venho aqui, em nome do INGAR, venho a pedido da AMAR retirar a  
4488proposta, colocando o nosso posicionamento de que entendemos que é  
4489imprescindível que o IBAMA adote medidas contra uma agressão que foi  
4490cometida contra o IBAMA, porque se realmente uma entidade vem no Brasil e  
4491cria uma inverdade desse tamanho, não pode ficar assim, inclusive, nós somos  
4492enganados. Então, o IBAMA tem que tomar medidas, e tem que fazer alguma

275

276

92

277

4493coisa contra isso, e isso fere a credibilidade de todas as brasileiras, fere a  
4494nossa soberania. Não pode vir alguém de fora aqui e ficar mentindo a gente,  
4495enganando a gente. Não. Então, nós retiramos a proposta, confiamos na  
4496credibilidade do que está sendo falado aqui pelo IBAMA, confiamos na palavra  
4497do IBAMA e retiramos a proposta, e esperamos que o IBAMA tome medidas  
4498rigorosas contra isso que foi feito.

4499

4500

4501**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Ok. Obrigado. Então foi retirada a  
4502proposta. E temos mais algum ponto?

4503

4504

4505**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
4506**DCONAMA)** – Encerramos a nossa pauta. Realmente só fazendo uma...  
4507Concordando numa parte com o que o João falou. Realmente dá um alívio  
4508saber que o regimento novo está sendo aprovado, e que realmente o  
4509tratamento a ser dado às moções é absolutamente diferente. É impossível que  
4510esse conselho se manifeste sobre coisas das quais não se tem conhecimento,  
4511não se garante o contraditório com a profundidade que tem que se garantir.  
4512Então, aprovando e publicando no Diário Oficial o novo regimento, esse risco o  
4513CONAMA não tem mais. Agradeço imensamente ao voto de confiança que foi  
4514dado pelos conselheiros, na medida em que implantamos, hoje, uma  
4515metodologia nova de discussão, privilegiando realmente os pontos polêmicos e  
4516a redação a ser dada posteriormente. Então, isso foi um momento de  
4517maturidade do Conselho que nos fez aprovar esse regimento interno numa  
4518única sessão. Realmente, foi um momento muito bom de se comemorar os 30  
4519anos com essa nova metodologia. Muito obrigada.

4520

4521

4522**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**  
4523**DCONAMA)** - Adriana, me permita. Eu gostaria, gente, de dizer a todos os  
4524conselheiros que esta equipe do CONAMA que está sempre aqui, esse grupo  
4525de jovens técnicos teve um trabalho extraordinário de se adaptar à metodologia  
4526com muita dificuldade, lógico, porque tudo que é novo traz outra forma de  
4527trabalhar. E eu queria agradecer o empenho realmente da turma para gente se  
4528adaptar às mudanças, às transformações que este conselho está pedindo.  
4529Muito obrigado.

4530

4531

4532**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Agradecemos a presença de  
4533todos. A sessão está encerrada.